

ISSN 0101-7993- R\$ 5,00

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

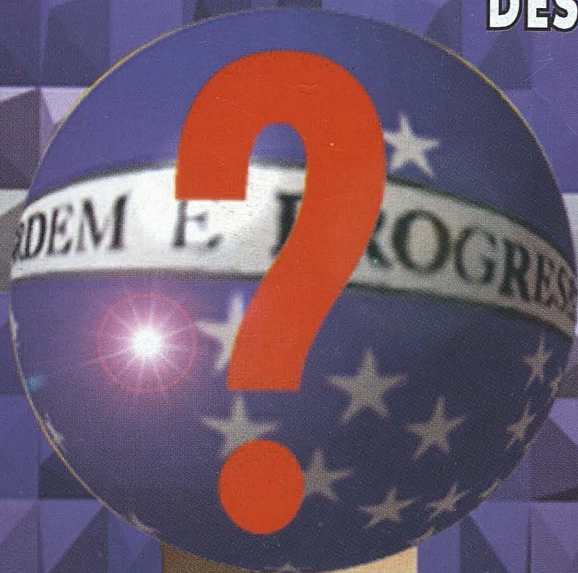
197

TIMOR LESTE

NOBEL DA PAZ,
RECONHECIMENTO
TARDIO

JOÃO STÉDILE

REFORMA AGRÁRIA
ASSEGURARÁ
DESENVOLVIMENTO



BRASIL
Século XXI
Que país seremos?

**A partir de dezembro
a Editora Terceiro Mundo
está com um
novo endereço:**

<http://etm.netune.com.br>

E-mail: etm@netune.com.br



No site na Internet da Editora Terceiro Mundo os navegantes do ciber-espaço encontram a produção da nossa equipe e também os serviços prestados por nós

Visite-nos e faça-nos chegar as suas sugestões!

Nº 197 Novembro / Dezembro 1996

Publicação com informação e análise
das realidades e aspirações
dos países emergentes

DIRETOR: Neiva Moreira

DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini

EDITORA-CHEFE: Beatriz Bissio

EDITORES-ADJUNTOS: Marcelo Monteiro
e Procópio Mineiro.

CONSULTORES ESPECIAIS: Darcy Ribeiro
(Brasil), Henry Pease García (Peru), Eduardo
Galeano (Uruguai) e Juan Somavia (Chile)

REDAÇÃO: Beth von Zuben e Andréa Maria
(Rio de Janeiro), Roberto Bordini (Argentina),
Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina
Canoura (Uruguai)

REVISÃO: Valdenir Peixoto

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Jessie
Jane V. de Sousa (diretora), Marco Andre
Bailoussier, Mônica Pérez, Sílvia Arruda e Leila
Costa Câmara

**DEPTO. DE ARTE E EDITORAÇÃO
ELETRÔNICA:** Nazareno N. de Souza (editor
e capa) e Roberto S. Lourenço

RESPONSÁVEL WEB: Macário Costa

GERENTE COMERCIAL: Euler Sathler

ADMINISTRAÇÃO: Jonas Bezerra da Silva

ASSINATURAS: Izabel Nascimento
(supervisora), Francisca Antonia, Célia Maria
Trotta e Carlos Alberto de Souza

Tel: (5521) 221-7511

Uma publicação da **Editora Terceiro
Mundo:**
Rua da Glória, 122, Grupos 105/106, Glória
CEP: 20241-180 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: PABX: (021) 221-7511
Fax: 55 21 252-8455
E-Mail: caderno@ax.ibase.org.br
Internet: <http://etm.netune.com.br>

Sucursal em Lisboa:
Diretor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro
10/1º andar, Lisboa, 1.200
Tel.: 32-0650. Telex: 42720 CTM-TE-P

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO
utiliza os serviços das seguintes agências:
ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA
(Irã), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (EI
Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA
(Palestina), e o pool de agências dos Países Não-
Alinhados. Intercâmbio com as revistas: Africa
News (EUA), Altercom (Itália-México-Chile), Third
World Network (Malásia), Israel and Palestine

Filiada à **ANER**
Associação Nacional de Editores de Revistas

AO LEITOR

‘Cadernos’ agora na Internet

Noam Chomsky, o reconhecido e polêmico linguista norte-americano, costuma dizer que a tecnologia não é em si mesma nem boa nem ruim. Bom ou ruim é o uso que o ser humano faz dela. Essa reflexão nos serve de introdução ao anúncio do lançamento da revista **cadernos do terceiro mundo** na Internet. A partir de dezembro, os “navegantes” da supervia da comunicação poderão acessar os principais artigos publicados na revista desde 1995 até a presente edição em Página Web.

Trata-se de um esforço da nossa equipe editorial com o apoio técnico e logístico da Netune, uma prestigiosa provedora sediada no Rio de Janeiro, associada à Rede Nacional de Pesquisa (RNP).

Para a Editora Terceiro Mundo, disponibilizar através da Internet os seus produtos — **cadernos do terceiro mundo**, *Revista do Mercosul* e *Ecologia e Desenvolvimento* — é uma forma de contribuir para a democratização da informação. Esse foi sempre um dos ideais que nos serviu de bússola na atuação profissional ao longo de mais de vinte anos.

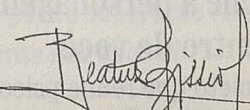
Em 1974, quando do seu lançamento, em Buenos Aires, **cadernos** foi idealizada para ser um veículo de informação que privilegiasse a temática dos países em desenvolvimento, sempre relegados a segundo plano na grande imprensa.

A idéia era — como ainda é hoje — defender a posição dos países do Terceiro Mundo na sua luta pela justiça nas relações Norte-Sul e na sua denúncia da desigualdade na atual ordem internacional. E, no interior desses países, abríamos espaço para a defesa da democracia no seu mais abrangente sentido: o respeito dos direitos das maiorias, em geral oprimidas, e das minorias, quase sempre esquecidas.

Essas metas continuam vigentes, apesar das duas décadas que se passaram. Muitos dos problemas não só persistem como se agravaram. Daí a alegria de estarmos colocando agora o nosso trabalho na Internet. É uma das vantagens de se poder contar com a moderna tecnologia para um fim que consideramos justo e nobre.

Finalmente, gostaríamos de partilhar com todos os leitores um outro motivo de alegria nesse ano de 1996 que, foi tão difícil para a equipe da revista, pela forma como a crise econômica que atingiu as pequenas e médias empresas se abateu sobre nós: a Editora Terceiro Mundo foi aceita no restrito grupo de sócios da Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner).

Um feliz Natal para todos e boas entradas em 1997.


Beatriz Bissio
Editora

SUMÁRIO

Novembro\Dezembro 1996 . Nº 197 . ANO XXII

Capa

O Brasil do século XXI

Que país seremos? 6

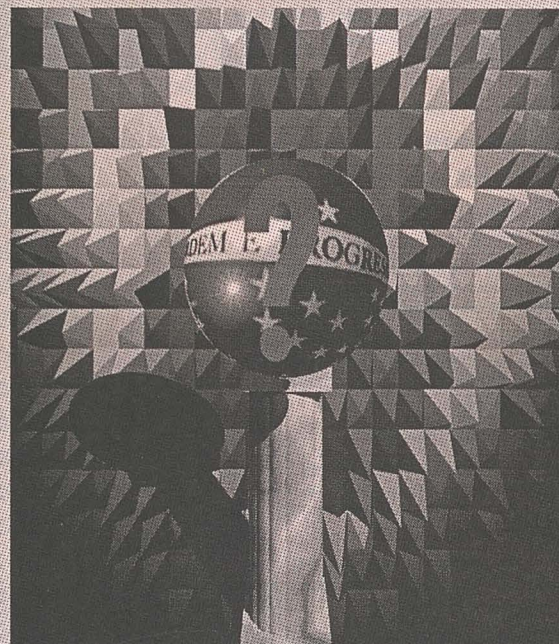
Ronaldo Sardenberg: Democracia e estabilidade são as chaves para o próximo milênio 10

País precisa programar o desenvolvimento 12

Políticas afirmativas 14

Telecomunicações: a fronteira do desenvolvimento 15

Amazônia em alvo 19



ENTREVISTA

João Pedro Stédile:

“O MST é um movimento social”

Dirigente nacional do Movimento Sem Terra defende a reforma agrária como instrumento para criar no país um novo modelo de desenvolvimento

22

CIDADANIA

Um olhar para o futuro

Programa da UFRJ permite que deficientes visuais utilizem o computador 28

COMPORTAMENTO

Ache a personagem dentro de você

Projeto que reúne psicologia e literatura ensina a romper os bloqueios emocionais que interferem no desenvolvimento de um boa escrita 30



REPORTAGEM

Paraná: em busca da cidadania

O estado adota um projeto de desenvolvimento econômico articulado com a mais ousada política de justiça social empreendida nesta década por qualquer estado brasileiro 32

PÁGINA ABERTA

A quem interessa a venda da Vale?

Privatização da empresa, uma das maiores mineradoras do mundo, é resultado de pressões vindas do exterior 62

CARTAS

4

ESPAÇO DO LIVRO

Viagem no texto. Testemunhos que não devem ser esquecidos

36

Com a palavra, o autor: Leonardo Boff

Estórias de um contestador

37

OPINIÃO

Eleições municipais e reforma partidária

Apesar da redução de possibilidade de fraudes com a urna eletrônica, há necessidade de aprovação de uma nova lei eleitoral 64

INTERNACIONAL



ÁSIA/TIMOR LESTE

Reconhecimento tardio

O Nobel da Paz, concedido a Dom Ximenes Belo (à direita) e ao dirigente da resistência timorense, José Ramos Horta, é a coroação de vinte anos de luta do povo maubere pela sua libertação 40



ÁSIA/ECONOMIA

A meta da prosperidade mútua

Trinta anos após fundarem a Asean, países asiáticos buscam políticas que eliminem a brecha entre os membros ricos e pobres 46

DIPLOMACIA/ONU

O salto necessário

A lentidão demonstrada pela ONU para incorporar os avanços tecnológicos deixa o organismo atrasado em relação à divulgação de informações 49

AMÉRICA LATINA

Argentina: Efeito bumerangue

Vítima da ditadura obtém indenização nos Estados Unidos por ter sido submetida a torturas e indiciada indevidamente pelo governo argentino 50

MINORIAS

América: Força telúrica

A terra continua sendo o nó górdio das reivindicações das comunidades indígenas americanas 52

MINORIAS

Caribe: Culturas transplantadas

A presença nas esferas de decisão é a única forma de assegurar direitos iguais para todos nas sociedades multiétnicas do Caribe 53

ÁFRICA

Zaire: Armadilha fatal

Refugiados hutus, encurralados pela guerra civil no Zaire, são as novas vítimas das tensões raciais provocadas pelas seqüelas da colonização européia no continente africano 55

MULHER

Anônimas Marias movimentam a economia

Estudo da Flacso mostra que a mulher latino-americana foi fator-chave para a superação da crise que se abateu no continente nos anos 80 57

MUNDO EM IMAGENS 61

RÁDIOS COMUNITÁRIAS

Assistimos pasmos à reportagem do Jornal Nacional de 24 de setembro. Não discordamos da tese da interferência de um serviço de telecomunicações sobre outro. Somos vítimas, como usuários, dessas chamadas interferências, seja em nossos telefones, receptores de rádio e TV, computadores etc.

Sabemos que são possíveis as interferências na faixa de Frequência Modulada (FM) destinadas à Aeronáutica para controle da navegação aérea e em seus instrumentos de voo. O que não concordamos é que sejam as Rádios Comunitárias (chamadas de piratas pela matéria) as únicas responsáveis pelo fato. Não seria mais razoável dizer que qualquer rádio (principalmente as comerciais que têm grande potência) que supermodulem ou que tenham desvios de frequência serem as causadoras de tais interferências?

Po outro lado, a reportagem levanta uma questão bastante séria: de quem é a responsabilidade se acontecer uma tragédia com a queda de um avião lotado de passageiros? Desde 10 de abril de 1995 que, em reunião como o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, estamos tentando junto ao governo e ao Congresso a regulamentação das cerca de 5 mil emissoras comunitárias. Não queremos o caos; queremos a regulamentação.

Após várias reuniões com o ministro, com o vice-presidente Marco Maciel, parlamentares e a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV conseguimos provar

que o melhor caminho é a regulamentação. Há oito projetos sobre o tema tramitando no Congresso.

Em 29 de agosto, em nova reunião com Sérgio Motta, chegamos a definir estratégias para agilizar a votação da lei, apesar das diferenças que temos com o governo sobre pontos da regra. Em tese, está nas mãos do Congresso o poder de aprovar a lei. Em tese pois sabemos que se não houver muita pressão dos setores interessados e vontade política do governo não conseguiremos romper o excesso de corporativismo existente na Casa.

Não podemos deixar que se repita o erro, tão comum no país, de agir depois que acontecem as desgraças. Se há o risco de uma tragédia e se está nas mãos do governo o poder de evitá-la, porque esperar que aconteça? Por que não atender a esse desejo popular, de comprovada importância para a vida das comunidades?

Falta talvez seja um pouco mais de boa vontade do governo com o povo. Boa vontade que teve com os empresários do setor quando beneficiou com concessões através de portarias e decretos os canais por assinatura. O ministro Sérgio Motta tem dito que deseja elevar o Brasil à condição de segundo mundo na área das comunicações. Achamos urgente e necessário, pois o Brasil é um dos poucos países que não têm regulamentação para o serviço de rádios comunitárias.

Sebastião Santos
Presidente da Associação
Brasileira de Radiodifusão
Popular — RJ

SOLIDARIEDADE

Presto solidariedade diante das dificuldades financeiras da editora. Também estou como vocês. Não desistam. Já que durante a crise é que se cresce, porque vocês não procuram esses partidos tão divididos de nossa esquerda com o propósito de produzir um semanário alternativo à "história oficial"? Esse pessoal gasta muito com publicações mal direcionadas! Já é tempo de alguém nos unir e propor um trabalho em comum, pois não é essa a nossa proposta? A gente está mais atrasado do que a Igreja Universal, que já tem até TV.

Paulo Renato Spinelli
Vitória — ES

FASCINAÇÃO

Tenho fascinação por esta publicação, que nos faz pensar, refletir sobre nossa situação de ser humano enquadrado num mundo ao mesmo tempo prazeroso e de sofrimento. Esta revista nos ajuda a engrandecer o nosso mundo.

Cesário Martins
Fortaleza — CE

AGRADECIMENTO

Agradeço à Editora Terceiro Mundo o envio do exemplar do *Almanaque Brasil 95/96*. Desejo sucesso a esta editora para que continue com suas publicações de alto nível.

Vera Lúcia Salazar Pessoa
Uberlândia — MG

DOMINADORES E DOMINADOS

Temos hoje, em relação às classes sociais, dois pólos distintos: a dominante, detentora do capital e dos meios de produção, e a maioria do povo, ou classe dominada, detentora da força de trabalho.

A percepção da realidade contextual está ligada à percepção da realidade de cada um. A realidade de vida de um membro da elite minoritária é superior à realidade do país. Não raro se vê essas pessoas entoando discursos de prosperidade, desenvolvimento e progresso de um país que afunda no caos social.

Do mesmo modo, há a classe majoritária e dominada, cuja visão da própria realidade se aproxima muito da realidade contextual do país. Essa maioria é a cara do país.

Porque a classe desprivilegiada, se é a maioria e sua realidade pessoal se entrelaça com o contexto da pátria, é uma classe dominada? Por uma secular política de opressão, exploração e exclusão. Ainda temos as exceções que se dividem em duas categorias. Uma, a dos membros das elites, que pela visão da injusta distância que separa do país a classe dominada de sua realidade pessoal, adere à causa dos marginalizados. A outra é de desfavorecidos, que vê sua realidade pessoal e do país parelha à realidade das elites. A consequência é um bolo delicioso, feito à base de uma massa aturdida e heterogênea, que banqueteia àqueles aos quais interessa que o bolo nunca se acabe.

Paulo Fernando Cotias
Rio de Janeiro - RJ

INACEITÁVEL

Excelente o número 191 de **cadernos**. O Brasil não pode dispensar a reforma agrária. É inaceitável ver um país com tanta terra sem uso e com tanta gente precisando arriscar a própria vida e a da família por um pedaço de terra onde possa tirar o mínimo para sobreviver.

Inaceitável é ver tanta gente que ao não perceber outra saída acaba engrossando as estatísticas da miséria nas grandes cidades, morando sob viadutos e nas favelas, e são obrigados a roubar ou viver mendigando para conseguir comida.

Inaceitável é saber que boa parte da sociedade, até mesmo os ditos mais "cultos", talvez por pura ignorância, consideram marginais os ocupantes das imensas áreas paradas desse país de dimensões continentais, porém extremamente mal dividido e com todo um sistema favorável aos grandes latifundiários.

Reforma agrária já.

Isael de Carvalho
Rio de Janeiro — RJ

CARTAS VIA CORREIO ELETRÔNICO

Os leitores de **cadernos do terceiro mundo** podem enviar mensagens para a revista através do endereço eletrônico: **caderno@ax.ibase.org.br**

Em dezembro estamos inaugurando uma *home-page* na Internet. O endereço é **<http://etm.netune.com.br>**

Intercâmbio

* **Joandy Pérez Pérez**
Calle 32. Entre 19 y Polígono
La Campanita — 57600
Cumanayagua — Cienfuegos
Cuba

* **Vagner Severino**
Rua Silvio Fontes 100 B11 apt208
Bairro Jabour — CEP 21833-070
Rio de Janeiro — RJ — Brasil

* **Ana Rosa Fuentes Martínez**
Apartado 423
Matanzas 40 100 — Cuba

* **Leandro Eduardo de Souza**
Rua Antonio Cabral 736,
Quintino I - CEP 14075-090
Ribeirão Preto — SP — Brasil

* **Gustavo Jose Roaguez Lopez**
Calle 1º nº 527 entre 6 y 8
Apt 2 vedado
Habana — Cuba

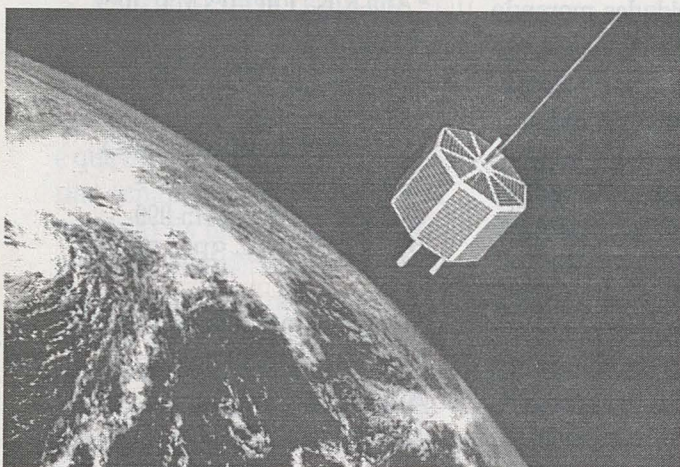
* **Marlenis Ramos**
Cienfuegos 56
Apartado Postal nº 15
Central Ciro Redondo
Prov de Ciego de Avila
Cod Post 67500 — Cuba

* **Olga Bonachea Montero**
Caridad # 3 Cuba y Colóm
Rpto Patora CP 50100
Santa Clara 1 — Villa Clara
Cuba

* **Luiz Rebouças Tôrres**
Caixa Postal 2655
CP 59022-970
Natal — RN — Brasil



O Brasil do século XXI Que país seremos?



O desafio tecnológico



O desafio educacional

Procópio Mineiro

Estudiosos de diversas áreas debatem o presente para vislumbrar o que deseja e pode vir a ser o gigante adormecido. Uma sociedade desenvolvida, soberana e protagonista na cena internacional, calculam alguns. Uma sociedade inserida na globalização, como boa parceira do mundo mais desenvolvido, aconselham outros, que professam a crença na força reguladora do mercado. São caminhos díspares, uma espécie de encruzilhada cruel que marca, no país, o último embate do pensamento político e social do século XX. Ou já antecipa os primeiros confrontos do século XXI

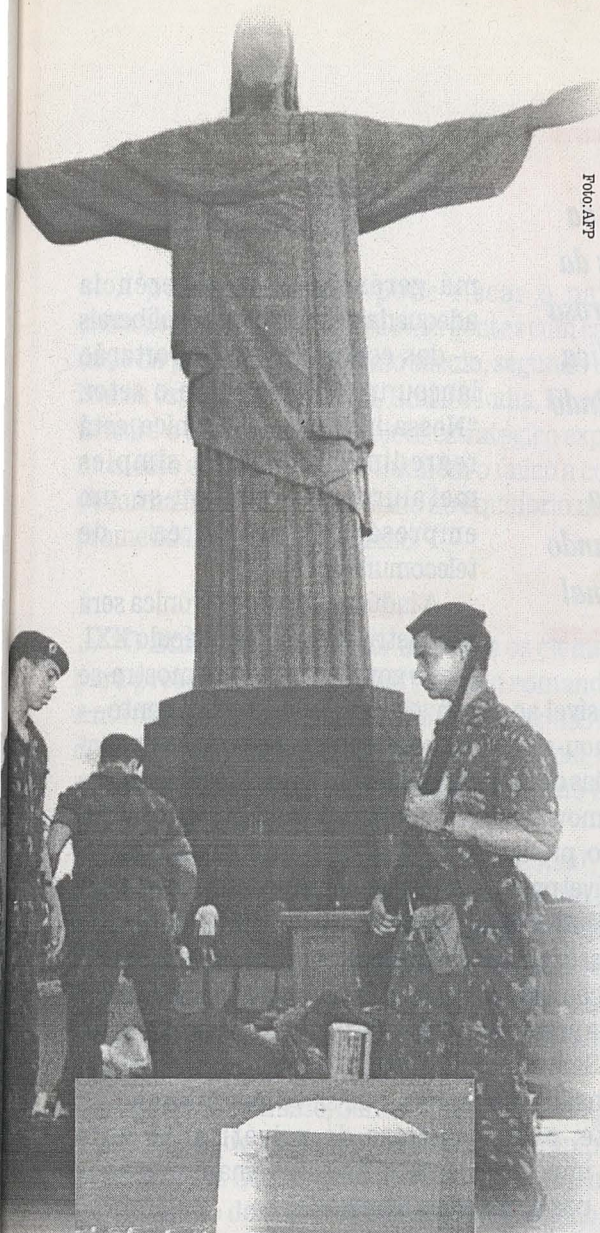


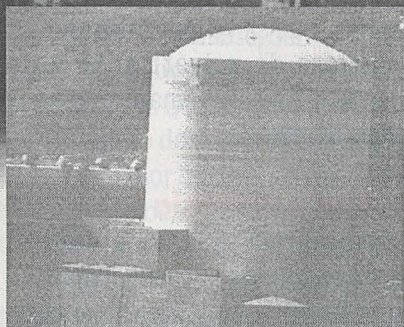
Foto: AFP

Finda o século e os olhos se apertam em direção ao futuro, cronologicamente tão ali, mas socialmente tão incógnito, que sua distância é impossível de precisar. O futuro a Deus pertence, reza o ditado. Mas alguns céticos, embora com o devido respeito, completam que realizam o futuro somente os que com ele sonham e o planejam com inteligência e coragem.

Um exercício desse tipo foi o III Encontro Nacional de Estudos Estratégicos (Enee), realizado em meados de outubro no Rio de Janeiro, organizado por diversas instituições, como a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), universidades, centros de pesquisas científicas, entidades profissionais e empresariais e a Escola Superior de Guerra (ESG).

Dos tratados de desarmamento internacional à globalização da economia; da educação e dos índices sociais aos desafios de se fazer ciência e promover progresso no país; da estabilidade monetária aos riscos de desindustrialização, passando pelas privatizações (às vezes vistas como reestatizações em proveito de outros países) e pelas urgências amazônicas; das parcerias potencialmente estratégicas com africanos, indianos e chineses à iminência de dotar o Japão de um subsolo que lhe falta, com a privatização da Companhia Vale do Rio Doce — assim, dezenas de assuntos vitais foram examinados por centenas de especialistas. Frequentemente eles estavam em desacordo, mas coincidiam no interesse em esquadriñar o presente para imaginar ou desenhar o futuro.

O surpreendente mesmo foi a constatação desse desacordo, tão mais surpreendente em evento patrocinado e com participação ativa de diversas entidades governamentais. Um sinal de que não sairemos do século nas asas de unanimidades. Como a indicar que, se política é negociação, o Brasil do século XXI surgirá de resolutos diálogos. Claro, não é isso que se percebe em pesquisas de opinião, nem no quase uníssono noticiário do dia a dia. Daí, a surpresa do III Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, suas ressonâncias e dissonâncias.



O desafio nacional

O desafio energético



O desafio da integração



Cabeças pensantes desenham outros cenários, que não os projetados pela política governamental, e prevêem enguiços sérios na conformação da sociedade brasileira, se não houver correção de curso.

De fabricante a comerciante

Industriais reclamaram, não da globalização, mas da interpretação considerada extraordinariamente generosa que o governo aplica ao fenômeno, abrindo sem medidas as comportas da importação e afogando a indústria nacional e a força de trabalho.

Citou-se um exemplo, o da Estrela, a gigante dos brinquedos. Seu lado industrial adernou: agora é mais uma grande firma comercial importadora de brinquedos produzidos em outros países. Menos empregos, menor geração de renda interna, recuo de um braço produtor, redução espalhada para os segmentos fornecedores de insumos...

Outra queixa: da indústria eletrônica nacional. A

Os industriais reclamaram não da globalização, mas da interpretação generosa que o governo aplica ao fenômeno, abrindo sem medidas as comportas da importação e afogando a indústria nacional

má gerência — ou a gerência adequada pelos padrões neoliberais — das comportas da importação lançou um dilúvio sobre o setor. “Nossa indústria eletrônica está regredindo à fase de simples metalúrgica”, queixou-se um empresário da área de telecomunicações.

A indústria eletroeletrônica será a indústria dinâmica do século XXI, mas o governo brasileiro mostra-se

insensível ao desenvolvimento desse segmento — alarmou-se o vice-presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Sérgio Magalhães, que reclamou também políticas de reforço do ensino básico, profissional e científico como suporte indispensável para o desenvolvimento econômico do país.

Idêntico diagnóstico partiu dos participantes de discussões específicas sobre a educação brasileira: a situação é de crise nos três níveis de ensino, a mais efetiva ameaça à qualidade do Brasil no próximo século. Sem educação forte, inviabiliza-se a desejada expansão tecnológica, que se vê impedida, igualmente, pelas políticas de privatização e de importação franca. Estas eliminam empregos nas áreas mais avançadas.

Sem estratégia

“É ilusório acreditar que o capital estrangeiro vai estimular o desenvolvimento tecnológico no Brasil”, advertiu o economista Fábio Erber, assinalando que a América Latina continua sendo vista como uma área marginal no cenário do desenvolvimento.

“O governo não tem estratégia para o desenvolvimento e aposta todas as suas fichas nas multinacionais”, criticou outro economista, João Paulo de Almeida Magalhães, para quem o governo esquece que “a empresa privada nacional tem papel fundamental a desempenhar.”

“Ou realizamos nossas potencialidades ou vamos nos africanizar. Não há tempo a perder”, advertiu o professor gaúcho Paulo Vizentini.



A questão social é cada vez mais aguda, gerando desafios de segurança nas grandes cidades

A perda de tempo pode riscar o país da exclusivíssima lista dos três emergentes com capacidade de potência no próximo século, segundo calculam os especialistas: China, Brasil e Índia. Dos três, o Brasil é o único sem um projeto estratégico explícito de médio e longo prazo. É também o único a confiar de forma irrestrita seu destino ao equilíbrio mágico prometido pelo neoliberalismo.

Amazônia

“O Brasil precisa dispor de todos os elementos para preservar seus direitos”, disse o comandante Antônio Carlos Brandão, do Estado-Maior da Armada, refletindo a visão militar do poder nacional, reforçando análises do general Câmara Senna e do brigadeiro Sérgio Candiota da Silva.

“Nosso desafio é a conquista da Amazônia”, disse o general e ex-ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves, no debate sobre a questão. “As jazidas minerais das serras do norte da Amazônia são as maiores do mundo”, relatou o coronel Gélvio Augusto Fregapani, explicando parte do fascínio estrangeiro pela região brasileira.

O governo é omissivo, denunciou, por sua vez, José Altino Machado, da União Sindical dos Garimpeiros da Amazônia. Segundo ele, continua o permanente contrabando das riquezas florestais da região, que contém a maior biodiversidade do Planeta. “Não querem o nosso bem, querem os nossos bens”, arrematou o almirante Roberto Gama e Silva.

Como se vê, interrogação é o que não falta em relação ao futuro imediato do Brasil.

Os debates do III Encontro Nacional de Estudos Estratégicos expuseram, assim, inúmeras dúvidas e desacordos, e outras tantas certezas sobre os caminhos brasileiros para o próximo século.

As dúvidas se referem aos rumos que caracterizam a orientação econômica neoliberal e à capacidade desta trilha permitir a travessia esperada pela sociedade brasileira.

As certezas se concentram na extensão do potencial do país em viabilizar um salto qualitativo em seu desenvolvimento e em sua projeção mundial — em resumo, na melhoria substancial das condições de vida de seu povo, num quadro de soberania nacional.



A cobiça internacional se volta para a incalculável riqueza florestal e mineral da Amazônia, por onde corre a frente móvel e sem controle de milhares de garimpeiros



Epopéia

Em suma, o Brasil diferente do século XXI sugere uma epopéia. Pois se há razão no que se disse no III Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, o Brasil desenvolvido e integrado não resultará da ausência de políticas orientadoras de médio e longo prazo centradas no interesse nacional. Não resultará da pretensa primazia auto-regulatória do mercado, nem de concepções minimalistas sobre soberania. Tampouco resultará do desemprego intenso, das crescentes concessões ao estrangeiro, combinadas com a já religiosa crença na necessidade e eficácia da redução do Estado.

Se há razão no que se disse no III Enee, o Brasil está dando as costas ao futuro: prepara mal suas novas gerações e desarticula, metodicamente, o que já conseguira de mais avançado. Confia, cegamente, que uma suposta boa vontade do capital externo o presenteie com o desenvolvimento — que o próprio país não tem vontade de formular autonomamente nem buscar com perseverança.

Se há razão no que se disse no III Enee, a opinião pública brasileira sofre um envenenamento programado e tende à paralisia cerebral: os meios de comunicação descumprem o compromisso primário de agregar elementos à formação da cidadania. Ao contrário, vêm ministrando ao conjunto da população doses maciças de informações pouco objetivas sobre temas vitais, reforçando, como se fosse a única saída, a opção neoliberal praticada pelo governo. Nessa verdadeira missão, começam por ridicularizar conceitos como os de soberania, identidade, capacidade e desenvolvimento nacional.

Se há mesmo razão no que se disse no III Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, o século XXI do Brasil pode estar imensamente mais distante do que supõe a preocupação de muitos.



Sardenberg

Democracia e estabilidade, as chaves para o novo milênio

Um otimismo preocupado foi a marca do pronunciamento do homem encarregado de coordenar o pensamento de longo prazo brasileiro. Na abertura do III Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, no Rio, o embaixador Ronaldo Sardenberg, titular da Secretaria de Assuntos Estratégicos, listou, além das dificuldades, as invejáveis condições naturais do país para afirmar-se no mundo do século XXI.

"A unidade nacional, a grande população, a vastidão do território, a extensão das fronteiras, a tropicalidade, a simultânea continentalidade e maritimidade, a ampla base de recursos naturais, o tamanho da economia, etc. efetivamente estruturam o Brasil", destacou Sardenberg, somando a estes fatores a capacidade de convivência étnica, a unidade lingüística — "outro dos verdadeiros milagres brasileiros" — a consciência comum da nacionalidade e o patrimônio natural que precisa "ser utilizado de forma sustentável". Citou, ao mesmo tempo, os desafios que ameaçam essas vantagens: "a desigualdade social e a clivagem regional em termos de renda e atividade econômica; a concentração industrial; os crescentes problemas das megalópoles, a devastação atual e virtual do meio ambiente, etc."

"Nenhuma das dificuldades que se apresentam parece, contudo, ser realmente insuperável. Para encaminhá-las, o governo e a soci-

idade claramente conduzem na atualidade pelo menos três lutas simultâneas: a primeira é a da efetiva democratização (que incorpora todas as dimensões políticas, mas que vai além delas, na trilha da solução das questões sociais); a segunda é a da estabilização econômica como base essencial da aceleração do desenvolvimento sustentável; e a última é a correta inserção externa do país, nos planos regional e global."

Inserção regional e global — O ministro da SAE define a presença regional brasileira como decididamente pacífica e integradora, destacando-se iniciativas como o Mercosul, o gasoduto Brasil-Bolívia, a importância que o país dá à idéia da unidade da América Latina.

Sardenberg afirmou que a globalização cria divisões, ao privilegiar determinadas regiões em prejuízo de outras, com o fluxo de seus capitais voláteis, que diferenciam a marcha do desenvolvimento. "Para o Brasil, porém, a América Latina continua a representar uma preocupação central em termos, por exemplo, de identidade internacional, de expressão de uma realidade cultural e política, de fortalecimento da posição negociadora de cada país da região, e desta em seu conjunto, no diálogo com os Estados Unidos e com a União Européia".

"Discutem-se no Brasil, ampla e profundamente, as modalidades de



Embaixador Ronaldo Sardenberg

inserção na economia mundial. Os evidentes benefícios da globalização são modulados pela consciência de suas tendências perversas. As decisões hoje adotadas significarão um futuro de prosperidade ou de pobreza, um meio ambiente sadio ou degradado, a integração de nossas variadas grandes regiões ou dilacerantes problemas econômicos e sociais", lembrou Ronaldo Sardenberg.

O Brasil de 2020 — O horizonte estratégico imediato do Brasil é o ano de 2020, o espaço de uma geração. Estudos complexos procuram definir cenários possíveis daquele futuro próximo, para traçar a rota mais apropriada para o país.

"Os estudos em curso procuram analisar as tendências de longo prazo, contra um pano de fundo mundial de polaridades variáveis e competição sistêmica", descreveu Sardenberg. "Poder-se-ia argumentar que seriam de pouca valia projeções e extrapolações num mundo globalizado marcado pela retração do papel do Estado e afirmação das forças de mercado. Entretanto, desde já são visíveis certas tendências de peso que estarão presentes em 2005 e 2020, cujo aproveitamento ou desperdício dependerá de iniciativas concebidas a partir de agora, se é que ainda estamos em tempo."

Como exemplo, citou a preparação das gerações que comandarão o país: "Se não tomarmos medidas antecipatórias para dar viabilidade a um futuro minimamente desejado, perderemos a janela de oportunidade para uma inserção favorável do país no início do próximo século. É manifestada a urgência das políticas para resgatar o enorme contingente de marginalizados e excluídos que já existe entre as crianças e adolescentes de hoje. Sem uma estratégia mínima de longo prazo, o futuro do país poderá acabar ficando nas mãos de uma geração inteira apenas formada num processo de globalização anárquica ou anômica, sem comprometimento com uma cultura solidária de identificação nacional."

Desenvolvimento de longo prazo

— O Brasil tem diante de si uma série de alternativas, que podem deixá-lo às portas do paraíso ou no umbral do inferno, em 2020.

Inferno: crescimento econômico irregular, com agravamento da exclusão social; crescimento lento, estagnação ou retrocesso no desenvolvimento e, o quadro pior de todos, regressão econômica com decomposição social.

Paraíso: "desenvolvimento sustentado e equilibrado em termos econômicos, sociais e ambientais, com a reversão do quadro de exclusão social e o conseqüente fortalecimento da ética de solidariedade nacional."

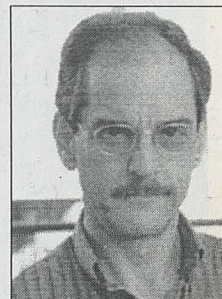
Como caminhar para o paraíso? Com um projeto capaz de atender às necessidades nacionais de desenvolvimento econômico e social, que conte com a adesão da sociedade "na moldagem do futuro com suas próprias mentes e corações", definiu o ministro Ronaldo Sardenberg.

Globalização ou regionalização?



O debate mais quente deste fim de milênio busca esmiuçar a globalização, com seus riscos e virtudes. O fenômeno é antes de tudo econômico, mas tem ramificações em outras esferas. Tido como inexorável, é estudado não só em si mesmo, mas também em função da margem de manobra que deixaria para a inserção soberana de cada Estado no processo.

Uma das advertências veio do professor León Bendesky, da Universidade do México. Ele chamou a atenção para as conseqüências do processo de desestatização extrema, que alguns países da América Latina estão realizando e que acaba sendo repassado para o campo das instituições políticas. Para o economista, os conglomerados transnacionais costumam se conectar diretamente com certos segmentos do poder e não desejam ser fiscalizados pelos Congressos. Para ele, o Estado desarticulado favorece a ingovernabilidade. "A globalização costuma concentrar os benefícios, mas não os custos". A solução parcial, diz Bendesky, seria o incentivo aos processos de integração sub-regionais.



León Bendesky

Esta também é a opinião de Saskia Sassen, professora da Universidade de Colúmbia (EUA). Ela afirma que hoje coexistem duas tendências à globalização e à regionalização que não considera opostas. "A globalização age como estímulo à regionalização. Ela substituiu a bipolaridade". Do ponto de vista geopolítico, Sassen acredita que hoje existe um novo equilíbrio de poder global, com uma potência que reivindica mais poder do que as outras.

O professor Elmar Altvater, da Universidade Livre de Berlim, denuncia que a globalização acelera a brutalização da sociedade e exige a regionalização como resposta. A integração ao mercado global, para ele, exige que o processo seja planejado e implantado a longo prazo.

Com ele concorda Sanjara Baru, editor do *The Times*, da Índia. "O exemplo russo mostra que as reformas em países de economias de vulto devem ser implantadas a longo prazo. Se não, instala-se o caos e as mudanças fracassam. A Índia está preocupada com o futuro e olha para as parcerias com o Brasil, África do Sul e China. Mas para crescerem, Brasil e Índia dependem do mercado externo. Isso é perigoso. A prioridade deve ser mercado interno. O desenvolvimento econômico é fundamental, mas insuficiente na era da globalização. Só as sociedades que aprimorarem o sistema político, democratizando-o cada vez mais, terão vez no século XXI."



Saskia Sassen

Wang Yizhou, do Instituto de Política e Economia Mundial, de Beijing, acredita que a globalização converte o Brasil e a China em parceiros estratégicos. "Ambas as nações devem utilizar sua influência para favorecer o equilíbrio no poder mundial, promovendo o multilateralismo, em oposição às atuais hegemonias", disse. **(Beatriz Bissio)**



País precisa programar o desenvolvimento

Ao se comparar a estratégia do Brasil e dos tigres asiáticos ou China em relação às multinacionais, comprova-se que o fato de o Estado impor normas rígidas não afasta os investimentos e preserva a soberania

O papel das multinacionais no desenvolvimento brasileiro” foi tema de importante mesa-redonda, coordenada pelo economista Aníbal Vilela e tendo por expositores João Paulo de Almeida Magalhães, Sidney

Latini e Fábio Erber.

O que esperar das multinacionais na economia globalizada? Recorrendo a exemplos de ontem e de hoje, os expositores mostraram-se céticos quanto à possibilidade de o desenvolvimento brasileiro ser alcançado apenas através da atuação das empresas estrangeiras. Lamentaram a falta de um plano nacional e apontaram a confiança que o governo deposita na mão amiga das multinacionais como surpreendente ingenuidade. Embora, como disse Erber, citando Camões, “se isto é loucura, há método nela”.

Soberania

Para Fábio Erber, o governo FHC demonstra profunda fé no bom coração das multinacionais e esquece de preparar estratégias de negociação com tais empresas. “É um esquecimento gravíssimo”, comentou.

“As preocupações com a soberania é que motivaram as políticas brasileiras de desenvolvimento neste século. Se isto não for mais importante, como esperar que as multinacionais venham a assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento? É pura perda de tempo esperar que essas empresas tenham interesse em trazer para cá a capacidade de inovação”, disse Fábio Erber.

Lembrou que essas firmas são responsáveis por 91% dos projetos de Pesquisa e Desenvolvimento

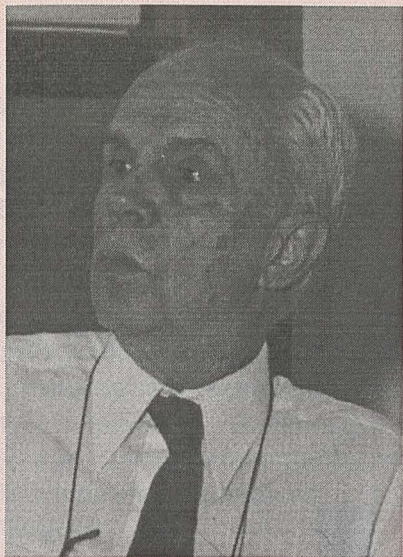
Tecnológico nos Estados Unidos, mas por somente 0,3% no Terceiro Mundo.

João Paulo de Almeida Magalhães, a partir de artigos recentes de Mendonça de Barros e Gustavo Franco, diretor do Banco Central, concluiu que o governo não tem estratégia, pois espera o milagre do desenvolvimento com a adoção de um modelo econômico que dispensa a presença estatal e condena ao desaparecimento a empresa brasileira. “Assim resta apenas a empresa estrangeira. Do modelo tripartite (capital estatal, capital privado nacional e capital privado estrangeiro) passamos ao modelo Saci — o modelo de uma perna só, a multinacional.”

Matriz e filiais

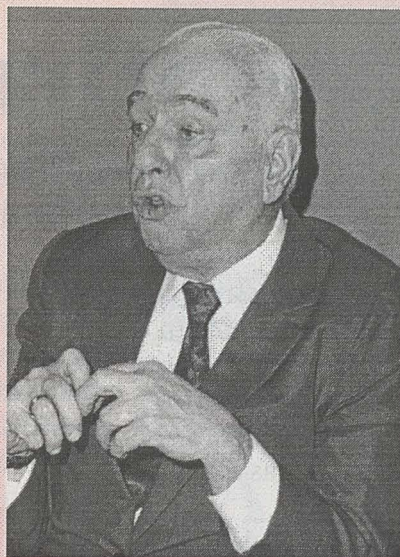
A ingenuidade do governo estaria em imaginar, como o faz Gustavo Franco, que essas empresas virão em grande quantidade e dispostas a se transformarem em exportadoras a partir do Brasil, adverte João Paulo. Nem elas trarão sua melhor tecnologia, nem vêm dispostas a disputar terceiros mercados contra suas matrizes. Recorrendo a comparações, perguntou se empresas nacionais em setores dinâmicos não iriam exportar mais que multinacionais aqui instaladas. O carro brasileiro exportado é na verdade um carro produzido por multinacionais, exemplificou. Já o carro exportado pela Coreia é de fato coreano. Não será por isso que a indústria automobilística nacional coreana exporta infinitamente mais que as multinacionais do setor instaladas no Brasil?

“Sem dúvida, a empresa privada nacional tem papel fundamental a desempenhar”, apontou João Paulo, na contramão das políticas defendidas por Gustavo Franco e pelo governo FHC. Citou os exemplos de



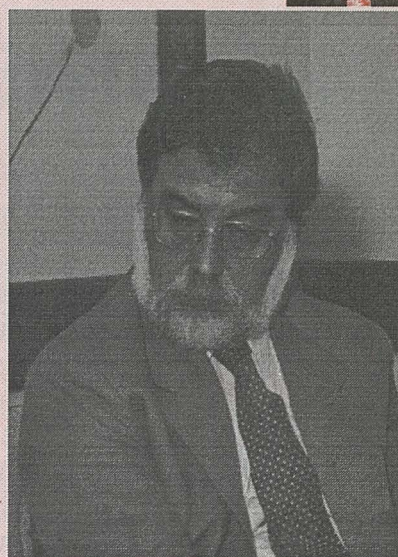
João Paulo de Almeida Magalhães

Modelo Saci vai atrasar o Brasil



Sidney Latini

Salário miserável não é vantagem comparativa



Fabio Erber

Multinacionais não trarão inovações

desenvolvimento de Taiwan e Coréia, cuja política de plataformas exportadoras obrigavam as multinacionais a buscar mercados externos e as proibiam de disputar o mercado interno com a empresa nacional. Assim, simultaneamente abriram mercados internacionais e desenvolveram suas empresas nacionais, fugindo à situação de concorrência predatória interna, que caracteriza a política neoliberal no Brasil implantada por Fernando Collor e seguida por Fernando Henrique.

Recompor o tripé

João Paulo de Almeida Magalhães sugeriu que a empresa privada nacional seja estimulada pelo governo, através, por exemplo, de participação acionária estatal, a qual, ao longo do tempo, seria repassada ao mercado.

O professor Sidney Latini foi outro expositor a defender o equilíbrio tripartite do desenvolvimento brasileiro.

"A globalização é inexorável. Mas o Brasil precisa lutar para desempenhar um papel de protagonista e não se deixar jogar a uma situação de figurante subalterno. Hoje, corremos o risco de sofrermos um

processo de desindustrialização. Faltam planos estratégicos nacionais. É melancólico ouvirmos dizer que podemos oferecer ao estrangeiro a vantagem comparativa de pagar salários miseráveis a nosso povo", assinalou Latini.

O economista, que participou do Grupo Executivo da Indústria Automobilística, criado por Juscelino Kubitschek para implantar este setor no país, em 1957, descreveu a evolução do processo. Uma das características foi a de estabelecer metas e normas de interesse da economia nacional, como percentuais crescentes de nacionalização dos componentes dos automóveis, o que fez surgir e expandir nossa indústria de autopeças. A filosofia básica era a de nacionalizar o carro brasileiro e transferir tecnologia para a indústria de autopeças nacional.

Lembrou que as exigências brasileiras foram devidamente acatadas pelas multinacionais. Segundo Latini, a orientação neoliberal do governo brasileiro de hoje esquece o interesse nacional e submete-se a exigências das empresas multinacionais, como se o estabelecimento de regras nacionais fosse afugentá-las. O caso da China é um desmentido disso: apesar das rigorosas normas impostas pelo governo chinês, multinacionais estão fluindo para lá. (P.M.)



Políticas afirmativas

Setor de bens de capital vê perigo de desindustrialização do Brasil, retrocesso que já afeta economias da Argentina e do Chile

A Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) levou ao III Encontro Nacional de Estudos Estratégicos um documento sobre a importância do setor para o futuro da economia brasileira dentro das condições da globalização.

O documento analisa a evolução e o estado atual do segmento e projeta sua presença no país do século XXI, apresentando um tom de alerta e de críticas ao modelo (ou falta de modelo) seguido pelo governo.

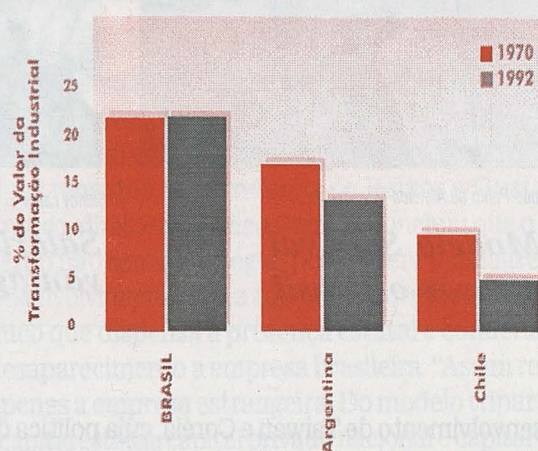
O setor engloba as áreas de mecânica — máquinas e equipamentos (55%); eletro-eletrônico-comunicação — geradores, transformadores, equipamentos de comunicação (23%); transporte — naval, ferroviário, veículos pesados (18%); e metalurgia — estruturas e reservatórios metálicos (4%).

“Estamos convictos de que a produção de bens de capital é estratégica para o futuro de todos os setores da indústria e para o desenvolvimento de qualquer país que almeje entrar no próximo século como protagonista e não como coadjuvante no concerto das nações”, avaliam os empresários do setor.

“Por isso — continua o documento — quando discutimos hoje o futuro do país, e dentro dele as perspectivas do setor brasileiro de bens de capital, mantemos uma expectativa e um anseio quanto ao reconhecimento da nossa importância estratégica. Essa expectativa e esse anseio representam uma alternativa às idéias daqueles que, desinformados, menosprezam o papel do setor de bens de capital e encaram a sua falência como algo natural. Esse desconhecimento não permite vislumbrar ações criativas ou atitudes pró-ativas, de impacto na economia como um todo, capazes de promover a almejada competitividade brasileira.”

“Não há mais tempo para discutir teses ou fazer diagnósticos (...) É urgente, agora, adotar as mudanças estruturais, para assegurar o crescimento da atividade produtiva brasileira, como única forma de su-

Participação do Setor de Bens de Capital no valor da Transformação Industrial (1970-1992)



ECONOMIAS DO CONE SUL
(Fonte: Banco Mundial)

Fonte: ABIMAQ

perar nossos graves desequilíbrios sociais”, assinala o documento. E lembra: “Uma das maiores características do empresário nacional é a capacidade de adequar-se e sobrepujar desafios que não tiveram paralelo no mundo.”

Citando dados do Banco Mundial para o período 1970-1992, o documento compara com outros países a participação do setor no valor da transformação industrial. A participação, no Brasil, manteve-se na faixa de 20%, enquanto nos Estados Unidos manteve-se perto dos 30%. No Japão, porém, cresceu, passando de 35%; na Alemanha, pulou de 30% a 40%; na França também evoluiu, aproximando-se dos 30%; na Itália, aproximou-se dos 35%; na Espanha, quase dobrou, aproximando-se dos 30%.

No Reino Unido, a pátria da musa do neoliberalismo, Margaret Thatcher, foi a única das economias de alta renda a registrar recuo de alguns pontos nesses índices, voltando a ficar abaixo dos 30%.

Comparando-se aos Tigres Asiáticos, a estagna-

ção brasileira na faixa dos 20% assistiu à decolagem coreana de 10% para 30%; a quase duplicação, em Cingapura, de 30% para perto de 60%; a multiplicação de 5% para 40% na Tailândia, e a subida de Hong Kong para os 20% brasileiros.

Na comparação com as economias sul-americanas que mais se submeteram ao neoliberalismo, a estagnação brasileira aparece como uma vitória. Afinal, o setor de bens de capital da Argentina reduziu sua participação na transformação industrial daquele país, caindo cinco pontos (baixou de 17% para 12%) e o mesmo ocorreu com o Chile (queda de 10% para 5%).

A aparente estabilidade da participação do setor brasileiro na transformação industrial não esconde, porém, preocupantes tendências, segundo dados de 1980 a 1996: decresceram a produção (de 26 para 14,5 bilhões de dólares), o consumo aparente (de 27 para 17,8 bilhões de dólares) e os empregos (de 350 mil para 183,1 mil, hoje). Já as importações cresceram enormemente nos últimos três anos, chegando em 1996 a 6,6 bilhões de dólares, enquanto as exportações se mantiveram em 3,3 bilhões.

Desestruturação

Os empresários do setor de bens de capital vêm muitas ameaças à economia e ao futuro do país, se o governo não adotar uma visão estratégica.

Entre as consequências danosas, eles prevêem o sucateamento e desinvestimento industrial, ampliação do déficit comercial pelo conseqüente aumento das importações de máquinas e equipamentos, maior dependência do Brasil ante a indústria de outras nações, perda de tecnologias e do poder de aperfeiçoá-las, além do aumento do desemprego setorial.

Os remédios contra essas ameaças, segundo os industriais, envolvem políticas de investimento em atividades produtivas, programas de apoio ao comércio exterior, apoio às atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico no setor de bens de capital, duplicação da produção agrícola a médio prazo e maior flexibilidade e agilidade das instituições de apoio ao setor, "que lhes permitam reagir diante das rápidas alterações que o mercado globalizado apresenta hoje".



Telecomunicações

A fronteira do desenvolvimento

País dependente do exterior nessa área integrará a banda perdedora

Marcelo Monteiro

“A criação e a circulação de informação representará, no século XXI, o que as estradas de ferro representaram no século XIX. As decisões sobre os meios de transmissão de comunicação vão decidir quais serão os países vencedores e perdedores no século XXI.” A opinião é do jornalista Marcos Dantas, especialista em telecomunicações.

Diante do crescimento do mercado de transmissão de informações a distância, as telecomunicações despertam o interesse de grandes grupos empresariais, que o encaram como um dos setores mais rentáveis do século XXI. O Brasil é um dos mercados com maior potencial a explorar.

O interesse foi reforçado pela posição do governo federal, aprovada pelo Congresso Nacional, de acabar com o monopólio estatal das telecomunicações. A alegação fundamental dos técnicos do governo é que o Estado não tem recursos suficientes para atender à enorme demanda reprimida por telefones (tanto convencionais como celulares), nem de outras formas de comunicação, além de não dispor de meios para que o país se mantenha na vanguarda tecnológica de equipamentos. O governo planeja,

inclusive, privatizar a própria Telebrás, depois de dividir a estatal em fatias regionais atrativas para grupos empresariais. Para Marcos Dantas, a estratégia do governo federal para o setor fará do Brasil um dos países perdedores: "O fatiamento da Telebrás é inadmissível. É um crime contra o país e contra as futuras gerações. Uma completa falta de visão estratégica. É retirar do Brasil qualquer possibilidade de participar do mercado como um agente forte."

O jornalista lembra que o mercado é dominado por empresas transnacionais, que deixaram de ser meras companhias telefônicas e se tornaram empresas globais de informação. A Deutsche Telecom, estatal alemã do setor, por exemplo, é hoje a principal operadora de TV a cabo do mundo.

"Ao invés de fortalecer a Telebrás, para que possa participar, por exemplo, do mercado de TV a cabo, o governo quer dividi-la. O que essas empresas regionais vão fazer no mercado globalizado? Absolutamente nada. O passo seguinte é serem compradas pelas multinacionais", afirma. Com o controle das empresas internacionais, a produção da informação e da tecnologia ficará no exterior, tornando o país mero receptor de informação e equipamentos. O Centro de Pesquisas da Telebrás, conhecido por seus resultados e único do gênero na América Latina, vem sendo desmantelado.

Marcos Dantas afirma que, sem a participação do Estado e do capital nacional no setor de telecomunicações, o país poderá "ficar mais dividido do que hoje". Segundo o jornalista, o tráfego de informações do Norte e Nordeste do país não é suficiente para pagar os investimentos na respectiva infra-estrutura. "O tráfego do Sudeste e do Sul cobre essa diferença. A Amazônia só tem comunicação porque está num sistema integrado. Ela é paga pelo lucro gerado nas regiões Sudeste e Sul", acrescenta.

A visão privatista do assunto foi exposta por empresários. Otávio Marques Azevedo, conselheiro do Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento das Telecomunicações (IBDT), diz que "a sociedade demanda serviços de telefonia e precisa ser atendida". Para o diretor da Andrade Gutierrez Telecomunicações, o governo deve definir um calendário de privatização do sistema Telebrás, "sem correria e não em detrimento do patrimônio público, mas para retirar o pior problema do sistema Telebrás: o fato de pertencer ao Estado". Com a desestatização do setor, o governo considera que a iniciativa privada vai ampliar a densidade telefônica do país, passando de 9,4 (1995) para 24 telefones a cada 100 habitantes, em 2003. Pelo plano de privatização, o Brasil teria 40 milhões de acessos telefônicos fixos e 17,2 milhões de acessos móveis em 2003. Em 1995, o país possuía 14,3 milhões de terminais fixos e 1,9 milhão de móveis.

Militares se dizem prontos para defender o patrimônio nacional

Beth von Zuben

A preocupação dos militares com o futuro da Amazônia foi confirmada no III Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, com a realização de várias mesas-redondas sobre o tema. Os debates ressaltaram a omissão do governo ante a cobiça internacional. Os debatedores assinalaram que agentes externos procuram sensibilizar a opinião pública sobre a necessidade de se internacionalizar a região. O argumento usado para justificar tal intenção é o de que o Brasil não teria competência para desenvolver a Amazônia sem depredá-la.

Porém, a Amazônia não é território internacional. A maior parte dela faz parte do Brasil e esse paraíso de recursos naturais, segundo Frederico Arruda, cientista do Amazonas, deve ser explorado sob o controle do governo. Hoje aquele manancial de riquezas sofre saque permanente.

Pirataria

"O contrabando de material genético na Amazônia é freqüente. Pelo menos mil extratos vegetais continuam a ser contrabandeados por laboratórios estrangeiros", afirma o pesquisador.

O general Antenor de Santa Cruz Abreu, comandante-militar da Amazônia, revela que existem milhares de pistas clandestinas, o que permite que pequenos aviões pousem e levem as riquezas. "As nossas riquezas não exigem grande capacidade de transporte. Uns dez quilos de certos minerais representam verdadeiras fortunas", explica ele.

A extraordinária biodiversidade poderia até provocar agressões armadas ao Brasil, segundo alguns militares. "Todos os países que foram alvo da cobiça internacional possuem grande potencial de recursos. Por isso, sofrem guerras. Quem está de olho em nossas riquezas não quer o nosso bem, quer os nossos bens", declara o almirante Roberto Gama e Silva.

A mesma opinião foi expressa pelo coronel Gélío Augusto Fregapani, durante 30 anos secretário de

Amazônia no alvo

Segurança em Roraima. Ele explica que as serras do norte da Amazônia constituem a maior província mineral do mundo e que, se forem exploradas, o preço do ouro no mundo despencará.

"Para evitar isso, muitos países do Primeiro Mundo não hesitariam em ir à guerra. A energia atual se baseia no petróleo e foi isso que gerou a Guerra do Golfo", exemplifica.

Mas, na opinião de José Altino Machado, fundador da União Sindical dos Garimpeiros da Amazônia Legal, ninguém vai invadir militarmente a Amazônia, pois quem poderia fazer isso já consegue decidir sobre a região sem disparar um tiro: "Toda vez que Fernando Henrique volta do exterior, chega com notícias de acordos, que desfavorecem o Brasil em relação a nosso patrimônio natural", comenta.

Altino defende maior participação da população local nas decisões sobre a região e pede maior atenção para os garimpeiros. "O país tem que se preocupar com os que estão vivendo lá, pois são eles que vão defender a Amazônia. Os garimpeiros são pessoas de todas as regiões do Brasil e o governo os trata como se não fossem brasileiros." Altino pregou uma urgente demarcação das fronteiras.

Conscientizar novas gerações

Apesar do efeito negativo dos garimpeiros nas reservas indígenas, o coronel Fregapani assinalou a possibilidade de utilizar bem essa presença: "Ao invés de tirar os garimpeiros da Amazônia, como o governo quer, nós poderíamos contar com eles. Só assim teríamos condições militares efetivas para proteger, por exemplo, a reserva indígena ianomâmi, que é muito disputada. Com uma boa ligação com eles, poderíamos fazer guerrilhas", explica.

Estanislau Monteiro de Oliveira, presidente da Associação Nacional dos Rondonistas, defende a retomada do Projeto Rondon, que tinha por lema "Integrar para não entregar". Extinto em 1989, o projeto mobilizava cerca de 900 universitários, com permanência de até dois anos numa região, onde prestavam serviços diversos às comunidades e

realizavam estudos sobre a área.

"A saída do Brasil não será conseguida com *lobby* no Congresso. A grande solução é voltar os estudantes para estas questões. Mas precisamos de atitudes de curto prazo, porque do ensino só teremos resultados daqui a 40 anos ou mais", propõe o coronel Marcus Vinícius Belfort Texeira. Ele sugere algumas ações: promover a integração latino-americana, a demarcação das fronteiras internacionais, retomar o projeto Calha Norte, incentivar a ocupação e orientar para o desenvolvimento sustentável.

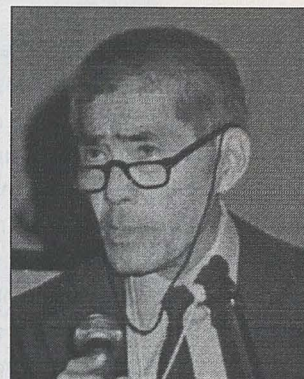
Imprensa em questão

Na ocasião, choveram críticas à imprensa. Segundo o general Antenor da Santa Cruz Abreu, quem contraria os interesses da política internacional tem vedado o acesso à mídia.

"Eu não consigo transmitir dados, sempre nos barram. A desinformação que paira sobre a população em vários assuntos também paira sobre os militares, que acabam não tendo possibilidade de se entenderem em outras áreas", reclama o general.

Ele enfatiza a necessidade de se esclarecer a população, divulgando-se a verdade. "Não estamos distorcendo nada. Mas as informações que saem nos colocam em posição ridícula. Temos que enfrentar a situação, para desmistificar essas histórias." Como exemplo, o general Santa Cruz Abreu cita o Projeto Calha Norte, apresentado à população como uma invasão militar predatória, deixando de lado seus objetivos nacionais de grande alcance.

Outro ponto questionado foi a sutileza usada para confundir o aspecto das fronteiras. De acordo com o general Santa Cruz Abreu, a Amazônia Legal



Ten. -Brig. Masao Kawanami, com. da ESG



General Benedito Leonel, com. do Emfa

Fotos: José Renato



Forças Armadas

Os desafios

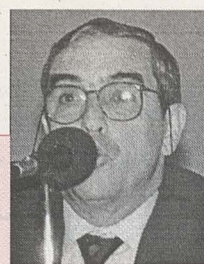
No mundo pós-Guerra Fria, em que os Estados Unidos se apresentam como a única superpotência do Planeta, as Forças Armadas de diversas nações se colocam ante o desafio de repensar suas dimensões e finalidades, agora que a hipótese de um confronto global parece bem mais remota.

No caso brasileiro, a formulação de concepções estratégicas para o futuro esbarram, inicialmente, na pequena fatia de recursos destinados às Forças Armadas. Há um consenso geral, apresentado por representantes militares nos debates do III Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, de que tais recursos são insuficientes para um país de dimensões continentais como o nosso.

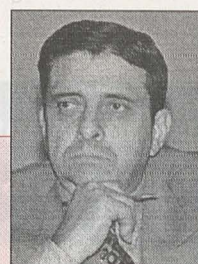
Atualmente, o Brasil investe apenas 0,8% do Produto Interno Bruto (PIB) em gastos com a defesa, ocu-



Gen. Câmara Senna



Com. Antônio Carlos Brandão



Brig. Sérgio Candiota da Silva

Fotos: José Renato

pando a quinta posição na América do Sul neste setor. É superado, pela ordem, pelo Chile, Equador, Argentina e Uruguai. Em âmbito mundial, o Brasil é o 124º colocado em gastos militares, em percentuais do PIB.

Os militares consideram estes dados preocupantes, mesmo levando-se em consideração que o continente sul-americano vive um momento quase que inédito de estabilidade política e com boas perspectivas de fortalecimento do processo de integração regional.

Nesta avaliação, as boas relações com os países limítrofes não justificariam despreocupação com o aparato militar, inclusive porque as Forças Armadas trabalham com um cenário de incremento dos conflitos no âmbito interno, especialmente nas áreas de narcotráfico, crime organizado e de luta pela posse da terra.

As Forças Armadas consideram urgente e imperiosa a necessidade de aumentar a presença militar brasileira na Amazônia, área que entendem ser alvo da cobiça internacional. Alguns esforços já têm sido feitos nesse sentido, como a transferência das brigadas militares de Petrópolis (RJ) e Santo Angelo (RS) para a região.

A Aeronáutica, por sua vez, considera indispensável a implantação do Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia (Sivam).

Mas ainda resta muito por fazer para inviabilizar ameaças à nossa soberania na região, que tem uma das menores densidades demográficas do Planeta. Para o general Leônidas Pires Gonçalves, ex-ministro do Exército, "nosso desafio é a conquista da Amazônia".

(Marco André Balloussier)

foi criada por lei, com aproximadamente seis milhões de km² mas não é uma área que justifique o conceito regional. O objetivo era atrair o capital do Sul para desenvolver todo aquele espaço. Na verdade, a Amazônia corresponde apenas a três milhões de km², ou seja, à metade da Amazônia Legal. Todas as estatísticas, porém, se referem à Amazônia Legal. Assim, todas as questões ambientais são apresentadas como se envolvessem a floresta.

"A Floresta Amazônica continua praticamente intacta. O estado do Amazonas fica inteiramente dentro dela. Manaus desmata um percentual baixo que é muito explorado pela imprensa internacional", queixa-se. O general alertou ainda para algumas manchetes já exibidas pela imprensa no exterior. Uma delas dizia: "Ao contrário do que os brasileiros pensam, a

Amazônia não é deles, é nossa." Outra pregava abertamente: "Somente a internacionalização poderá salvar a Amazônia."

O general denuncia uma intenção dos meios de comunicação em mostrar a incapacidade do governo brasileiro, responsabilizando-o por queimadas, desmatamento, genocídio e, de quatro anos para cá, de "suposta convivência com o narcotráfico".

Há outros dados também incorretos, diz o general. Segundo ele, a Funai diz existirem 10 mil índios ianomânis. De acordo com um censo dos militares, há apenas quatro mil. "Deram nove milhões e meio de hectares a quatro mil índios. O mundo se diz preocupado com o ianomâni. Mas ninguém se preocupa com um milhão e meio de caboclos amazonenses, que não possuem sequer um metro e meio quadrado."



Futuro comprometido

Novas tecnologias se oferecem à formação dos jovens, mas sistema educacional sequer supera antigas deficiências

No III Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, as palestras sobre educação, organizadas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), revelaram a insatisfação de professores e estudiosos com a situação do ensino no Brasil.

Um dos temas em debate foi o papel das universidades no século XXI, já que aumenta o leque de tecnologias que possibilitam o ensino a distância e até mesmo o desenvolvimento de faculdades virtuais.

Sandoval Carneiro Júnior, professor-titular do Programa de Engenharia Elétrica da UFRJ, acredita que, em futuro próximo, o computador, a televisão e o telefone serão integrados em um único sistema. Isso permitirá que muita gente trabalhe e estude em casa, sem precisar ir ao escritório ou à faculdade.

“O estudante poderá fazer parte de um curso por computador, em casa, e as universidades terão que se adaptar a essa nova realidade.”

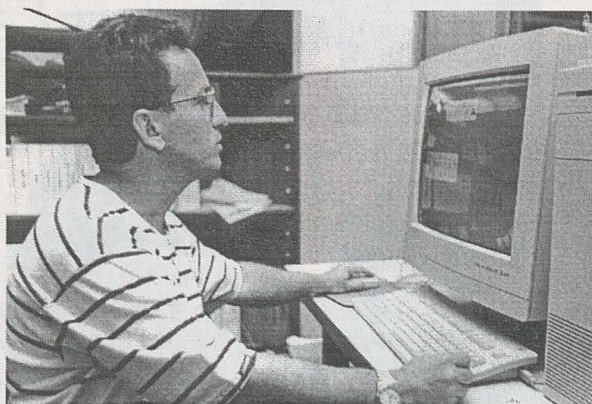
Segundo o professor Sandoval, as universidades poderão se dedicar mais às pesquisas e os professores

atuarão como tutores, numa prática diferente do padrão de ensino atual.

Mas, para Herch Moysés Nussenzweig, professor-titular do Instituto de Física da UFRJ, ainda é muito cedo para se falar em universidade virtual.

“É preciso dar ênfase ao ensino secundário, que é muito importante, tanto hoje como no tempo de Galileu, em que a presença do professor de carne e osso era indispensável. Os alunos não sabem ler, nem entender um texto. Isto acontece pela massificação do ensino e negligência do governo no setor de educação.”

O professor Nussenzweig reclama que o número de reprovação nas universidades é muito alto. “Os jovens não têm maturidade, quando entram na universidade”, diz, esclarecendo que é necessário deixar a escolha da profissão para o mais tarde possível. Dar prioridade aos cursos básicos, nos quais o aluno também pode se adaptar melhor às mudanças de tecnologias, é uma das recomendações do professor.



Só o domínio de tecnologias propicia o desenvolvimento necessário ao país

Desnacionalização é empobrecimento

A ausência de mercado para os bons profissionais é outro problema lembrado pelos palestrantes. Na opinião de Nussenzweig, as empresas brasileiras conseguem ter lucros sem inovação tecnológica. Isso as leva a ocupar uma posição secundária no mercado. Ele sugere a adoção de políticas públicas que incentivem as empresas a investir em novas tecnologias.

O programa de privatização do governo é visto pelo professor como um dos elementos que contribuem para piorar o problema do desemprego, inclusive nas faixas mais preparadas. “A Light foi privatizada: pertence agora a uma empresa estatal francesa. Na França, também há desemprego e é claro que a nova proprietária da Light vai utilizar engenheiros franceses. Qual será o futuro dos engenheiros elétricos brasileiros formados pela Coppe, na UFRJ?”, questiona.

As consequências da consolidação do Mercosul na oferta de emprego foram analisadas pela professora Ingelore Scheunemann de Souza, pró-reitora de graduação da Universidade Federal de Pelotas. Ela prevê que o Brasil perderá postos de trabalho em decorrência da crise do nosso sistema educacional. O primeiro e segundo graus da Argentina e Uruguai são muito melhores que no Brasil e, em consequência, essas duas nações têm uma base cultural muito sólida, com uma sociedade mais culta.

“Os profissionais brasileiros irão competir com os de outros países que têm mais preparo. Já está se fazendo algo para igualar o currículo entre as universidades, mas nada se faz ainda em relação ao primeiro e segundo graus”, diz a educadora gaúcha.

“Será que estamos preparados para lidar com as novas tecnologias? Como a globalização influenciará em nossos valores culturais e acadêmicos?”, indaga Flávio Fava de Moraes, reitor da Universidade de São Paulo (USP).

Desde 1987 a USP trabalha com a Internet, mas o acadêmico lembra que, mesmo assim, há um aproveitamento inferior ao que o potencial da rede mundial de computadores permitiria. A barreira dos universitários com o inglês dificulta o seu acesso às redes internacionais.

Globalização do conhecimento?

Por outra parte, a globalização traz riscos. Flávio de Moraes lembra que o domínio da informação gera poder. “Quem sabe faz o comércio, a economia. O grande problema não é reter informação e sim compartilhá-la”.

Ele cita como exemplo o que aconteceu com três bolsistas da Fundação de Pesquisa do Estado de São Paulo. Os jovens foram estudar nos Estados Unidos e deveriam remeter para o Brasil o relatório da pesquisa. Mas, o centro onde estudavam os proibiu de fazê-lo. Alegou-se que os resultados do trabalho deveriam permanecer em sigilo.

“Muitos projetos deixam de ser publicados. É a consequência do domínio da informação por uns poucos”, afirma.

Outro problema que enfrentam as universidades, apontado por Flávio de Moraes, é a concorrência das empresas, que estão criando as suas próprias redes de ensino. A Motorola, por exemplo, criou em vários países sua própria universidade. Também as faculdades virtuais competem com os currículos oficiais. Elas colocam na rede os seus cursos, que dispensam a instituição de ensino. Como resultado, o professor acredita que haverá uma desvalorização do diploma.

“Enquanto os profissionais de determinada área estudam apenas dois anos e já entram no mercado de trabalho, os universitários ficam cinco anos ou mais na faculdade. Bill Gates é um exemplo. Sem ter concluído nenhuma faculdade, em pouco tempo se tornou milionário”, assinala.

O engenheiro Luiz Bevilacqua, do Centro de Tecnologia da UFRJ, concorda com o reitor da USP: a



Trabalho ou emprego?

No século XXI, a maior parte dos profissionais terá trabalho e não emprego. Quem afirma é Wladimir Pirró y Longo, que dirige, no Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), o departamento que estuda as questões relativas aos impactos das novas tecnologias no perfil do emprego. "A humanidade demorou milênios para acumular 3% do total de conhecimento que temos hoje. E 80% de tudo quanto sabemos de ciência e tecnologia, atualmente, surgiu depois da Segunda Guerra Mundial", lembra.

Pirró y Longo cita estudiosos que afirmam, em função da velocidade atual de duplicação do conhecimento humano, que em 10 anos estaremos utilizando 50% de bens e serviços que ainda estão para ser inventados. Isso faz com que os produtos fiquem rapidamente obsoletos e que as indústrias sejam obrigadas a embutir tal obsolescência no preço desse produto.

No século XXI, o ser humano viverá mais e disporá de mais tempo para o lazer. Estima-se que, no ano 2000, só 2% da população mundial viverão da agricultura, contra 22% do setor industrial e 30% no setor de serviços,

incluindo educação e comunicação. Essa situação exigirá um novo pacto social, na opinião de Pirró y Longo, já que haverá "pressão brutal sobre a assistência médica e mudança radical no perfil do emprego".

Além de um novo pacto social, a sociedade do século XXI exigirá outro sistema de ensino. "A maioria das pessoas, hoje em dia, já não tem a menor idéia de como funcionam os instrumentos que utiliza. No século próximo, a tendência do fenômeno será agravar-se. Sem drásticas mudanças na educação, que incluam uma ênfase especial nos conteúdos científicos e técnicos, teremos cada vez mais "analfabetos tecnológicos". Pesquisadores norte-americanos preocupados com esta questão estudaram qual será o conhecimento mínimo que um cidadão comum deverá ter no futuro próximo, para operar os novos instrumentos. "A educação científico-tecnológica mínima que se vai requerer equivale à do nível universitário atual", assinala o especialista do MCT. Sem ter presente essa realidade, as projeções de futuro para as necessidades da área de educação podem ser completamente erradas, adverte. "Acesso ao ensino superior, no século XXI, será sinônimo de cida-

dania", afirma, contundente, o especialista.

E nesse cenário futurista, qual o perfil do emprego? Segundo Pirró y Longo, só 10% da população mundial vão estar nas fábricas, que, robotizadas, dispensarão a mão-de-obra dos atuais operários. E esses 10% serão compostos do que ele chama de "novos operários": os engenheiros, que carregarão toda a informação do processo industrial e, por isso mesmo, serão dificilmente substituíveis.

Pirró y Longo aponta também para as mudanças no tipo de trabalho a ser realizado pelos profissionais do futuro: "A maior parte vai trabalhar por conta própria, e em casa", diz. "Um engenheiro poderá projetar uma ponte para o Rio Grande do Sul estando em Cingapura. Ele poderá enviar os planos do projeto via modem e discutir, com quem vai dirigir e chefiar a obra, através de videoconferências à distância. Isso terá muitas conseqüências, como no sistema de aposentadoria. Novas profissões serão valorizadas e mudará a visão que o ser humano tem de si mesmo."

realidade mostra que em relação ao conhecimento, não há globalização (ou partilha entre todos), mas um fechamento. O Brasil, acredita, não pode se conformar com o papel de país importador de tecnologia.

A venda de cursos pela Internet representa, na visão do especialista, uma ameaça para as universidades brasileiras. "As empresas vendem cursos de engenharia mecânica por um preço barato e com qualidade. Qual será o papel das faculdades em gerar conhecimento ou gerenciá-lo?", pergunta o professor Luiz Bevilacqua.

Um cenário possível é de um século XXI com universidades que "encolheram", no sentido de se concentrar na pesquisa científica e no ensino de matérias básicas como mecânica, matemática, etc. As empresas complementarão o aprendizado dos jovens, com a especialização já no local de trabalho.

Na opinião do economista Carlos Lessa, a venda de cursos, via Internet, transforma o conhecimento em mercadoria, e isso é inaceitável para qualquer sociedade que pretenda criar o seu próprio conhecimento. **(Beth von Zuben)**

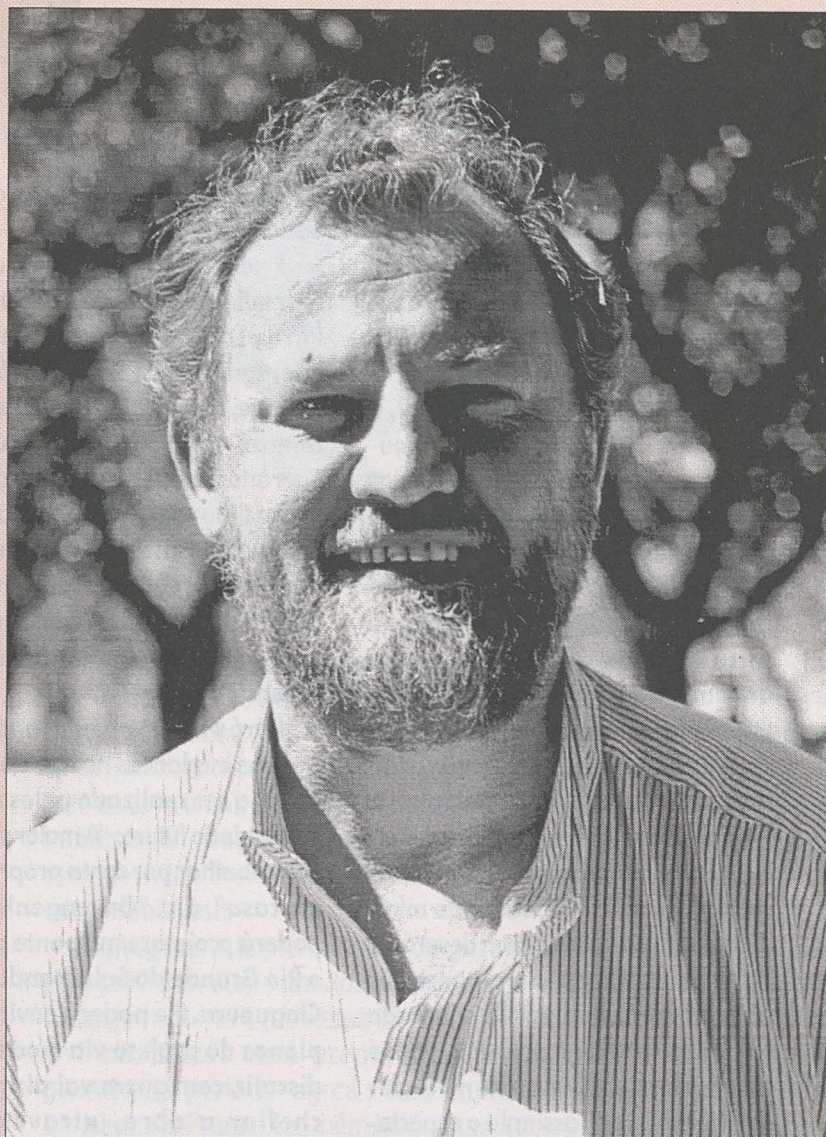


Foto: Beatriz Bissio

JOÃO PEDRO STÉDILE

Dirigente nacional do Movimento dos Sem Terra defende a reforma agrária como instrumento para criar no país um novo modelo de desenvolvimento

'O MST é um movimento social'

Marcelo Monteiro e Beatriz Bissio

Os dois anos da gestão Fernando Henrique foram caracterizados, no campo político, pela dificuldade dos partidos de oposição em barrar as propostas do governo, que, na opinião dos setores progressistas, vêm retirando direitos sociais e prejudicando a economia na-

cional. Nesse período, o principal foco de contestação ao governo federal tem origem no campo, com o aumento do número de ocupações de fazendas promovidas pelo Movimento Sem Terra (MST), colocando para as autoridades a necessidade de acelerar a reforma agrária. Com raízes no campo — filho de

agricultores —, o economista João Pedro Stédile é um dos dirigentes nacionais do MST que tem mais conhecimento sobre a realidade do Brasil e do exterior. Essa experiência foi adquirida durante o exílio no México e no contato com lideranças camponesas de várias partes do mundo, entre elas Francisco Julião. “Não aceito a pecha de ideólogo do movimento. Sou apenas um dos fundadores. Uma espécie de fundador social”, responde à tese, aceita por muitos, de que seria o principal ideólogo do MST.

Em longa entrevista concedida à *cadernos do terceiro mundo*, João Pedro Stédile critica a política econômica do governo Fernando Henrique, analisa o comportamen-

to do presidente da República e de seu governo em relação à reforma agrária e afirma que o MST, além de movimento social e sindical, é também um movimento político. "Nossa luta é política mas não partidária. O nosso objetivo é forçar o governo a mudar a política econômica."

■ **O MST foi criado em 1979. Porque as ações do movimento ganharam tanta repercussão desde a posse de Fernando Henrique?**

João Pedro Stédile — Acho que houve uma conjugação de fatores. Já atuamos há 15 anos e a sociedade percebeu que somos um movimento sério. Há também um fator conjuntural: o plano neoliberal vem massacrando a agricultura. Isso gerou uma enorme crise social em todo o meio rural. Pela primeira vez a crise é nacional e atinge os produtores de qualquer espécie de cultivo. Houve também uma brutal transferência de renda da agricultura para o setor financeiro, através dos juros e do congelamento dos preços agrícolas. O mais grave é que o governo acredita que não há crise e não toma qualquer medida para resolvê-la.

Houve também o massacre de Eldorado do Carajás, que foi uma espécie de gota d'água. O MST vem procurando conscientizar a sociedade que a reforma agrária não é só um problema dos sem terra; é um dos pilares do novo modelo de desenvolvimento. Pela proposta governamental, a tendência é que os problemas nacionais — desemprego, fome, êxodo rural, violência

nas cidades — se agravem. Procuramos demonstrar que com um novo modelo de desenvolvimento e a reorganização da economia brasileira conforme os interesses do povo, é possível resolver os problemas sociais. Para superar os desafios das grandes cidades, necessariamente o governo terá que resolver a questão da agricultura. Nenhum outro setor da economia consegue gerar tantos empregos de forma tão massiva em curto prazo.

■ **Como o senhor analisa as opiniões de que o MST é um movimento essencialmente político?**

"O plano neoliberal está massacrando a agricultura. Todos os produtores sofrem com a crise e houve uma brutal transferência de renda da agricultura para o setor financeiro"

JPS — Nos consideramos um movimento social, que luta pela reforma agrária e por transformações sociais. O MST tem um caráter popular, em que qualquer um pode ingressar; um caráter sindical, quando lutamos por preços agrícolas, por crédito. E também um caráter político, porém não partidário. A nossa oposição ao neoliberalismo e ao governo Fernando Henrique não é eleitoral. O nosso objetivo é mudar a política econômica.

■ **A realidade do campo, com um eventual governo progressista, seria melhor que a atual?**

JPS — Sem dúvida. Nenhum outro país tem as características do Brasil. Temos terras em abundância. O MST sempre afirma que não quer a desapropriação de áreas com menos de 1.000 hectares. Sabemos que a grande produção está entre 100 e 1.000 hectares. Não se precisa mexer com quem está produzindo. Acima de 1.000 hectares, pela lei atual, se poderia desapropriar 120 milhões de hectares improdutivos.

Temos também um povo que quer ficar no campo, trabalhar na agricultura. Em qualquer gestão progressista, com boa vontade, seria muito fácil juntar terra improdutiva e pessoas dispostas a trabalhar. Sobraria até terra. Com os avanços tecnológicos, a extensão da terra é cada vez menos importante. Os proprietários poderiam ceder parte de suas terras, mantendo-se bem financeiramente. Não é inteligente querer acumular terra. É uma mentalidade colonial.

■ **O senhor considera que a ação do MST está colaborando para mudar a mentalidade dos grandes proprietários de terra?**

JPS — Acho que sim. A Sociedade Rural Brasileira tem aceito com frequência que não é correto acumular terra. O principal é produzir. Se não for produtiva, aceitam que a área seja desapropriada. E que o seja o quanto antes, até para desfocar o problema social. Quanto mais se espera, mais se aumenta a

ENTREVISTA

JOÃO PEDRO STEDILE

panela de pressão.

Se tivéssemos um governo progressista e um movimento social organizado e sério, como pretendemos, os camponeses poderiam ajudar a fazer a reforma agrária. Assim ocorreu no México, China, Peru. A reforma só acontece de forma massiva quando o povo participa intensamente.

■ Como o senhor encara as afirmações de que a reforma agrária se transformaria num círculo vicioso em que os assentados receberiam lotes e crédito e diante dos problemas frequentes na agricultura, em pouco tempo estariam vendendo as terras?

JPS — Não é um círculo vicioso. Pelas regras do MST é proibido vender a terra. É claro que sempre ocorrem problemas de falta de adaptação. A FAO (órgão das Nações Unidas para a agricultura e alimentação) fez uma pesquisa revelando que a média de desistência — que não é venda — nos assentamentos do Brasil é de 15%. A FAO considera essa média razoável, porque em qualquer assentamento humano existe um certo grau de falta de adaptação.

■ O MST está recrutando gente nas grandes cidades?

JPS — Não. Quem já fincou raízes nas metrópoles não volta para o campo e nem queremos que volte. A situação é diferente nas cidades com menos de 100 mil habitantes. Um estudo da Unicamp revelou que, nesses casos, 50% da população permanece vinculada à eco-

nomia agrícola (um mecânico que conserta tratores, bóia-frias que vivem na periferia das cidades pequenas). O MST organiza essas pessoas para ajudá-las a voltar ao campo e elas querem voltar.

■ Qual o modelo de reforma agrária que o MST defende?

JPS — A nossa proposta de reforma agrária não prevê só a terra. Aí sim cairíamos num círculo vicioso. A terra é ponto principal, mas a reforma é um amplo processo de desenvolvimento do meio rural. Além de alterar a estrutura superconcentrada da terra, tem que mudar a política agrícola, representada pelos preços, crédito e seguro, e garantir que essas três ferramentas contribuam para o aumento da produção e para a fixação da pessoa no campo.

A reforma agrária tem que estar associada à agroindústria. Mas num outro modelo agroindustrial e não no atual, dominado por grandes monopólios multinacionais.

■ Os assentamentos atuais estão seguindo esse modelo. Tem chances de serem bem-sucedidos?

JPS — O governo não tem uma visão clara da reforma agrária. A visão é dar terra, fazendo desapropriações, onde tem conflito social. Acha que assim resolve o problema. Hoje as desapropriações não são concentradas, o que facilitaria um desenvolvimento regional homogê-

neo. O governo não quer fazer reforma agrária; quer apagar incêndios.

O MST vem procurando aplicar o crédito do Banco do Brasil conforme nossa visão de reforma agrária. Procuramos organizar cooperativas e através delas ir criando pequenas agroindústrias. Os resultados são fantásticos. Em assentamentos que têm agroindústria, as pessoas se alimentam bem, tem padrão de renda elevado. Enfim, têm futuro.

■ Então esse encadeamento não faz parte da ação do governo?

JPS — O governo procura vender uma imagem assistencialista, de dar terra, e preserva o individualismo, de cada um receber o seu lote. Evidentemente que há técnicos, há setores no governo que comungam de nossas idéias. Mas a política oficial do Planalto não tem nada a ver com a nossa proposta de reforma agrária.

■ O senhor já se reuniu várias vezes com o presidente da República. Como analisa o pensamento de





Para João Pedro Stédile, as manifestações e ocupações de terra promovidas pelo MST têm como um dos objetivos fazer com que o governo mude a política econômica

Fernando Henrique a respeito da reforma agrária?

JPS — Avalio que o governo está dividido em relação ao tema. No Planalto, o serviço de inteligência quer nos destruir, plantando matérias na imprensa, dizendo que temos ligação com o Sendero Luminoso, com os zapatistas, que queremos liberar territórios. Isso é paranóia, querendo nos desmoralizar perante a sociedade. Outra linha no Palácio, na qual estariam Ruth Cardoso e, em parte, Fernando Henrique, vê a reforma agrária como um problema social.

■ O presidente então teria essa consciência?

JPS — Ele tem essa visão. Mas assumiu um projeto excludente como seu. Tem plena consciência que seu projeto só levará 15% dos brasileiros a ter o padrão de consumo do Primeiro Mundo. E o resto é o resto. Então, esses excluídos precisam de medidas sociais. A reforma agrária seria uma das medidas para resolver os conflitos. O nosso

enfrentamento principal com o presidente deve-se à postura irredutível em relação à política econômica. Temos dito para ele que se não mudar a política econômica, aumentarão a fome, o desemprego, o êxodo rural, os problemas relacionados à reforma agrária. Mas ele não acredita. Numa crítica pessoal, diria que o presidente é vaidoso e teimoso. Acha que tudo está dando certo, o que não é verdade.

■ As classes dominantes brasileiras teriam uma visão atrasada em relação à reforma agrária?

JPS — As elites brasileiras são tão coloniais, que não procuraram copiar o que foi feito na Europa, nos Estados Unidos, mesmo na Ásia após a Segunda Guerra. Lá o desafio da concentração da terra, encarado como um problema econômico e social, foi superado. No Brasil, as elites não resolveram esse problema e nem querem resolver.

■ O senhor não acha que a estratégia do MST de ocupação induz uma população pouco politizada a achar que, se desapropriar terrenos, o governo já teria cumprido o seu papel?

JPS — Acreditamos que a reforma agrária só vai dar certo se for feita através de um movimento social. A nossa tarefa como movimento social é desenvolver a consciência política. Quando o governo toma a iniciativa, faz a desapropriação e

entrega a terra para os pobres de uma forma assistencialista, aquilo lá não serve para nada. Vira uma favela no meio rural. Agora, onde há o processo de ocupação e organização do MST ou de outro movimento, como Igreja, sindicato, a luta gera consciência, organização, os companheiros se dão conta que terra não basta. Dentre os objetivos do nosso movimento estão a luta por três objetivos, que são explicados desde a primeira reunião de base: terra, reforma agrária, que é um conceito mais amplo, e mudanças sociais. No campo temos problemas muito mais graves do que a distribuição da terra, como por exemplo a educação.

Procuramos destacar a conquista da educação nos assentamentos, para que os agricultores percebam que o conhecimento vale hoje tanto quanto a terra. Claro que a terra é a base para se fazer a mudança.

■ Quantas famílias precisariam ser assentadas no Brasil?

JPS — Precisamente, 4,8 milhões. Essa é a demanda potencial, para que termine o problema social no campo. A reforma agrária teria um efeito também para os favelados das grandes cidades e vamos fazer um trabalho político com eles porque precisamos de seu apoio político. Se um dia fizermos a reforma agrária e reorganizarmos a economia sob outras bases, esses 4,8 milhões que serão assentados comprarão mercadorias que hoje não consomem. E quem vai produzi-las? Vai haver um *boom* industrial nas cidades para produzir o que os

ENTREVISTA JOÃO PEDRO STÉDILE

ENTREVISTA

JOÃO PEDRO STEDILE

camponeses irão comprar. Achamos que o problema das favelas será resolvido com a criação de um mercado interno de massas, que vai gerar empregos para os que estão hoje no setor informal. Vão poder melhorar sua renda. E estancará o êxodo rural, que ainda é muito forte, como reflexo da crise no campo provocada pelo Plano Real.

■ **Qual o modelo de organização produtiva que vocês procuram implantar nas fazendas?**

JPS — Nos 15 anos de luta do MST, conquistamos cerca de 1.200 fazendas. Nelas há todos os tipos de modelo; não há regra única. O camponês vê a terra da mesma forma que a população da cidade vê a casa própria; é sinônimo de segurança, é a base de tudo.

Em certos casos, como em fazendas com infra-estrutura comum de irrigação, realizamos um amplo processo de discussão e procuramos conscientizar os assentados a aceitar o que chamamos de cooperação agrícola: as pessoas trabalham em conjunto, mesmo que a terra seja do assentado. A forma conjunta de trabalho varia conforme o nível de consciência de cada um. Desde o mutirão até a mais sofisticada, ou seja, a cooperativa agropecuária.

O mais comum é a organização através de agrovilas. O assentado tem dois hectares junto à casa onde cria galinhas, mantém uma horta. E tem mais uma parcela na área comum, como um condomínio. Até agora, temos só uma cooperativa que o Incra aceitou, em Dionísio

Cerqueira (Santa Catarina). Porque o Incra é uma desgraça. A área inteira está em nome da cooperativa. O assentado é sócio da cooperativa. Se sair, não vende a terra; vende cotas. A cooperativa pode receber mais um sócio ou não.

■ **Quantas cooperativas de produção agropecuária já foram instaladas?**

JPS — Hoje são 52 cooperativas. O assentamento em Sarandi, Rio Grande do Sul, tem um laticínio. O leite de todos os produtores é recolhido, pasteurizado e entregue a uma grande multinacional. Os assentados estão analisando a possibilidade de produzirem os derivados do leite. Os filhos dos assentados que estão no Segundo grau, nas faculdades estudando agronomia, veterinária, têm trabalho lá.

■ **Então há uma grande diferença entre a imagem associada ao sem-terra do camponês desdentado e a realidade?**

JPS — Uma de nossas lutas é retirar do agricultor a imagem do caipira, do atrasado. A primeira coisa que fazemos depois do assentamento é levar médico e dentista ao local. Segundo pesquisa da FAO, nos assentamentos do MST nas regiões Sul e Sudeste a mortalidade infantil foi eliminada. Se a reforma agrária no Brasil resolvesse somente a mortalidade infantil, já se justificaria. No Nordeste, a mortalidade caiu para 15 por mil. Fora do assentamento, no meio rural nordestino chega a ser de 270 por mil.

Estamos num amplo trabalho para eliminar o analfabetismo. A escola tem um valor muito grande para o movimento. No final de 1995, o MST ganhou um prêmio do Unicef pelo trabalho realizado com os assentados. Procuramos preparar professores entre eles mesmos. E incentivar os filhos a ingressarem na faculdade. No início de 1996, fizemos um encontro com 80 universitários que são assentados. Queremos criar nossos próprios quadros.

■ **Por que o Pontal do Paranapanema é a região de atuação do MST com maior repercussão?**

JPS — Um motivo é a proximidade da Rede Globo. O Rio de Janeiro tem poucos camponeses, mas se conseguíssemos fazer um movimento de massa perto da sede da Globo, o Rio é que estaria na vanguarda. A outra razão é que no Pontal as terras são públicas, são do governo e os grilheiros são vinculados às elites locais. Os grilheiros estão intimamente ligados ao poder e então reagem daquela forma.

■ **Como você encara o posicionamento da grande imprensa em relação ao MST?**

JPS — Lamento que a imprensa prefira sempre destacar a imagem do conflito, da radicalização. De certa forma conseguiram associar essa imagem a nós. Nos últimos meses é que conseguimos mudá-la um pouco. Infelizmente não há interesse em cobrir o positivo. A imprensa sempre nos coloca em polêmica com o governo.

Pregamos que a reforma agrária não vai ser feita com tiro, até porque seria burrice. A reforma agrária é uma questão política. Ou ganhamos organizando o povo e fazendo movimentos de massa ou, tiro por tiro, eles vão ganhar sempre. A reforma agrária somente vai avançar se o povo estiver organizado.

■ A imprensa destacou recentemente suas declarações de que o

MST ocuparia terras de devedores do Banco do Brasil.

JPS — A imprensa distorceu as minhas declarações, dando a entender que ocuparíamos terras produtivas. As terras dos devedores são as mais mal utilizadas. A maioria está abandonada. O nosso objetivo é pressionar o governo porque as terras são garantia de dívidas de crédito rural, é dinheiro público. O

governo tem que explicar por que não recolhe essas dívidas em terra.

A repercussão das declarações na imprensa foi negativa, mas funcionou no governo. Logo depois, várias fazendas foram apresentadas para nós. Em Pernambuco, o governo transferiu em agosto oito fazendas para o MST. Já ocupamos mais de 30 que eram do Banco do Brasil e o governo só transferiu para nós porque ocupamos. ●

Contraponto

Ministro da Agricultura critica MST

"As ações do Movimento Sem Terra não estimulam a reforma agrária. Muito pelo contrário. As invasões trazem grande intraquilidade à sociedade e apenas criam um clima de confronto entre produtores e aqueles que buscam a terra." A crítica à ação do MST é feita pelo ministro da Agricultura, Arlindo Porto.

Segundo o ministro, a atuação do MST não incentiva o governo a acelerar as desapropriações e assentamentos e acaba

servindo para ampliar as reações contrárias à reforma agrária.

Arlindo Porto cita como efeito desta mobilização a recriação da União Democrática Ruralista (UDR), que reúne proprietários de terra. "A UDR foi reinstalada exatamente na região do Pontal do Paranapanema, onde estão concentrados os principais conflitos. É uma contra-reação que amplia o confronto entre dois segmentos da sociedade, o que é muito ruim para a própria sociedade."

O ministro afirma que a atuação do MST não "tem qualquer ligação direta com a agricultura". Para Arlindo Porto, os objetivos do movimento "são outros". "A maior motivação do MST é política", afirma.

O ministro garante que a crise no campo, citada por João Pedro Stedile como um dos fatores que causaram o aumento da ação do MST, não é tão acentuada hoje como em 1995. Na opinião de Porto, ocorreu um processo de endividamento muito grande, o que fragilizou a agricultura. "Com a securitização (seguro dos financiamentos) autorizada pelo governo, a atividade rural está mais equilibrada", afirma.

Caso se confirmem as previsões de uma safra em 1996 em torno de 80 milhões de toneladas e a estabilidade dos preços agrícolas no mercado internacional, Arlindo Porto acredita que "a atividade rural deverá recompor a sua renda e a partir daí não há nada que estimule o processo de confronto envolvendo o MST".

O ministro acredita que o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), que visa oferecer financiamento a juros subsidiados e assistência técnica a pequenos produtores, poderá ter como uma das consequências a redução do número de pessoas que poderiam se engajar no MST. (MM)

Arlindo Porto acredita que o Programa Nacional de Agricultura Familiar poderá reduzir o número de pessoas que se engaja no MST

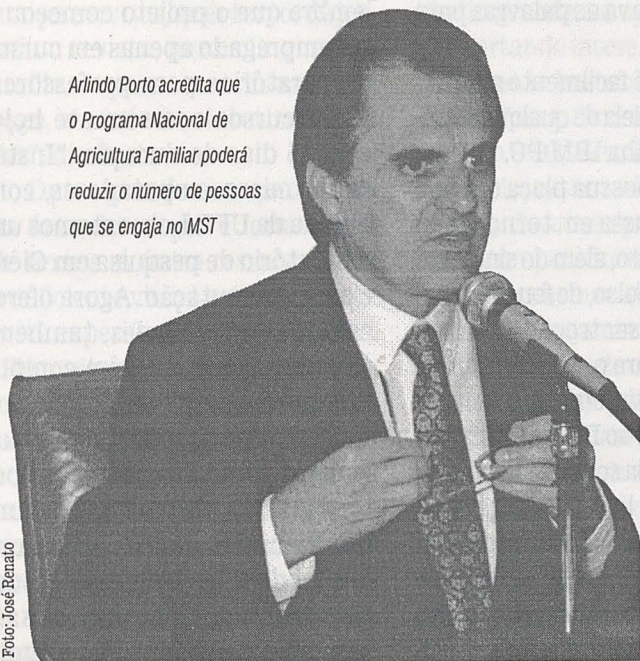


Foto: José Renato

Um olhar para o futuro

Programa da UFRJ permite que deficientes visuais utilizem o computador

Fotos: Beatriz Lima



O Dosvox possui um sintetizador de voz que ecoa para o deficiente visual o que ele está digitando, através do fone de ouvido

Beatriz Lima

Ainda é difícil para muitas pessoas imaginar um deficiente visual trocando informações com um computador. No entanto, os sucessivos avanços da informática já permitem o seu uso por aqueles que não enxergam.

O programa Dosvox foi desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para atender à necessidade dos cegos de não serem ainda mais excluídos de uma sociedade na qual o computador é um instrumento cada vez mais presente. O sistema utiliza sintetizador de voz que ecoa o que o deficiente visual digita no computador e lhe informa o que foi escrito na tela. A versão atual tem

capacidade para ler todo o texto. O antigo modelo, implantado em 1994, apenas soletrava as palavras para o usuário.

O Dosvox é facilmente adaptado à saída paralela de qualquer computador da linha IBM/PC, mesmo que este não possua placa de som. O aparelho custa em torno de R\$ 150 e é composto, além do sintetizador de voz de bolso, de fone de ouvido (que pode ser trocado por caixas de som, para o caso de mais de um usuário); sistema operacional complementar ao DOS destinado a produzir a saída sonora, em programa de fala em língua portuguesa; editor e leitor de textos; impressora braille; e diversos programas de uso geral, como caderno de telefones, agenda de compromissos, calculadora e jogos.

Utilizado inicialmente no exterior, o sistema começou a ser implantado no Brasil em 1994, com o objetivo de atender às necessidades de alunos cegos da UFRJ. A idéia de adaptar o sistema no país foi do professor e analista de sistemas José Antônio Borges, que ensinava computação gráfica a um aluno deficiente visual. Diante das dificuldades do estudante, o analista buscou uma maneira de ajudá-lo a acompanhar as aulas.

O Dosvox, hoje, se tornou um sistema operacional completo, sendo usado em diversas instituições de ensino para cegos em todo o país, inclusive em universidades. O primeiro usuário foi o Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, onde foi implantado pelo professor Jonir Brandão Bechara, em 1994.

Diretor do Instituto na época da implantação do Dosvox, Jonir lembra que o projeto começou a ser empregado apenas em cursos preparatórios para professores. Estes cursos ocorrem até hoje, com 15 dias de duração. "Instalamos microcomputadores, com a ajuda da UFRJ, e montamos um laboratório de pesquisa em Ciência da Computação. Agora oferecemos oportunidades, também, às pessoas que não têm computadores em casa", diz.

O responsável pelo apoio aos usuários do Dosvox, Renato Costa, da UFRJ, afirma que com um programa de comunicação e um *fax modem*, o deficiente visual pode transmitir informações e arquivos para outra pessoa e ainda acessar gratuitamente a Internet

através da Rede Nacional de Deficientes (Rondo).

“Como o programa Discavox permite acessar a Internet, pensamos implantá-lo aqui no Instituto. Tenho computador em casa, e posso me comunicar com qualquer pessoa e puxar *home-pages*”, alega-se o professor Jonir Bechara, também deficiente visual.

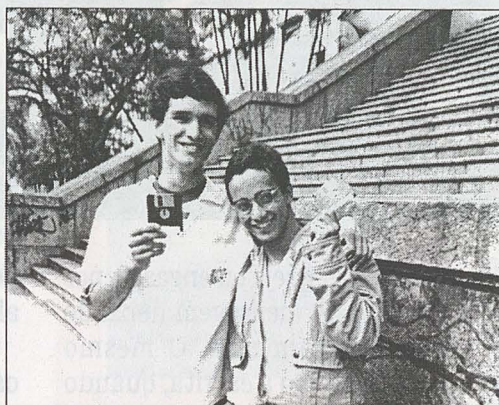
Avanços em vários campos

— Grandes progressos ocorreram no Benjamin Constant com a entrada da informática. A biblioteca já conta com diversos textos produzidos pelo computador em braille, aumentando significativamente a quantidade de títulos disponíveis aos alunos. “Antes era usada a prensa para produzir textos. De 1994 em diante, com os computadores, a realidade mudou. E, com o *scanner*, podemos transcrever qualquer texto, de jornal ou revista, para a linguagem braille, ou para serem lidos para o cego, através do sintetizador de voz”, diz Jonir.

Outro grande avanço ocorreu na área de edição e formatação de textos. A única ressalva é que o deficiente visual precisa de uma certa experiência em datilografia. “Há muitos anos ensinamos datilografia. O problema era que os cegos não tinham informação sobre o que estavam batendo, precisando de muita segurança ao teclar. Não era muito difícil, até porque o bom datilógrafo não olha para o teclado. Mas com o computador temos muito mais segurança para escrever, ouvindo o que se

digitou. Como o teclado é comum, o deficiente visual precisa de um pouco de prática em datilografia”, confirma o professor. Um recurso que pode acabar com a dificuldade inicial do usuário é o teste de teclas, que fornece ao aluno a função e característica de cada tecla apertada.

Boa aceitação — A receptividade para com o Dosvox tem sido



Jackson e Gilberto se sentem orgulhosos de poderem usar computadores

muito grande, na opinião de Jonir, despertando interesse nos alunos. “Eles estão bastante entusiasmados”, afirma. Os usuários Jackson Galvão e Gilberto Fernandes, por exemplo, estão animados e orgulhosos de conseguirem usar os microcomputadores.

Jackson tem 17 anos e é ex-aluno do Benjamin Constant, mas continua aprendendo com os cursos oferecidos pela instituição. “Podemos até desenhar com a ajuda do Dosvox, através de letras e números que representam, individualmente, um tipo de traço. Há muitos jogos divertidos. Adoro o jogo da forca, quando tentamos adivinhar a palavra. Quando erramos, vai se completando a figura. É mui-

to interessante”, afirma Jackson.

Eles definem o Dosvox como uma grande invenção. “É bom também porque permite entregar um trabalho escolar bem-apresentado. Os deficientes precisam mostrar que podem fazer igual ou melhor que qualquer pessoa com visão normal. Queremos mostrar que somos capazes e que não somos diferentes de ninguém. Só temos um problema na vista”, afirma Jackson. Ele destaca, ainda, que os programas do Windows podem ser utilizados por deficientes com visão parcial.

Segundo Jonir Bechara, o Benjamin Constant tem a intenção de usar, no futuro, a mão-de-obra formada pelos alunos para determinadas funções, como o trabalho de telemarketing. “É uma possibilidade. O objetivo principal agora é treinar as pessoas”, declara.

O Dosvox é produzido pela indústria de equipamentos eletrônicos Laycab. O sistema possui uma estrutura de suporte, o Centro de Distribuição Dosvox, administrado pela cantora Kátia, também deficiente visual, que presta atendimento para todo o Brasil. O Centro de Apoio Educacional ao Cego (Caec) atende gratuitamente a alunos e professores de qualquer instituição, dando apoio ao usuário deficiente visual no uso do sistema e no acesso à Internet.

Para quem deseja adquirir o sistema, os telefones são: Caec: (021) 598-3198; Centro de Distribuição Dosvox: (021) 286-2002, ramal 314; Benjamin Constant (cursos): (021) 295-2282. ●

Ache a personagem que existe em você

Projeto que reúne psicologia e literatura ensina a romper os bloqueios emocionais que interferem no desenvolvimento de uma boa escrita



O desejo de escrever um livro é um sonho acalentado por muitos. No entanto, são poucos os que conseguem transformar o sonho em realidade. E aumenta o número de pessoas que tenta se firmar como escritores, mas não que consegue oportunidades nem reconhecimento.

Uma das chaves para melhorar a qualidade dos textos e despertar o interesse de leitores e editores, pode estar na psicologia. O projeto Ache o Personagem dentro de Você, promovido pela psicanalista Glória Leal e pela jornalista Elvira Vigna Lehmann, procura ajudar as pessoas a desenvolverem uma consciência crítica sobre seus textos e entender como se dá a relação escritor *versus* obra.

“Na fala notamos que algo está errado quando um fato narrado começa a apresentar falhas;

a pessoa gagueja ou engasga, por exemplo. A mensagem deixa de fluir normalmente. O mesmo acontece com a escrita, quando algum bloqueio emocional impede a criação de um bom texto, tornando-o sem sentido ou sem clareza de idéias”, explica Glória Leal.

O projeto Oficina da Palavra, que inclui o módulo Ache um Personagem dentro de Você, tem o objetivo principal de levar os participantes a descobrir como os problemas pessoais podem influenciar a maneira como escrevem, aprimorando a partir daí o texto. “As pessoas querem saber por que não conseguem produzir um bom livro, qual é o segredo para se tornarem grandes escritores. E a maioria não sabe como acreditar na sua literatura. Alguns desistem de escrever porque não conseguem ver seus textos publicados ou não atraem o público

desejado”, constata Glória, que, além de psicanalista, é ensaísta.

Assim que chegam à oficina, os alunos são estimulados a criarem, livremente, textos de qualquer gênero ou estilo. Segundo Glória Leal, o primeiro momento deve ser de liberação total das emoções. “As pessoas devem soltar seus medos e abolir qualquer forma de autocritica. Isso as ajuda a se conhecerem como escritores e a descobrirem o que há de errado com elas ou com a maneira como escrevem”, afirma Glória. A idéia por trás dessa técnica inicial é fazer com que a pessoa sinta o inconsciente aflorar.

Depois que os participantes colocam as idéias no papel, a psicanalista sugere de que forma o texto poderia ser melhorado. “Para que a atividade não seja apenas terapêutica, no sentido de fazer a pessoa se soltar, oferecemos ainda uma análise e auto-

análise dos textos, trabalhando sempre um aluno individualmente. Fornecemos dicas às pessoas, indicando aonde e porque o texto está truncado ou sem sentido."

As observações contribuem para que cada um descubra as melhores características de seu texto e desenvolva um estilo próprio.

Os mistérios da vida e da morte — Além disso, para que se entenda o real significado da paixão pela escrita, expõem-se aos participantes os motivos conscientes e inconscientes que levam alguém a se tornar escritor. Da mesma forma, se desenvolve um trabalho que ajuda a lidar com os mistérios da vida e da morte, organizar idéias e emoções, comunicar-se, vencer a solidão ou superar a angústia e o vazio.

"Estes dois últimos talvez sejam os verdadeiros motivos das dificuldades. Há muito tempo, o ser humano busca na arte, na pintura, na literatura, um alívio para sua angústia existencial. Escrever sempre funcionou como terapia, uma necessidade inata para se lidar com a angústia diante do mundo e de nós mesmos", assinala a psicanalista.

Mas, infelizmente, não basta escrever como terapia. Para tornar-se escritor, uma pessoa deve ter muita persistência: "Deve-se persistir num texto, buscar sempre o melhor possível, sem deixar que a sociedade nos cobre. Acredito que aí está a explicação para o nome do projeto: Ache o Personagem dentro de Você. Tentamos

fazer com que o participante descubra quem é ele no que está escrevendo e saiba para qual público se propõe a escrever e com que finalidade."

Na Oficina da Palavra, não há limite de idade. Apenas restringe-se o número de participantes em no máximo trinta. "As pessoas que vêm à Oficina encontram



Glória Leal acredita que a dificuldade de escrever pode estar relacionada aos sentimentos de angústia e vazio por parte do escritor

na escrita um dos caminhos para sua busca", diz Glória Leal.

Ela cita o caso de uma senhora de 73 anos, um dos mais interessantes que passaram pelo projeto. "Era judia e tinha vindo para o Brasil fugida do nazismo. Estava escrevendo uma espécie de autobiografia, só que na obra, em forma de romance, não aparecia

nenhuma figura masculina. Pedimos, então, que ela tentasse escrever tudo numa visão masculina, como se fosse um homem escrevendo, e conseguimos fazer com que quebrasse suas barreiras pessoais — tinha sido abandonada pelo marido e o mundo masculino sempre a magoou — e passou a escrever melhor. Ela chegou até a chorar", emociona-se Glória.

Outro exemplo lembrado pela psicanalista é o de uma mulher que já tinha participado de uma coletânea de contos e possuía muita imaginação e talento. "Só que suas histórias tinham tanta descrição e apresentavam várias peculiaridades da personagem que a ação nunca começava, cansando o leitor. Descobrimos que ela agia da mesma forma em casa, com o marido." A proposta das orientadoras foi que ela começasse a escrever telegramas, em casa e na Oficina. A medida serviu "como um exercício de construção e desconstrução" que funciona tanto na vida pessoal quanto na forma como a pessoa se expressa. "Neste caso, para prender o interesse do leitor era preciso dizer apenas o necessário, o essencial."

A conclusão é que melhorando o texto escrito, com a ajuda de certa dose de análise psicológica, melhora-se também, em consequência, "o texto" da vida. "Não é à toa que Freud ganhou o Prêmio de Literatura da sua época. Acho que são áreas que convergem para o mesmo lugar", diz a psicanalista. (Beatriz Lima)

Paraná

em busca da cidadania

O país já se surpreendia pela audácia de sua gestão econômica, que, só este ano, atraiu para seu território as primeiras fábricas que a Renault, Chrysler e Skoda decidiram instalar no Brasil.

Mas o Paraná surpreenderá ainda mais à medida que se souber como o seu projeto de desenvolvimento articula a mais ousada política de justiça social empreendida nesta década por qualquer estado brasileiro

O projeto não se baseia em meras propostas assistencialistas, mas em um verdadeiro programa de resgate da cidadania, com claro objetivo econômico, direto ou indireto, além de seus propósitos sociais: incorporar ao mercado de consumo os grupos dele excluídos pelo desemprego e outras formas de marginalização e ampliar gradativamente a participação de tais grupos nesse mercado. Ou, em outras palavras, aumentar o Produto Interno Bruto do Paraná e, ao mesmo tempo, melhorar o perfil de sua distribuição de renda.

Exemplo disso foi a proposta que o governo do Paraná apresentou no fim de outubro no 9º Congresso Brasileiro de Geriatria e Gerontologia, na Pousada do Rio Quente, em Goiás. A Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família era convidada de honra do Congresso para mostrar seu inédito e inovador programa de condomínios para a terceira idade. O projeto foi apresentado no encon-

tro pela representante da Coordenadoria de Apoio ao Idoso, Clara Guelmann.

"O Paraná é o primeiro estado brasileiro a lançar esse projeto e foi convidado a apresentar a nova perspectiva de abrigo para idosos carentes e sem família", explicou a secretária Fani Lerner. Em parceria com a Companhia de Habitação do Paraná, estão sendo construídos, condomínios e casas-lar para ido-

sos nos conjuntos habitacionais implantados em vários municípios do estado. "O projeto condomínio da terceira idade prevê moradia para o idoso carente, independente e sem família, para que possa participar efetivamente da comunidade onde vive, promovendo a sua auto-estima, autonomia e valorização, e dividindo as tarefas do condomínio", disse a secretária Fani Lerner.

Já o programa casa-lar tem como objetivo tirar de abrigos coletivos idosos dependentes, oferecendo moradia alternativa em uma família substituta. "O convívio entre moradores do conjunto proporcionará aos idosos uma melhor integração e vai diminuir os preconceitos e estimular o respeito pelas diferenças", afirmou Fani Lerner.

**Idosos e crianças,
dois grupos muitas
vezes esquecidos
pelas autoridades,
são beneficiados
por projetos implantados
pelo governo
do Paraná**

Criança, da rua para a escola — Se de um lado estão os idosos, do outro estão as crianças. Os programas de resgate da criança pretendem conquistar a cidadania desse grupo maldito, os meninos de



rua. Em apenas um ano e meio, o programa "Da Rua para a Escola" retirou 8 mil crianças das ruas em diversas regiões do Paraná. O programa, que devolve as crianças para a escola em troca de uma cesta básica à família, será estendido a todos os municípios.

Coordenado pela Secretaria Estadual da Criança e Assuntos da Família e pela Secretaria da Educação, com o apoio das prefeituras, o programa já foi implantado em 57 municípios. "É uma maneira de implantar o projeto da renda mínima de forma muito mais abrangente", explica Fani Lerner.

Em Pinhais, onde o programa começou em agosto de 1995, pela manhã as crianças e adolescentes são recolhidos por duas kombis, doadas pela Secretaria da Criança, e levados para a escola. Tomam o café e freqüentam o ensino regular. As vagas são garantidas pela Secretaria da Educação. Ao meio-dia, almoçam e, a partir das 13h30,



O projeto Vilas Rurais, está instalando 134 comunidades em diversos municípios paranaenses, beneficiando 42 mil pessoas e diminuindo o êxodo rural no estado

seguem para oficinas profissionalizantes e atividades esportivas e de lazer. Às 15 horas, fazem um lanche reforçado, tomam banho e voltam para casa, limpas e alimentadas. São embarcadas nas kombis e entregues às respectivas famílias.

O governo do estado implantou 21 creches nos primeiros meses do mandato e conclui mais 53 ainda em 1996. A construção de creches nos municípios também

está sendo viabilizada. Pelo programa, as prefeituras, em parceria com o governo do estado, vão construir até o final do ano mais 27 creches.

Ayrton Senna e a supersopa —

Em setembro desse ano, o governo do Paraná e o Instituto Ayrton Senna lançaram, em regime de parceria, o programa da "Supersopa", de distribuição de um composto alimentar destinado a combater a desnutrição infantil.

Produzida pela Central de Abastecimento de Curitiba (Ceasa), com base em tecnologia desenvolvida pelo Instituto Mauá (SP), que é franqueado pelo Instituto Ayrton Senna, a supersopa é feita a partir de produtos descartados na Ceasa — não por motivo de qualidade ou deterioração, mas apenas em razão de sua aparência. Das duas mil toneladas de hortigranjeiros comercializadas diariamente pela Ceasa, cerca de 30 são descartadas e doadas ao projeto.

O novo alimento é constituído de 55% de sólidos (hortigranjeiros) e 45% de insumos (fornecidos pelo Instituto Ayrton Senna), como proteína animal (carne moída), proteína vegetal, arroz, farinha, leite em pó, temperos (alho, sal, cebola) e gordura. Cada lata da supersopa com o acréscimo de 2/3 de água, rendem 35 porções. As 200 calorias de cada porção representam um terço das necessidades nutricionais das crianças de zero a seis anos de idade.

A população de crianças até seis anos de idade no Paraná, de acordo com o último censo realizado pelo IBGE, é de 1.239.174. Desse total, 263.572 pertencem a famílias com renda de até dois salários mínimos.

“Começamos atendendo essa faixa da população, para minimizar o problema da desnutrição e da mortalidade infantil em todos os municípios paranaenses”, explica a Secretária. A idéia é ampliar esse atendimento e fornecer a supersopa também a adolescentes, idosos e trabalhadores rurais volantes integrados a outros programas da Secretaria.

Ao inaugurar as instalações do Projeto Nutricentro, onde é produzida a supersopa, o governador Jaime Lerner disse que não descansará enquanto não for distribuída a todos que precisarem. “A minha obsessão é associar esse programa a outros de caráter social, para atender a maioria das pes-

A supersopa é fornecida às crianças de até seis anos pertencentes a famílias com renda até dois salários mínimos, ajudando no combate à desnutrição

soas que hoje se angustia com a fome e o desperdício de alimentos. Convivemos com índices inaceitáveis de perdas diárias de alimentos e com o elevado nível de desnutrição. Queremos transformar o problema numa solução, e a supersopa é uma solução.”

As vilas rurais — Outros projetos do programa social do governo do Paraná tem o mesmo perfil de busca da cidadania. O projeto das vilas rurais foi inspirado pelos estudos realizados pela prefeitura de Curitiba, quando enfrentou o problema do inchaço populacional e da favelização. Estima-se que haja no Paraná 60 mil famílias de bóias-frias, o que

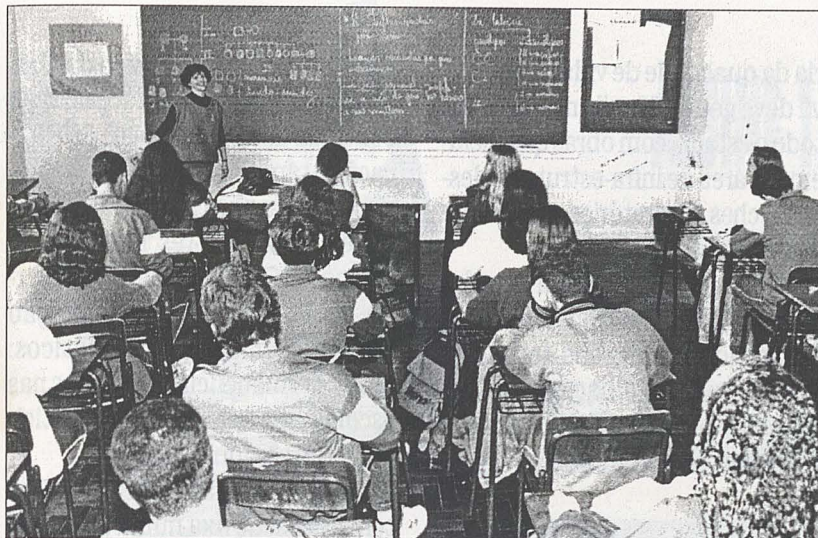
corresponde a 300 mil pessoas.

O Paraná registra o mais intenso êxodo rural do mundo, tendo assistido a uma migração de mais de 2,6 milhões de habitantes do meio rural nos últimos 25 anos. O projeto das vilas rurais surgiu dessas realidades.

A vila rural, instalada sempre perto de uma cidade e de preferência ao lado de um distrito rural, é um conjunto de terrenos de, em média, 6 mil m². Todos os lotes tem água, luz, saneamento e arruamento. É entregue um módulo inicial de 44 m² para que a família termine a própria moradia, a seu gosto. No período das grandes colheitas, o bóia-fria corre atrás desse dinheiro. Depois, vai viver em sua própria casa e plantar em sua terra, para comer e vender.

As vilas rurais podem conter as migrações compulsórias — assim interessam aos 8 milhões de habitantes do Paraná. As primeiras vilas foram instaladas em fins de 1995. Um ano depois, 13 foram concluídas, 53 encontram-se em estágios entre a elaboração de projetos e a locação de obras e 68 estão em obras. Ao todo, são 134 vilas rurais implantadas ou em implantação, num total de cerca de 8 mil lotes, beneficiando 42 mil pessoas, 12% do número estimado de trabalhadores rurais volantes do estado — 350 mil.

Em outubro foram inauguradas as quatro primeiras vilas rurais construídas em parceria com a iniciativa privada, com um total de 305 lotes que beneficiarão famílias de trabalhadores rurais volantes do grupo Meneguetti,



No maior projeto de capacitação de professores adotado no Brasil, mais de 14 mil mestres do Paraná passaram pelos seminários de educação avançada entre março e setembro de 1996

plantadores de cana-de-açúcar para suas usinas. A parceria, na maioria dos casos, é de iniciativa das próprias empresas.

Outra parceria que vai se tornando habitual é com as prefeituras. Desde junho de 1996, o governo do estado financia a compra de terras para a instalação de vilas rurais aos municípios interessados. E 187 prefeituras já participam dessa parceria. Até o final de 1998, o governo do Paraná espera reunir os recursos para beneficiar 60 mil famílias de trabalhadores, num investimento estimado de R\$ 503 milhões — parte a fundo perdido e parte ressarcível pela família financiada.

A casa com a feição dos donos

— A casa, como a certidão de nascimento, a identidade, a carteira de trabalho e até o emprego, é condição de cidadania para um ser humano; ela é também a única com um caráter ilimitado. Ter um endereço, a segurança de um bem imóvel, é a maior prova de cidadania. Pensando assim, segundo o se-

cretário de Habitação do Estado, Rafael Dely, o governo do Paraná elegeu a habitação como uma das maiores preocupações. Não só a do trabalhador rural, assegurada pelo programa das vilas rurais, como a habitação do trabalhador urbano.

“É verdade”, observa Rafael Dely, “que quando se fala em casa popular não é possível deixar de imaginar aquelas moradias massificadas em escala industrial. Se a política habitacional para populações de baixa renda tem o mérito de combater o déficit habitacional, também acabou consolidando o conceito de que a casa popular deve ser montada em um cenário de monotonia, isolando populações de baixa renda em áreas distantes dos núcleos urbanos.”

Mas não precisa ser assim. Essas casas são melhores quando resultam de criatividade que valoriza a autonomia. Quando ao morador é assegurado o direito de construir a sua maneira, a casa tem raízes, apego e individualidade. Por isso, o programa habitacional do governo do Paraná parte do

pressuposto da autoconstrução, em que o futuro morador escolhe o lugar, o terreno, tamanho, formato e estética da casa. E essa casa, deixada ao arbítrio de seu futuro morador, sai mais barata, a começar pelos materiais de construção, alguns deles usados.

O sistema da autoconstrução nesses moldes, é um formidável gerador de empregos no mercado informal. Cada unidade gera em média três empregos. O morador, com os mesmos recursos de um financiamento convencional, pode fazer uma casa 50% maior.

“Com essas novas idéias, não estamos caminhando em território de sonhos. Mais de 25 mil moradias foram construídas assim em Curitiba nos últimos 15 anos”, diz Rafael Dely. O sistema, inovador até hoje, chama-se autogestão. As 6.863 moradias que o governo do Paraná construirá em 84 municípios, através do programa Pró-Moradia, assinado com o governo federal, são fruto da autogestão.

Os investimentos, entre recursos da União, do estado e dos municípios, serão de R\$ 28,9 milhões e marcam não só o retorno do uso do FGTS, mas a disseminação por todo o estado do Paraná de uma experiência habitacional testada e reconhecida internacionalmente.

Pelo sistema de autoconstrução, poderão ser atendidas famílias com renda a partir de 1 até 3 salários mínimos, com casas de até 44 m², a partir das quais o mo-

rador fará as ampliações que desejar. O prazo de financiamento será de até 25 anos, nunca comprometendo mais do que 20% da renda do morador. O projeto terá nas prefeituras forte apoio, com a doação de áreas e execução dos serviços de infra-estrutura.

O projeto da autoconstrução começou com uma experiência-piloto em Campina Grande do Sul, na região metropolitana da Grande Curitiba. Em 40 dias de trabalho, 142 moradias foram edificadas e cobertas, índice que não permite duvidar da potencialidade e das perspectivas dessa idéia.

As velhas idéias de Roosevelt — Na crise de emprego que assola não só o Brasil como todos os países de situação semelhante o Paraná recorreu à solução de emergência posta em prática, há mais de sessenta anos, pelo presidente Franklin Delano Roosevelt, ao assumir o governo dos Estados Unidos no início de 1933.

Assim como Roosevelt, enfrentando a grande depressão iniciada em 1929, criou frentes de trabalho para reativar a economia, sem considerar o retorno econômico imediato dessa geração de empregos, o governo do Paraná promoveu programa semelhante em 1995.

O "Paraná Urbano" é o maior programa de obras de infra-estrutura urbana já realizado no estado. Pelo contrato assinado com o BID, o programa vai envolver investimentos de US\$ 498 milhões para beneficiar todos os municípios paranaenses com obras sociais, de saneamento ambiental e de melho-

ria da qualidade de vida. A iniciativa deve gerar 120 mil empregos em todo o estado, com obras que incluem, na área de infra-estrutura, desde creches, laboratórios, ginásios de esporte a hospitais.

O programa também prevê a construção de barracões industriais, secadores de grãos, terminais de calcário, iluminação pública, ampliação da rede de esgoto e terminais rodoviários.

**Para reduzir
o desemprego,
o governo do Paraná
investe em obras sociais,
como hospitais, creches,
laboratórios e rede
de saneamento**

De todos esses projetos, provavelmente o que será mais reconhecido no futuro é o da Universidade do Professor, o maior programa de capacitação para professores de 2º grau do país, realizado no Paraná desde 1995. De março a setembro de 1996, passaram pelo "seminário de educação avançada", um dos eventos mais relevantes da Universidade, mais de 14 mil profissionais da educação. São previstos, até o fim do ano, 27 seminários, com 76 horas cada.

Promover uma verdadeira revolução na formação, capacitação e reciclagem do professor da rede es-

tadual é o objetivo básico da Universidade. Ela envolve a atualização contínua dos profissionais da Educação e também a qualificação teórico-prática para reciclar o conhecimento dos mestres. Faz parte do "Plano ABC", o programa do governo do Paraná para a Educação centrado em três pontos básicos: maior permanência dos alunos nas escolas, bons professores e participação da comunidade.

A Universidade do Professor tem uma sede fixa numa área próxima à Hidrelétrica de Foz do Iguaçu, perto de Foz do Iguaçu e da futura Universidade das Américas, com capacidade para abrigar até 1.200 pessoas. Os participantes dos seminários — quase todos inscritos por iniciativa própria — ficam instalados nesse espaço, ouvindo os melhores conferencistas sobre educação. Este centro possibilita a integração entre todos os profissionais dos diversos núcleos regionais e também de convidados de outros estados.

A Universidade do Professor é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, e que congrega as Universidades Federal do Paraná, Estadual de Londrina, Estadual de Maringá, Estadual de Ponta Grossa, Estadual do Oeste do Paraná, Estadual do Centro do Paraná, a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público, o Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), as Secretarias Estaduais da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a Fundação Educacional do Paraná (Fundepar).

PROMOÇÃO ESPECIAL



ASSINE 12 EDIÇÕES E RECEBA 15
OU ASSINE 24 E RECEBA 27 E AINDA COM
25% DE DESCONTO SOBRE O PREÇO DE CAPA

PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

OPÇÕES	À VISTA	À PRAZO
12 Edições de Cadernos	A R\$ 54,00	B 2 x de R\$ 29,00 p/ 30/60 dias
24 Edições de Cadernos	C R\$ 108,00	D 3 x de R\$ 38,00 p/ 30/60/90 dias
12 Edições de Cadernos + 12 Edições de Ecologia ou Mercosul	E R\$ 108,00	F 3 x de R\$ 38,00 p/ 30/60/90 dias
24 Edições de Cadernos + 24 Edições de Ecologia	G R\$ 216,00	H 4 x de R\$ 57,00 p/ 30/60/90/120 dias

CUPIOM DE PEDIDO PARA UM AMIGO

Nome: _____
 Endereço: _____
 Bairro: _____
 Cidade: _____ Estado: _____
 CEP: _____ Tel: _____
 Profissão: _____

Editora Terceiro Mundo Ltda - Depto. de Assinaturas
 Rua da Glória, 122 - Gr. 105/106 - Cep: 20241-180 - Rio de Janeiro, RJ
 PEÇA TAMBÉM PELO TEL: (021) 221-7511
 OU PELO FAX (021) 252 - 8455

MEU PEDIDO:

Nome: _____
 Endereço: _____
 Bairro: _____
 Cidade: _____ Estado: _____
 CEP: _____ Tel: _____ Fax: _____
 Profissão: _____

Minha opção de pagamento é: (A) (B) (C) (D) (E) (F) (G) (H)
 A opção do meu amigo é: (A) (B) (C) (D) (E) (F) (G) (H)

Formas de pagamento:

- ☐ Cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda.
☐ Reembolso Postal
☐ Por Telefone (fornecer o nº do cartão de crédito)
☐ Vale Postal Ag. Lapa
☐ Cartão de crédito: _____ (nome do cartão),
 que tem validade até ____/____/____

Nome do titular do Cartão

Nº do Cartão

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

DATA: ____/____/____

Ass. do Comprador

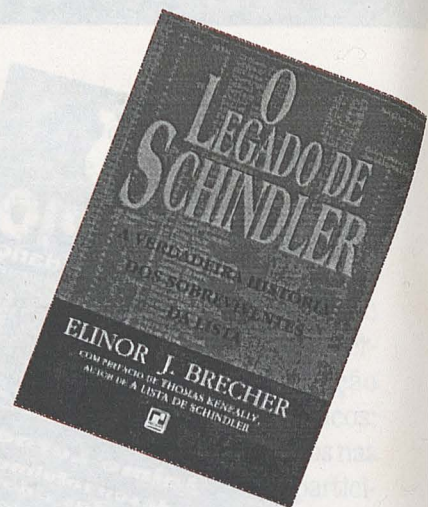
VALIDADE 30/01/1997



VIAGEM NO TEXTO

Testemunhos que não podem ser esquecidos

Livro relata a história dos judeus salvos por Oskar Schindler, acrescentando fatos não-revelados no cinema por Spielberg



Há três anos, o mundo inteiro se emocionou com o filme de Steven Spielberg sobre as atrocidades cometidas contra os judeus na II Guerra Mundial e os atos heróicos de Oskar Schindler. Apesar de filiado ao Partido Nazista, o industrial *bon vivant* salvou a vida de 1.100 prisioneiros nos campos de concentração da Polônia, subornando membros da SS, a tropa de ocupação de Hitler.

Baseado no livro homônimo de Thomas Keneally, o filme *A lista de Schindler* mexeu fundo com as emoções da jornalista norte-americana Elinor J. Brecher. Inquieta por conhecer a história passada e presente daqueles seres humanos que sobreviveram ao Holocausto, entrevistou vários *Schindlerjuden* (judeus de Schindler) residentes nos Estados Unidos. Os depoimentos estão reunidos em *O legado de Schindler*, que conta com prefácio de Keneally. O livro mostra como era a vida desses trabalhadores na fábrica de Schindler em Cracóvia (Polônia), e depois em Brinnlitz (Tchecoslováquia), e a profunda transformação sofrida quando os alemães ocuparam a Polônia, em 1939. Eles contam como sobreviveram à criação do gueto de Cracóvia em 1941 — destinado ao confinamento de judeus —, e a seu fechamento, em 1943. E relatam como resistiram às condições de vida subumanas em Plaszów, escapando com perspicácia da ira de nazistas e dos “transportes”, que os levariam aos campos da morte, como Auschwitz ou Gröss-Rosen. “Nunca senti realmente medo de morrer; tive tantas vezes um revólver perto da cabeça que era somente questão de tempo”, diz Helen Sternlight Rosenzweig, 71 anos.

Por fim, contam como reestruturaram suas vidas, os encontros que tiveram com Schindler e como o

ajudaram no pós-guerra.

Fatos importantes que não aparecem no filme vão se revelando no virar das páginas. Spielberg poupou os expectadores de cenas como cachorros abocanhando órgãos genitais dos homens e seios das mulheres, ou, então, soldados segurando bebês pelos pés e esmagando suas pequenas cabeças batendo-as contra paredes de tijolos.

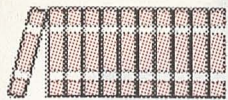
A famosa lista, por exemplo, que livrou 1.100 judeus dos campos da morte ao serem transferidos para a nova fábrica em Brinnlitz, após o fechamento do campo de Plaszów em 1944, era formada por apenas 300 trabalhadores originais da fábrica de esmaltados em Cracóvia. O restante era composto por substitutos dos que já haviam sido transportados para campos de extermínio, meses antes, por ordens superiores.

Alguns sobreviveram, outros não.

O principal responsável pela compilação da lista não fora Schindler mas sim Marcel Goldberg, membro da força oficial judia, que recebeu dinheiro daqueles que quiseram fazer parte da lista. Goldberg está no filme recebendo de Schindler uma cigarreira e um relógio de ouro, em momentos diferentes.

Criticar o filme, nem pensar. Os sobreviventes, hoje com idade entre 50 e 90 anos, reconhecem que o cineasta atraiu a atenção do mundo para suas histórias. Toda licença cinematográfica é perdoada. E, nesta época em que anti-semitas instigam a negação do Holocausto, afirmando que ele jamais aconteceu, *O legado de Schindler* deixa diversos testemunhos para gerações futuras, provas irrefutáveis de um passado que, infelizmente, não pode ser negado.

(Mônica Pérez)



COM A PALAVRA, O AUTOR

Estórias de um contestador

Em sua primeira obra de ficção, frei Leonardo Boff defende que o ser humano passe a dar valor às sutilezas da vida, às mensagens simbólicas escondidas no dia-a-dia

Depois de escrever mais de 50 livros, o frei Leonardo Boff publica pela primeira vez uma obra de ficção: *Brasas sob cinzas — estórias do anti-cotidiano*. Defensor da Teologia da Libertação, Boff foi censurado pelo Vaticano, em 1985, que o impediu de escrever ou falar em público durante 11 meses pelas opiniões expressas no livro *Igreja: carisma e poder*. Depois de pedir afastamento do sacerdócio, continuou a divulgar as suas idéias sobre diferentes temas, como ecologia e espiritualidade, através de conferências internacionais e livros.

Na nova obra, publicada pela editora Record, o frei reúne 16 textos, entre “estórias, contos e pensamentos”, como ele mesmo define, que trazem reflexões sobre a humanidade, liberdade, destino, religião e o absoluto. “Há uma convicção que subjaz a todos estes textos: persiste em cada um de nós um pouco ainda do paraíso perdido; o sim-bólico, apesar de toda a força do dia-bólico, emerge sempre de novo em nossa vida e a enche de significação; a inocência, o poder não-destrutivo, não se perdeu totalmente”, diz Leonardo Boff no prefácio da obra.

O autor, como afirma, trabalha com o lado “dia-bólico” (o que divide)

e o “sim-bólico” (que une) existente no ser humano. No ponto de vista do religioso, quando a pessoa se desenvolve espiritualmente e aceita esses dois lados, passa a dar brilho a sua existência.

Por que o senhor decidiu escrever um livro de ficção?

LB - Em *Brasas sob cinzas* há uma preocupação literária. Essa é a diferença em relação aos outros livros que escrevi. Na minha teologia, carrego sempre um lado literário, narrativo. Quis, dessa vez, explicitar isto.

Como o senhor definiria a obra?

LB - É um livro de filosofia e teologia narrativa, em que relato estórias tiradas do dia-a-dia. Ao longo da minha vida fui observando-as e escrevendo. Nelas, há sempre lições a serem aprendidas.

Quais, por exemplo?

LB - O ser humano habita o mundo poeticamente, mas na verdade vive prosaicamente. A minha intuição diz que atrás desse cotidiano há uma

mensagem, uma luz. A obra é um convite para que todos prestem atenção ao seu cotidiano e passem a ficar abertos à dimensão de ternura.

Como o senhor aborda a religiosidade na obra?

LB - Falo do religioso numa linguagem profana. No capítulo *A lata de lixo que Deus não tem* questiono o inferno e discuto as duas versões da religião. Uma delas é a patriarcal, em que o pai é o princípio da ordem, do bem e do mal. Toda religião de dominação patriarcal exige o inferno como forma de

realizar a justiça divina, ou seja, castigar o mal e premiar o bem.

No princípio materno, a justiça não funciona e sim a misericórdia e o amor. A mãe não precisa de um inferno porque consegue perdoar e reconciliar. As tradições místicas guardaram esse princípio materno e feminino, que é ilimitado, por isso falam do Deus mãe.

Deus não tem como nós uma lata de lixo onde joga tudo aquilo que não deu certo. De uma maneira ou de outra Ele consegue fazer que tudo dê certo: para alguns é no início, para a maioria é no meio, e para todos é no fim.

(Beth von Zuben)



Frei Leonardo Boff





O comitê do Nobel assinalou que Ramos Horta e Belo foram premiados pelo trabalho constante em favor de uma solução justa do conflito entre os habitantes de Timor Leste e as forças indonésias

Reconhecimento tardio

O Nobel da Paz, concedido a Dom Ximenes Belo e ao dirigente da resistência timorense, José Ramos Horta, é a coroação de vinte anos de luta do povo maubere pela sua libertação

Beatriz Bissio

Esquecido durante anos do noticiário internacional dos grandes meios de comunicação, o pequeno Timor Leste voltou às manchetes em outubro, quando o Prêmio Nobel da Paz de 1996 foi concedido ao bispo Dom Carlos Filipe Ximenes Belo e ao representante internacional da resistência timorense, José Ramos Horta.

O comitê do Prêmio Nobel ex-

pressou a esperança de que o prêmio contribua para a obtenção da autodeterminação desse pequeno país do Pacífico Sul que foi colônia portuguesa até 1975 e está ocupado militarmente pela Indonésia.

Dom Ximenes Belo, de 48 anos, é bispo de Dili, a capital. Nos oito anos que está no posto, presenciou e denunciou as atrocidades cometidas pelos indonésios contra o seu povo. Uma delas, o massacre no cemitério de Dili, foi filmada (ver matéria coordenada) e constituiu-se na primei-

ra imagem divulgada para o mundo sobre as violações aos direitos humanos em Timor.

O comitê do Prêmio Nobel assinalou que o bispo foi premiado pelo trabalho constante em favor de uma solução justa do conflito entre os habitantes de Timor Leste e as forças indonésias de ocupação. Ximenes Belo, segundo o comitê, tem protegido o seu povo colocando em risco a própria vida e se empenha em resolver o enfrentamento por meios não-violentos.

Por sua vez, José Ramos Horta, secretário de relações internacionais da resistência de Timor Leste e do Conselho de Resistência Maubere, é o porta-voz mais notório da população oprimida desse arquipélago javanês desde 1975. Ex-professor de direito e intelectual brilhante, Ramos Horta elaborou um plano de paz que deveria ser discutido com o governo de Jacarta.

Com vários livros publicados (a maioria deles com a ocupação de Timor Leste como tema), ao ser informado do prêmio, a primeira reação foi dedicá-lo ao dirigente máximo da resistência, Xanana Gusmão, detido num presídio na Indonésia.¹ "Ele deveria tê-lo recebido, não eu", afirmou Ramos Horta.

A decisão do comitê do Prêmio Nobel de trazer à tona a questão esquecida de Timor Leste foi especialmente importante num momento em que a Anistia Internacional denuncia que a Organização das Nações Unidas não têm exercido pressão suficiente sobre a Indonésia para obrigá-la a mudar de atitude em relação a Timor Leste. O governo indonésio se recusa a reconhecer qualquer demanda contra a ocupação do arquipélago.

Em declaração ao Comitê de Descolonização da ONU em julho, o representante da Indonésia disse que "Timor Leste já decidiu a favor da Indonésia", referindo-se a um manifesto de 1976 de timorenses aliados de Jacarta, aceitando a anexação que a Organização das Nações Unidas e a maioria dos países não reconhecem.

A ilha de Timor, situada ao norte da Austrália, numa área rica em petróleo, está dividida em duas. A parte leste, como o nome do país o indica, é ocupada pela antiga colônia de Portugal.



Os antecedentes do conflito

Timor Leste foi colônia portuguesa desde a época da descoberta do Brasil até 1975, quando em decorrência da Revolução dos Cravos, em Portugal, foi conquistada a independência. Mas a República só durou uma semana. Em meio às mudanças de 1974, Portugal acertou com a Indonésia que os timorenses decidiriam o próprio destino mediante um referendo. Porém, a votação nunca se realizou e a Indonésia invadiu o arquipélago em dezembro de 1975. Sete meses mais tarde, anexou o território, aplicando uma política de terra arrasada. (Ver cadernos do terceiro mundo nº 190, "David contra Goliath").

Luta também na Indonésia —

Ao mesmo tempo em que os timorenses continuam resistindo às tropas de ocupação, na Indonésia o povo luta contra o regime militar. As manifestações pró-democratização se multiplicam. Isso cria uma expectativa em relação ao futuro de Timor Leste, pois em âmbito internacional muitos consideram que esse país só poderá ser independente quando a Indonésia tiver um regime democrático. Na Indoné-

sia, por outro lado, há quem acredite que o país só poderá ser democrático quando Timor Leste for livre. O fato é que ambas as questões estão ligadas.

Recentemente, o assalto das tropas do presidente indonésio Suharto à sede do principal núcleo de oposição ao regime, o Partido Democrático Indonésio (PDI), em Jacarta, causou a morte de um número indeterminado de pessoas. Há versões que falam em

A origem do Prêmio Nobel

Alfred Bernhard Nobel nasceu em Estocolmo, capital da Suécia, em 1833. Especialista em química, dedicou-se inicialmente a aperfeiçoar a nitroglicerina, sintetizada pelo italiano Ascanio Sobrero, em 1846. Em suas experiências, descobriu que a nitroglicerina poderia ser usada com segurança, quando acrescida de um elemento absorvente e inerte, o *kieselguhr*.

Estava inventada a dinamite, cuja descoberta Nobel anunciou em 1866. A patente do produto e de seus sucessivos aperfeiçoamentos permitiram-lhe acumular uma imensa fortuna. Entretanto, nos últimos anos de sua vida, Nobel sentia-se bastante amargurado ao ver suas descobertas serem usadas para fins bélicos.

Decidiu, então, legar seu patrimônio para a criação de um fundo destinado a premiar os benfeitores da humanidade. Essa é a origem dos famosos prêmios Nobel, que começaram a ser conferidos em 1901, no quinto aniversário da morte de seu criador e patrono.

Os prêmios são concedidos anualmente àqueles que mais se destacaram em benefício da humanidade nos campos da física, química, medicina ou fisiologia, literatura e da paz internacional. A partir de 1969 começou a ser dado também o

prêmio de economia. Os laureados são escolhidos por academias suecas especializadas, com exceção do Prêmio Nobel da Paz, cuja escolha recai sobre uma comissão de cinco membros nomeada pelo parlamento norueguês.

Marco André Balloussier

Os últimos agraciados com o Prêmio Nobel da Paz foram:

- 1990** - Mikhail Gorbachev, presidente soviético.
- 1991** - Aung San Suu Kyi, líder opositorista de Myanmar.
- 1992** - Rigoberta Menchú, defensora dos direitos dos índios da Guatemala.
- 1993** - Nelson Mandela, líder do Congresso Nacional Africano, e Frederik de Klerk, presidente sul-africano.
- 1994** - Yitzhak Rabin, primeiro-ministro de Israel, Shimon Peres, ministro das Relações Exteriores de Israel, e Yasser Arafat, líder da OLP.
- 1995** - Joseph Rotblat, ativista contra as armas nucleares, e a Conferência Pugwash sobre Ciências e Assuntos Mundiais, presidida por ele.

50 mortos, outras em 150. A resposta violenta do regime de Suharto foi criticada pelo secretário de Estado norte-americano, Warren Christopher, que se pronunciou a favor de uma transição para a democracia no país "ordenada e não-violenta". Foi a primeira oportunidade em que o governo dos Estados Unidos, até agora forte aliado do regime de Suharto, defendeu o retorno à democracia na Indonésia.

Washington fez "vista grossa" quando, em 30 de setembro de 1965, o então presidente Sukarno foi deposto por um golpe de Estado do general Suharto que custou a vida de um milhão de indonésios.

Sukarno, destacado líder da luta pela independência, foi um dos

fundadores do Movimento Não-Alinhado e era favorável aos vietnamitas na luta contra os Estados Unidos. No plano interno, seu governo tinha forte conteúdo social. O maior apoio político vinha do Partido Comunista da Indonésia, o segundo maior da Ásia, depois do PC chinês.

Por essas razões e pelo fato da Indonésia ser um importante produtor de petróleo², os Estados Unidos sempre apoiaram o general Suharto, que em agradecimento nunca permitiu que o país se filiasse à Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep).

O atual distanciamento da Casa Branca em relação ao regime indonésio estaria fundamenta-

do, segundo alguns analistas, no fato de o país asiático ter se convertido numa potência média, integrante do privilegiado grupo dos "novos tigres" asiáticos. Com essa força, deixaria de ser um aliado confiável para Washington.

O papel da oposição — O fato é que o atual desenvolvimento foi conquistado apesar do general Suharto — atualmente com 75 anos. Os negócios de seus seis filhos foram sempre a sua prioridade número um e os favoreceu de forma tão ostensiva que chegaram a controlar áreas fundamentais da economia.

Num momento em que a democratização da Indonésia começa a fazer parte da agenda in-

Em busca de solidariedade

ternacional, as atenções se voltam para os focos de contestação ao regime de Suharto. Em posição privilegiada está o Partido Democrático da Indonésia (PDI), cuja maior liderança desde 1993 é Megawati Sukarnoputri.

Filha do ex-presidente Sukarno, Megawati não conquistou a atual posição de destaque com facilidade. Para isso, contou com toda a mística do legado histórico de seu pai, mas enfrentou as interferências governamentais que buscavam impor na direção do partido, como de hábito, uma liderança fraca e tolerante em relação aos abusos do regime de Suharto.

Possivelmente devido à cautela com que deve se manifestar, Megawati nunca se pronunciou abertamente sobre o caso de Timor Leste, mas defende com vigor o direito do povo indonésio à total liberdade para escolher os seus dirigentes. Ao seu redor há dirigentes que defendem a autodeterminação do povo maubere.

O Prêmio Nobel da Paz outorgado aos dois patriotas de Timor Leste atraiu pela primeira vez em vinte anos a atenção mundial para a situação dessa ilha e muitos esperam que seja o primeiro passo para a sua efetiva libertação.



Foto: AFP

As manifestações em favor da libertação do líder da resistência, Xanana Gusmão, são frequentes em várias partes do mundo

Pouco antes do anúncio do Prêmio Nobel para Dom Ximenes Belo e José Ramos Horta, uma delegação de apoio a Timor Leste visitou o Brasil. A comitiva era presidida por Barbedo de Magalhães, engenheiro e professor da Universidade de Porto, que em março de 1992 participou de uma Missão de Paz em Timor e em fevereiro de 1996 organizou uma Conferência Internacional de Apoio a Timor Leste.

Também fizeram parte da comitiva Judite Barbedo, membro da Comissão para os Direitos do Povo Maubere (CDOM), que participou do plano de Reestruturação do Ensino em Timor Leste antes da invasão indonésia; o padre José Lopes Batista, editor do Boletim do Grupo Paz e Justiça para Timor Leste; e Roque Rodrigues, em-

baixador da Resistência Timorense em Angola.

Em Brasília tiveram um "prolongado encontro no Itamaraty e no Congresso", nas palavras do professor Barbedo. "No Itamaraty, mostramos que esta grande democracia que é o Brasil pode ajudar muito na libertação de Timor Leste. O sentido da vinda aqui é explicar a situação do país e colher a solidariedade do povo brasileiro. Os timorenses esperam que no dia da independência o Brasil esteja lá, de corpo inteiro", afirmou Barbedo de Magalhães.

No Rio, além de outras atividades, eles visitaram a Associação Brasileira de Imprensa. Nessa ocasião, o padre José Gomes Batista denunciou que no seu país "os cemitérios são cheios de valas comuns; testemunhas silenciosas da liquidação de dezenas de milhares de civis por par-

¹Na atualidade, os presos políticos de Timor Leste são cerca de mil. Muitos foram detidos por terem cometido o "delito" de entrar em contato com representantes da Anistia Internacional.

²A ilha de Timor está dividida em duas. Timor Leste ocupa a região oriental, enquanto que a parte ocidental é território indonésio. Fazem parte ainda de Timor Leste as ilhas de Atauro, ao norte, e Yaco, ao leste. Ao todo, o território tem 14.874 km². Assim como a Indonésia, o arquipélago é muito rico em petróleo, que se encontra na plataforma marítima.

ÁSIA

TIMOR LESTE

te das tropas indonésias”.

Ele lembrou que qualquer povo tem, como primeiro direito, o direito à liberdade. Nesse sentido citou o agora Prêmio Nobel da Paz, Bispo Ximenes Belo, que em carta ao então secretário-geral da ONU, Javier Pérez de Cuéllar, denunciava que o seu povo era “de segunda classe” e ainda não tinha tido a oportunidade de falar por si próprio. “Outros falam por nós”, dizia Ximenes Belo a Pérez de Cuéllar, a quem solicitava que promovesse, sob a organização da ONU, um referendo em Timor Leste.

O regime de Suharto sempre alegara que a população de Timor Leste tinha aderido, de maneira clara, à integração da ilha com a Indonésia. Com o referendo, explicava Ximenes Belo, seria possível constatar de forma inequívoca o que o povo de Timor desejava.

“Milhares e milhares de pessoas são massacradas em Timor Leste”, disse o padre. “Trata-se também da perda de casas, de 90% das cabeças de gado; de aldeias que desapareceram do mapa, da apropriação das melhores terras e da infra-estrutura.”

A imigração forçada — há mais de 150 mil indonésios em Timor, numa população estimada em 500 mil — procura fazer com que o povo maubere perca a sua identidade. “Os timorenses não têm hoje condições de desenvolverem a sua própria cultura.”

O representante da Igreja Católica denunciou também a política de desinformação sistemática



Embaixador Roque Rodrigues: “Xanana Gusmão (foto) é o Mandela de Timor”

da Indonésia. “Os ocupantes afirmam que hoje há em Dili mais casas e mais escolas. É verdade. Mas eles esquecem de dizer que essas casas e escolas são só para os indonésios.”

O padre Lopes Batista afirma que a Igreja Católica conta com o apoio da Igreja Protestante na defesa do povo de Timor Leste. E finalizou: “O futuro se chama Xanana Gusmão. Com Xanana livre, haverá liberdade para Timor Leste.”

O diplomata timorense Roque Rodrigues concorda e chama Xanana Gusmão de “o Mandela de Timor Leste”. Em algum momento, haverá de se estabelecer um diálogo entre indonésios e timorenses para discutir o futuro do país. “Nessa altura, a liderança carismática de Xanana será chave para encaminhar de forma construtiva essa negociação”, disse.

Antônio Barbedo Magalhães assinalou que as atrocidades em Timor ficaram no silêncio à custa do assassinato de jornalistas. “Em outubro de 1975, quando estava sendo preparada a gran-

de invasão que aconteceria em dezembro, para evitar que o mundo soubesse que eram forças indonésias que invadiriam o país, foram assassinados cinco jornalistas de meios importantes da região (entre eles da Austrália e Nova Zelândia). Um outro jornalista australiano, que foi a Timor investigar a morte de seus companheiros, foi assassinado em 7 de dezembro. Com isso fez-se o silêncio sobre Timor.”

Os mortos nos primeiros anos da invasão correspondem a 40% da população de Timor Leste, segundo o professor Barbedo. Ele compara a cifra com a do holocausto judeu, quando 33% da população judia da época foram exterminados pelos nazistas. “Só o silêncio que se abateu sobre este povo — com a conivência de governos como o norte-americano, japonês, alemão, britânico, entre outros —, permitiu que a maior parte da opinião pública internacional ignorasse essa terrível situação. Se tivesse tornado pública, teria provocado uma imediata reação internacional.”

O medo de uma nova Cuba —

Há várias justificativas para o apoio tácito ou explícito que o governo da Indonésia recebeu na época da invasão. A primeira e mais importante, segundo o professor, foi o pânico que se gerou no Ocidente com a queda de Saigon (Vietnã), a primeira grande derrota norte-americana.

Muitos governos pensaram que Timor poderia vir a ser uma Cuba no Sudeste asiático e, “antes que se

convertesse numa nação alinhada com o Leste comunista, era melhor que estivesse sob o controle do grande amigo dos norte-americanos, o ditador Suharto". Nessa altura, a ex-colônia portuguesa tinha um valor estratégico especial, porque os submarinos nucleares norte-americanos utilizavam o mar ao norte de Timor para espionar a União Soviética.

O professor Barbedo conta que o embaixador da Austrália em Jacarta na época da invasão escreveu uma carta ao seu governo, que depois se tornou pública, afirmando que não se devia esquecer o petróleo da plataforma continental de Timor, cujas enormes jazidas começavam a ser medidas. "Seria muito mais fácil negociar a fronteira marítima com o governo da Indonésia do que com Portugal ou com um eventual governo autônomo em Timor", assinalava, com desdém, o embaixador. E, de fato, como as fronteiras no mar não estavam definidas, a Austrália desde o início apoiou a anexação de Timor pela Indonésia, na expectativa de ter acesso facilitado ao petróleo da região.

Barbedo lembra que as primeiras imagens da repressão em Timor só foram vistas no mundo em 1990, quando um adolescente foi morto dentro de uma igreja e centenas de jovens decidiram fazer-lhe uma homenagem no cemitério. O ato acabou com mais de 270 mortos. A homenagem, inclusive as cenas da repressão, foram registradas em vídeo pelo jornalista inglês Max Stahl, que depois as

O papel do Brasil

"O Brasil ignorou o povo irmão de Timor Leste", lamenta José Ramos Horta. Ele manifesta "tristeza" pela posição diplomática do Brasil face ao seu país. "Uma das maiores economias do mundo, o Brasil também viveu anos de ditadura, com mortes, exilados e torturados", assinalou. "Não deveria ter ignorado um povo irmão menor", diz. Para Ramos Horta, o comércio com a

Indonésia não deve impedir o Brasil de se pronunciar firmemente contra a ocupação de Timor Leste.

A esperança do Prêmio Nobel numa mudança de atitude se viu fortalecida após a audiência com Fernando Henrique Cardoso, em Brasília, dia 18 de novembro. "O presidente disse que, dentro das possibilidades do Brasil, levará a nossa mensagem a países como os Estados Unidos, a França e a Inglaterra", assinala Ramos Horta. Ele acredita que o presidente brasileiro poderá ajudar a sensibilizar as principais potências mundiais a apoiar a causa timorense.

mostrou no documentário *Morte de uma nação*.

Só foi possível conhecer esse documentário pela astúcia do jornalista. Ele danificou, propositalmente, a câmera e alegou, diante dos soldados, que não tinha podido registrar nada porque a filmadora não funcionava. Foi a primeira vez em 15 anos que houve a possibilidade de divulgar imagens da repressão indonésia contra o povo de Timor.

Esses jovens, na sua maioria nascidos após a invasão, que nem tem autorização para falar o português e são educados em língua indonésia, são hoje o principal baluarte da resistência. "Em momentos críticos, assaltam embaixadas da Indonésia, se lançam às ruas em Dili e outras cidades e, quando vão estudar em universidades indonésias, tecem uma rede de cumplicidade e solidariedade com o próprio povo indonésio."

O professor Barbedo lembra que pela primeira vez o regime de



Padre José Gomes Batista e professor Barbedo de Magalhães: o Brasil deve apoiar o Timor

Suharto começa a perder o apoio dos centros financeiros. O *Wall Street Journal*, *The Economist* e o *Economic Review* já falaram da necessidade de se encontrar um substituto para o general Suharto. Já admitem que a Indonésia tem o governo mais corrupto do Planeta. E isso, junto com o constante aumento da resistência em Timor e das atividades da oposição interna, pode mostrar a proximidade de mudanças.

Mas também existe a possibilidade de um endurecimento do regime. Nesse caso, Barbedo acredita que uma explosão social muito mais violenta do que na ex-Iugoslávia não deve ser descartada.

Fotos: Bealitz Bissio

A meta da prosperidade mútua

Trinta anos após fundar a Asean, os países que a criaram buscam consolidar a unidade através de políticas que eliminem a brecha entre os membros ricos e pobres

Johanna Son

Em 1976, quando foi criada, a Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean) se restringia a um grupo de países que desconfiavam uns dos outros¹. Somente o anticomunismo os unia e, por isso mesmo, se prognosticava uma existência curta para a associação. Trinta anos depois, a Asean não apenas sobreviveu, como também possui papel fundamental na região que compreende a Ásia e o Pacífico. Hoje, uma das piores dores de cabeça dos dirigentes da entidade é a crescente lista de países que batem a sua porta para ingressar na aliança ou para vincular-se a ela de uma forma ou outra.

Com uma rápida expansão nos anos posteriores à Guerra Fria, em 1995 o grupo aceitou o Vietnã como o seu sétimo integran-

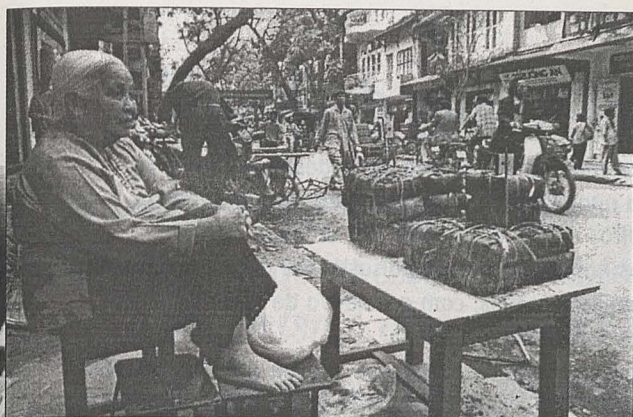
te. Os outros membros são Brunei, Filipinas, Indonésia, Malásia, Cingapura e Tailândia. Os três países restantes do Sudeste da Ásia (Camboja, Laos e Myanmar — ex-Birmânia) foram aceitos como observadores. A aprovação do ingresso de Myanmar, ainda na condição de observador, provocou uma reação negativa do Ocidente devido à violação dos direitos humanos por parte do regime militar de Yangun (ex-Rangún).

Desde 1995, os chefes de Estado do Sudeste asiático decidiram fazer reuniões anuais. Também são realizados cerca de 300 encontros regionais a cada ano para discutir questões tão díspares como Aids e cultura. Um sinal de sua crescente importância internacional é o fato de que a Asean tenha considerado a China, a Índia e a Rússia como

“sócios com os quais se deve dialogar.” No passado, a ideologia e as posições em relação à política exterior desses países provocaram ressentimentos dentro da aliança do Sudeste asiático.

Surpresos com o ritmo do crescimento econômico dos países da Asean, os governos das nações que fizeram ameaças comerciais e romperam vínculos com o bloco no passado voltaram atrás em suas análises e elogiaram seu êxito. “Instalamos o hábito da cooperação regional no Sudeste da Ásia. Pela primeira vez na história da região, surgiu uma consciência comum”, disse o chanceler de Cingapura, S. Jayakumar. “A eficiência da Asean tem sido comprovada. Em pouco tempo, o Sudeste da Ásia tornou-se um todo orgânico”, assinala seu colega da Malásia, Abdullah Ahmad Badawi.





Fotos: AFP

O Sudeste asiático, que foi no passado um campo de provas de teoria política, manobras militares e inclusive de teste de novas armas, hoje é uma região onde estão sendo testadas modernas estratégias de mercado

A evolução da Asean reflete a drástica transformação da paisagem geopolítica da região, considerada durante a Guerra Fria uma zona de "dominó", onde poderia se iniciar a marcha do comunismo, através da Indochina, rumo à Ásia. "Durante a maior parte desse século, o Sudeste asiático foi um campo de provas de teoria política, estratégia militar e inclusive de novas armas. Ainda o é, mas agora o que está sendo testado são novas teorias econômicas, modernas estratégias de mercado e tecnologias de ponta", afirma o chanceler do Brunei, Mohamed Bolkiah.

Um passado de guerras — Além de ter sido cenário da Guerra Fria, os países do Sudeste asiático se enfrentaram militarmente em décadas passadas. No começo dos anos 60, a Indonésia e a Malásia se confrontaram. Em 1962, as Filipinas reivindicaram o estado malaio de Sabah e romperam relações diplo-

máticas com a Malásia. Cingapura rompeu com a Federação Malaia em 1965 quando proclamou a independência. Hoje, as Filipinas e a Malásia se reconciliaram e os investimentos de Kuala Lumpur em Manila dispararam a partir de 1992, ainda que a disputa sobre Sabah continue.

Os chanceleres da Asean decidiram debater a criação de um "código de conduta" que contribua para diminuir a tensão nas disputadas águas do mar do sul da China. Essa é a principal preocupação da Asean na área de segurança. A definição do que os países poderão ou não fazer nas águas ricas em pescado do conflitivo mar chinês será a base da estabilidade a longo prazo e do entendimento entre as nações que reivindicam essas águas, segundo afirma uma declaração conjunta divulgada pelos ministros das relações exteriores do bloco.

As Spratlys, uma cadeia de pequenas 200 ilhas e arrecifes onde se acredita existirem extensos depósitos de petróleo e gás, são reivindicados, total ou parcialmente, pela China, Vietnã, Filipinas, Brunei, Malásia e Taiwan. O governo chinês reclama 80% do mar do sul da China e todos os demais países, exceto o Brunei, têm tropas instaladas nas ilhas. Apesar desses problemas, a confiança no futuro da região e os níveis

de qualidade de vida nunca foram tão grandes.

Posição estratégica — A Asean foi fundada enquanto os Estados Unidos enviavam soldados ao Vietnã, enfrentando Hanói por sua ideologia e pela invasão do Camboja em 1978, cuja pacificação anos depois se deveu fundamentalmente à ação da Asean.

Antes do ano 2000, com um panorama internacional radicalmente alterado, os governos que integram a associação pretendem estender a aliança aos dez países da área. O Laos e o Camboja podem chegar a ser membros plenos no próximo ano e Myanmar, no começo do século XXI.

Ao lado de seu peso na política interna dos países que a integram, a aliança tem um importante papel na política externa. Isso se deve, fundamentalmente, a sua posição geográfica bastante privilegiada, já que se localiza no coração do Foro de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (Apec) e da reunião Ásia-Europa, que engloba países dos dois continentes.

Por algum tempo, a Asean tem mantido conversações anuais com a Austrália, o Canadá, a Coreia do Sul, os Estados Unidos, o Japão, a Nova Zelândia e a União Européia, considerados sete "sócios dialoguistas". Com a entrada da China, Rússia e Índia, o número de sócios nessa categoria aumentou para dez. Porém, muitos mais, desde a França, passando pela Coreia do Norte, querem entrar nessa categoria.

Esse interesse crescente de na-

ções em se tornarem sócios potenciais faz com que os membros da Asean se considerem vítimas de seu próprio êxito. Atualmente, a idéia é não aceitar mais "sócios dialoguistas", já que as denominadas "conferências ministeriais" poderiam converter-se em miniassembléias das Nações Unidas.

Mas os governos da Asean pensam em assentar as bases de sua própria área de livre comércio. Em dezembro de 1995, a associação concordou que a redução tarifária avançará até a instauração da área econômica antes de 2003. Apesar de a Asean ser freqüentemente considerada um grupo de economias exportadoras que procuram os mesmos mercados fora da região, o comércio dentro do grupo se incrementou 40% em 1994 e 16% em 1995, alcançando US\$ 130 bilhões.

No futuro, segundo os chanceleres, a aliança terá que provar sua força em questões como o narcotráfico, comércio internacional e tráfico de mulheres e crianças. Uma Asean com compromissos de solidariedade mútua é a próxima meta. A idéia é que a palavra de ordem de uma "prosperidade compartilhada" permita às economias mais pobres se tornarem "tigres" em um tempo não muito longo.

¹ A Associação das Nações do Sudeste Asiático foi fundada em 1976, em Bangcoc, Tailândia. O principal objetivo de seus fundadores, segundo o texto constitutivo, era "acelerar o progresso econômico e o desenvolvimento social da região". Mas havia também um forte componente político: o caráter pró-norte-americano e anticomunista dos governos os transformava em aliados de Washington na guerra da Indochina. Com a derrota dos Estados Unidos no Vietnã, a associação passou a concentrar seus esforços na integração econômica do bloco.

Crescimento desigual

O explosivo crescimento econômico do Sudeste asiático e o aumento da qualidade de vida na região continuam a ser estudados em outros cantos do mundo. No entanto, há um consenso entre os habitantes desses países sobre a necessidade de se avançar nas políticas sociais, com o objetivo de diminuir a brecha entre ricos e pobres.

Não há lugar para o otimismo em excesso, apesar das três décadas de notável crescimento, assinala o Relatório sobre Desenvolvimento Humano de 1996. "Esses países devem assegurar que seus índices de crescimento sejam utilizados em prol do desenvolvimento humano", afirma o relatório divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Os níveis de desenvolvimento humano de alguns países da região como Hong Kong, Malásia e Cingapura ainda estão abaixo de outros Estados com receitas por habitante similares. A receita por habitante do Sudeste asiático cresceu 2% entre 1960 e 1970, 7,2% entre 1980 e 1990.

O Leste e Sudeste da Ásia diminuíram drasticamente a "pobreza por receita". Um caso paradigmático é a Malásia, que reduziu a pobreza de 49 para 14% em 20 anos. A região investiu em saúde e educação e obteve um crescimento que gerou emprego e relativamente escassa desigualdade. Mas ainda é necessário melhorar o que vem se chamando de "capacidade de pobreza". Trata-se de um novo índice, que mede as carências humanas, desenhado pelo Pnud para refletir o percentual de pessoas que vivem sem o mínimo indispensável para levar uma existência decente.

O índice de capacidade de pobreza utiliza três variáveis: a nutrição (proporção de crianças desnutridas menores de cinco anos), a reprodução saudável (o número de nascimentos sem atenção médica) e o analfabetismo feminino.

Em muitos países do Sudeste asiático, a capacidade de pobreza é maior que a pobreza por receita. A brecha é nítida na Indonésia, onde 17% da população são pobres pelo mesmo fator, mas 42% são pobres por carências. A Indonésia ocupa o 62º lugar na tabela do índice de capacidade de pobreza, abaixo de países menos desenvolvidos, como a Mongólia, que ocupa o 17º lugar, e o Vietnã, Birmânia e o Camboja.

A chave do sucesso do Sudeste asiático foi, segundo o Pnud, uma distribuição bastante igualitária dos ativos públicos e privados. "Os países deram total prioridade à redistribuição não da receita, e sim da riqueza, diz o Pnud. A Coreia do Sul investe 160 dólares por pessoa ao ano em saúde e educação e a Malásia, 150 dólares. Enquanto isso, a Índia investe 14 dólares, o Paquistão, 10 e Bangladesh só cinco.

O salto necessário

A lentidão demonstrada pela ONU para incorporar os avanços tecnológicos deixa o organismo atrasado em relação à divulgação de informações

A revolução tecnológica que percorre velozmente todo o Planeta está deixando cada vez mais para trás a Organização das Nações Unidas, cujas autoridades admitem a dificuldade de adaptação da entidade às novas tendências. A ONU, "por vários motivos, está muito atrasada quanto à tecnologia da informação", admite Benon Sevan, subsecretário-geral de Serviços de Conferência e Apoio da Organização das Nações Unidas.

Um desses motivos, que produz "reduções orçamentárias dramáticas em momentos em que eram necessários novos investimentos, é a falta de uma estratégia para incorporar a nova tecnologia da informação. Para tentar melhorar a situação, a ONU está processando uma estratégia informativa que será apresentada na 52ª sessão da Assembleia Geral, em 1997.

A delegada da Venezuela, Rosana Figuera, denunciou a situação dizendo que "todos os estados membros deveriam ter acesso eletrônico às bases de dados da ONU". O grupo de trabalho designado para executar essa tarefa tem assinalado a utilização de videoconferências como um dos caminhos mais promissores para a redução de custos, já que

assim diminuiriam consideravelmente os gastos com viagens e a ajuda de custos para essa finalidade numa organização com sérias dificuldades financeiras.

Pioneirismo em Beijing — A ONU trabalhou com traduções "a distância" durante a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, em setembro de 1995. Os documentos foram traduzidos na cidade norte-americana de Nova Iorque e transmitidos durante a noite por correio eletrônico para a sessão da manhã seguinte na capital chinesa. O grupo da União Européia (UE) afirmou que "a conferência de Beijing apresentou um excelente exemplo do êxito desse sistema para facilitar o trabalho dos tradutores, que podem realizar sua tarefa sem estar fisicamente no local da conferência".

Mas o grupo de trabalho que conhece profundamente o assunto ressaltou que a ONU deve despertar para essa evolução e empreender esforços para se inserir nos avanços tecnológicos que se desenvolvem ante seus olhos. As áreas mais urgentes incluem a conexão dos países membros ao organismo mundial; o estabelecimento de um sistema de correio eletrônico uniforme acessível a

todas as missões da ONU; a continuidade do projeto de capacitação na Internet; e o estímulo aos departamentos da entidade para que apresentem informações na World Wide Web.

O delegado da África do Sul, Mathe Diseko, disse que a riqueza de informação, investigação, estatísticas e conhecimento geral à disposição da ONU não é inferior à de qualquer instituição. "Devem-se explorar os meios para fornecer assistência técnica e capacitação para aumentar a conexão de missões permanentes ao sistema de informação da ONU", assinalou ele.

Um informe divulgado pelo secretário-geral das Nações Unidas, o egípcio Boutros Boutros-Ghali, assinala que a introdução de novas tecnologias exigirá a aplicação de capital, assim como um grande esforço de capacitação de pessoal. Esses temas serão registrados no orçamento de 1998-1999. O informe afirma que "será necessário completar o trabalho sobre um plano de tecnologia de informação que incorpore a necessidade dos estados membros de dados da ONU em um formato eletrônico acessível".

A ONU e suas agências especializadas divulgam informação na Internet mediante um servidor Gopher e da World Wide Web. Materiais informativos adicionais são enviados à World Wide Web, incluindo comunicados da imprensa e outros temas que tornam mais atrativas as páginas eletrônicas da entidade internacional.

(Thalif Deen)

AMÉRICA LATINA

ARGENTINA

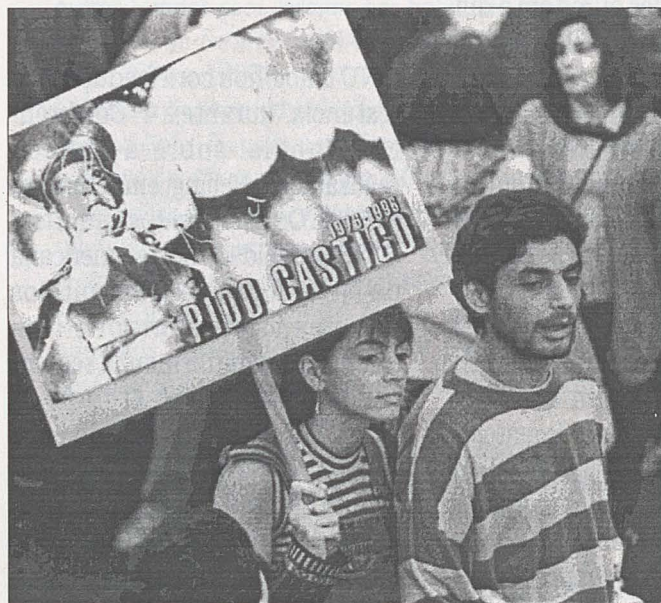
*Vítima da ditadura
obtem indenização nos Estados
Unidos por ter sido submetida
a torturas e indiciada
indevidamente pelo
governo argentino*

Jim Lobe

Pela primeira vez, o Estado argentino pagou indenização a uma vítima de abusos durante a ditadura militar (1976-1983). O processo que o governo da Argentina havia iniciado numa corte dos Estados Unidos se voltou contra ele mesmo. O acordo a que chegaram os representantes da gestão do presidente Carlos Menem e o empresário José Siderman, em 4 de setembro numa corte federal de Los Angeles, cria um importante precedente, pois implica que as vítimas de violações de direitos humanos poderão ser compensadas caso seus próprios países iniciem um processo contra elas nos Estados Unidos.

A demanda por fraude iniciada pela ditadura argentina contra Siderman, que havia sido detido ilegalmente e torturado em um quartel policial durante a chamada "guerra suja", desembocou no pagamento de uma indenização de US\$ 6 milhões ao empresário.

É a primeira vez que, nos Estados Unidos, um governo estrangei-



*O povo argentino
ainda está
mobilizado para
obter a punição
dos responsáveis
pelas violações
dos direitos
humanos no país*

ro é acusado com êxito por delitos relacionados com os direitos humanos cometidos em seu próprio território. "Rompemos com uma barreira impenetrável: a imunidade dos governos estrangeiros por questões de soberania", afirmou Paul Hoffman, um dos quatro advogados da União pelas Liberdades Cívicas dos Estados Unidos (Aclu), que defendeu Siderman.

Antes, as vítimas de abusos fora dos Estados Unidos podiam levar a

juízo unicamente indivíduos, e não governos, de acordo com uma lei de 1789 denominada de Reivindicações por Torturas no Exterior. Esta norma foi aplicada com êxito nos últimos anos contra importantes autoridades militares da Guatemala, Indonésia, Ruanda e Haiti. No entanto, as indenizações fixadas pelo juiz não chegaram a ser pagas porque os condenados evitaram viajar aos Estados Unidos após as sentenças, justamente para não ter

AMÉRICA LATINA

ARGENTINA

que efetuar esse pagamento.

As vítimas teriam preferido acusar os governos e não os indivíduos que perpetraram os abusos, mas até o caso de Siderman só podiam fazê-lo nos casos em que o crime tivesse sido cometido em território norte-americano. Nesse sentido, o episódio mais destacado da aplicação da lei foi o vitorioso processo contra o Chile iniciado pela família de Orlando Letelier. O chanceler do deposto governo de Salvador Allende foi assassinado em Washington por agentes da ditadura de Augusto Pinochet, que puseram uma bomba em seu automóvel, em 1976.

Os juízes norte-americanos determinaram que os autores do crime atuavam sob ordens do governo de Pinochet, fato que permitiu aos familiares de Letelier reivindicar uma indenização.

No caso de Siderman, uma corte federal de apelações estabeleceu que o regime militar da Argentina, ao entrar com uma demanda judicial contra o empresário através da Justiça dos Estados Unidos, provocara o fim da imunidade que, por razão de soberania, tem o governo de um país. Siderman, um empresário aposentado de 85 anos, fugiu da Argentina uma semana após a sua detenção e torturas em 1976. Agora acaba de receber US\$ 6 milhões do governo Menem, quantia que representa apenas uma fração da fortuna que a ditadura confiscou de sua família depois que todos fugiram para os Estados Unidos.

O empresário possuía uma imobiliária e uma importante empreiteira com capital superior a US\$ 25 milhões. Em 1974, um grupo guer-



Siderman acredita que foi preso pelo fato de ser judeu. A ditadura argentina era anti-semita e utilizava símbolos nazistas nas prisões

rilheiro da Argentina o seqüestrou, liberando-o logo depois de receber o resgate. Dois anos mais tarde, em março de 1976, soldados do exército entraram no apartamento de Siderman em San Miguel de Tucumán e o levaram, ilegalmente. Durante uma semana o empresário foi torturado por ordem do general Antonio Domingo Bussi, então interventor de Tucumán, hoje governador democraticamente eleito dessa província do norte da Argentina.

Siderman crê que os militares o escolheram por sua condição de judeu. A ditadura argentina se caracterizou por seu anti-semitismo e utilizou inclusive símbolos nazistas em seus cárceres e centros de tortura. Após sua libertação, os soldados advertiram o empresário que corria risco de ser assassinado se não abandonasse a Argentina. Siderman se radicou em Los Angeles, Califórnia, onde sua filha estudava naquela altura. Dias depois, o regime militar o acusou de fraude e liberou um mandado internacional de prisão. Ao

mesmo tempo, um juiz determinou, na Argentina, a falência de suas empresas.

Esse mandado fez com que, durante férias na Itália em 1981, Siderman fosse preso, permanecendo nove meses detido e outros sete em prisão domiciliar. Uma corte italiana rechaçou o pedido de extradição de Buenos Aires. O regime militar,

já nos seus últimos dias, entrou com uma acusação de fraude contra o empresário numa corte federal dos Estados Unidos. Em resposta, Siderman iniciou sua própria demanda.

Ao recorrer às cortes norte-americanas para acusar Siderman,

o regime militar argentino "suspendeu" sua imunidade e permitiu que o empresário, por sua vez, o acusasse, segundo a sentença do juizado de apelações de 1992. "O governo da Argentina não pôde invocar a imunidade por soberania pois tinha apelado às cortes para acusar e perseguir Siderman", disse Jenny Green, advogada do Centro pelos Direitos Constitucionais, com sede em Nova Iorque. ■

O acordo cria um importante precedente: as vítimas de violações dos direitos humanos poderão ser compensadas

FORÇA TELÚRICA

A terra continua sendo o nó górdio das reivindicações das comunidades indígenas americanas

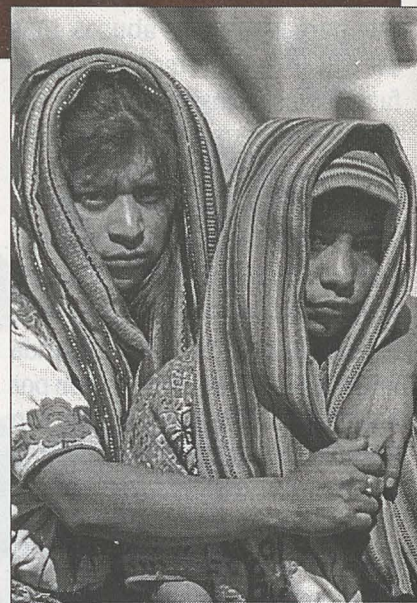
Grande parte das tensões sociais que sacodem a América Central, o México, Equador, Peru, Bolívia e Brasil (ver matéria com um dos líderes dos sem-terra brasileiros nesta edição) tem a sua origem na luta pela propriedade da terra. Essa é uma questão particularmente importante para viabilizar qualquer acordo entre as comunidades nativas e os governos latino-americanos.

A Declaração Interamericana sobre os Direitos dos Povos Indígenas promovida pela Organização dos Estados Americanos (OEA) defende essa tese. A declaração visa proteger os povos aborígenes e estabelecer uma compensação justa pelas terras que lhes foram retiradas.

Um acordo definido por consenso e não por imposição é considerado, tanto por indígenas como por não-indígenas, o único meio de garantir soluções justas na declaração e em outros instrumentos legais similares.

O anteprojeto da declaração foi redigido pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em setembro de 1995 e é objeto de debates entre povos nativos, governos e organizações não-governamentais, com vistas a sua aprovação em 1997.

Como os problemas envolvendo a terra são especialmente críticos na América Latina, os grupos indígenas temem que os documentos em discussão abram precedentes perigosos. José Manuel del Val Blanco, diretor do Instituto Indige-



Os direitos de todos os grupos étnicos devem ser respeitados

nista Interamericano da OEA, com sede no México, sustenta que muitas leis internacionais criam empecilhos ao reconhecimento do direito dos nativos à terra. A Doutrina Wilson — enunciada pelo presidente dos Estados Unidos Woodrow Wilson em 1919 — ainda rege as arbitragens internacionais em relação à matéria no continente americano e estabelece um marco para a definição da soberania nacional ao proclamar o princípio de “uma nação, um estado, um território”.

Del Val Blanco propõe redefinir o conceito de soberania e o estabelecimento de novos tratados limítrofes que reconheçam os direitos dos povos indígenas, cujos territórios cruzam fronteiras nacionais. No entanto, o especialista Robert Groves, do Canadá, alerta sobre o perigo de dar muita ênfase a este aspecto e ao que se refere ao



A luta pela terra tem se intensificado em países da América Latina, como na Bolívia, onde camponeses pressionam as autoridades



autogoverno indígena. Na sua opinião, o conceito de propriedade da terra como medida de autodeterminação indígena limita os direitos das comunidades nativas. Se alguns membros da comunidade emigram para as cidades, por exemplo, podem perder seus direitos. A advogada do governo canadense, Deborah Corber, disse que o seu país resolveu o problema ao reconhecer "o direito inerente ao autogoverno dos indígenas".

No passado, o Canadá interpretava o reconhecimento dos direitos dos indígenas como resultado dos tratados assinados na era colonial com as autoridades européias. Mas atualmente "consideramos que esses direitos são inerentes e procedem dos próprios povos", sustenta Corber.

O nativo canadense Micmac Elder Noel Knockood acredita, no entanto, que as leis do Canadá não refletem na prática o reconhecimento dos direitos inerentes. Para ele, a Carta de Direitos e Liberdades do Canadá permite que os burocratas do governo atuem em nome dos povos aborígenes.

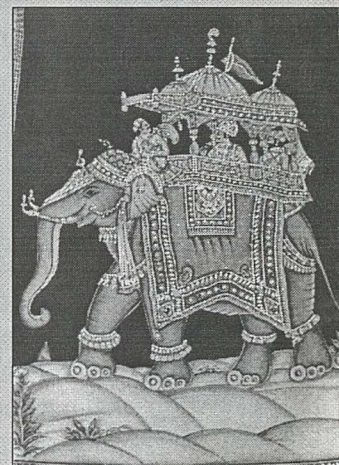
Organizações como a Fundação Canadense para as Américas, o Conselho Mundial de Povos Indígenas e o Centro de Pesquisas e Educação sobre Direitos Humanos tentam estabelecer um diálogo construtivo entre povos nativos e não-nativos no país. A maioria dos grupos indígenas considera a aprovação dos instrumentos legais atualmente em discussão como o começo de um novo diálogo com os povos não-indígenas, mais do que como um fim em si mesmo.

Culturas transplantadas

A presença nas esferas de decisão é a única forma de assegurar direitos iguais para todos nas sociedades multiétnicas do Caribe

*Bhoendradatt Tewari**

O continente americano, e em particular o Caribe, sempre teve que enfrentar o desafio de forjar sociedades coesas com uma multiplicidade de povos e culturas. A esse respeito, a experiência da emigração da Índia às Antilhas é ao mesmo tempo uma história de êxitos e um alerta do muito que falta por fazer. Entre 1838 e 1917, mais de 500 mil pessoas foram trasladadas pelos colonizadores ingleses da Índia para o Caribe. Os imigrantes fixaram-se na Guiana, Guadalupe, Jamaica, Suriname, Martinica, Guiana Francesa, São Vicente, Granada e Trinidad e Tobago.



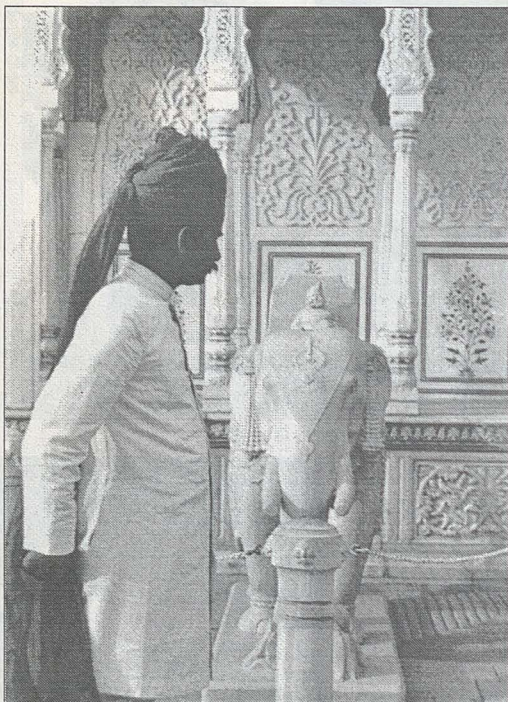
O grupo de hindus que imigrou para o Caribe foi bem recebido na região, conseguindo manter traços de sua cultura

O traslado em massa de pessoas — contratados para trabalhar na agricultura — era parte de um projeto mais amplo empreendido pelas potências coloniais que compreendeu o deslocamento de cerca de 1,5 milhão de indianos a outras latitudes, como África do Sul, Quênia e Uganda, na África, e Malásia e Ilhas Fiji, na Ásia e Pacífico.

Em algumas destas sociedades, os emigrantes hindus foram vistos como intrusos que transtornavam o equilíbrio social. Em Uganda, por exemplo, foram forçados a fugir pelo governo ditatorial de Idi Amin, nos anos 70, enquanto que nas Ilhas Fiji

MINORIAS

CARIBE



foram proibidos de desempenhar função política pela Constituição.

Mas no Caribe os hindus se integraram bem ao contexto social. A sociedade multiétnica caribenha, embora predominantemente africana, recebeu muito bem os emigrantes da Índia permitindo-lhes desenvolver-se como grupo e participar no âmbito democrático.

Culturalmente, o destino dos hindus dependeu do seu número: naquelas ilhas ou comunidades nas quais eram poucos, foram assimilados: adotaram o cristianismo e perderam sua cultura tradicional. Isto também aconteceu em países como Granada ou Santa Lúcia ou nas ilhas francesas do Caribe como Martinica e, em menor escala, em Guadalupe.

Mas na Guiana, Suriname e Trinidad e Tobago, onde se fixaram em número relativamente alto, sua presença teve um impacto maior. Nesses países os hindus participam



Para garantir a independência cultural e a preservação de suas tradições, os imigrantes indianos tiveram que lutar em vários países do Caribe por participação efetiva nas instâncias de poder

plenamente na sociedade, e, em particular, na política e nos negócios. Durante as comemorações do aniversário da chegada dos imigrantes a Trinidad e Tobago (em 1996 se celebram 151 anos) ficam em evidência o poder cultural e a diversidade da comunidade hindu. As comemorações do "Dia da chegada dos hindus", em 30 de maio a Trinidad, têm impacto tanto regional como internacional. A data é hoje um símbolo do surgimento no continente americano de uma sociedade influenciada pela herança cultural da Índia.

As comunidades de origem hindu que desde Trinidad emigraram para a América do Norte — um número considerável levando-se em conta o tamanho e a população dessa ilha caribenha¹ —, celebram também em Nova Iorque (EUA) e Toronto (Canadá) o "Dia da chegada dos hindus" a Trinidad. Após cinco gerações, existe uma comunidade hindo-caribenha nos Estados Unidos que se distingue tanto da afro-caribenha quanto dos imigrantes recém-chegados à América do Norte vindos da Índia.

Lutas políticas — Houve épocas nos últimos 150 anos nas quais os

hindus do Caribe lutaram por seus direitos. Ao mesmo tempo, se integraram na comunidade e contribuíram de forma significativa nas áreas da agricultura, educação, negócios, sindicatos, direito, medicina, pesquisa acadêmica, administração pública, literatura, artes, política e governo. Na Jamaica e em Granada, onde constituem grupos muito pequenos, eles fazem parte dos governos. Na Guiana, Trinidad e Tobago e Suriname os presidentes são hindus.

No entanto, em Trinidad e Tobago a participação no poder de políticos de origem hindu continua sendo um assunto controverso. O que ficou claro na região é a impossibilidade de governar efetivamente as sociedades multiétnicas, a menos que todos os grupos se sintam seguros e que exista uma boa vontade generalizada em relação a fórmulas para partilhar o poder.

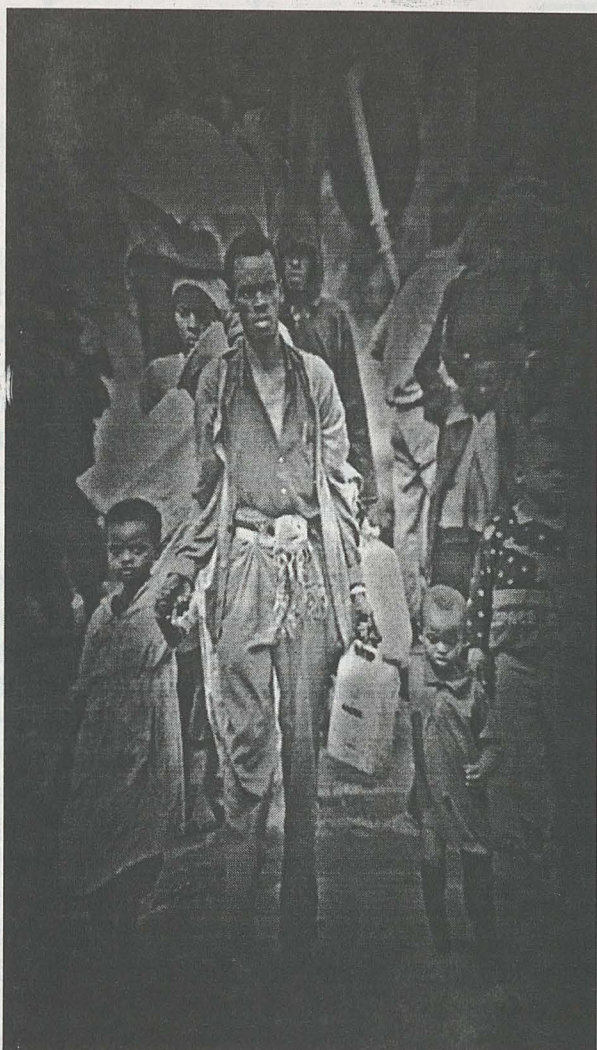
Isto faz com que as alianças e a construção de coalizões sejam uma necessidade na política caribenha, como reconhece boa parte dos políticos da região. Essa experiência com o tempo pode levar no Caribe a uma liderança conjunta de filhos e filhas de escravos e peões.

* Bhoendradatt Tewari é diretor do Instituto de Comércio da Universidade das Índias Ocidentais e parlamentar em Trinidad e Tobago

¹ Trinidad e Tobago tem 5.130 km² e 1,3 milhão de habitantes (1994)

Armadilha fatal

ÁFRICA
ZAIRE



*Refugiados hutus,
encurralados pela guerra
civil no Zaire, são as novas
vítimas das tensões raciais
provocadas pelas seqüelas
da colonização europeia
no continente africano*

Cansaço de mais de trinta anos de ditadura do corrupto presidente Mobutu Sese Seko; mais de um milhão de refugiados hutus das guerras civis de Ruanda e Burundi vivendo em precários acampamentos no Zaire; descendentes de hutus que reivindicam a cidadania zairense e recebem como resposta uma ordem de expulsão. Juntam-se esses ingredientes e teremos a fórmula do coquetel explosivo que ameaça a região dos grandes lagos da África.

O secretário-geral da ONU, Boutros-Boutros Ghali, já advertiu que "o fracasso em atacar as causas profundas do conflito no Zaire ocidental pode levar a violência a um nível impossível de controlar". Mas a posição do Conselho de Segurança foi marcada pela lentidão, protelando a decisão de como intervir para conter o conflito.

O resultado é o caos instalado em uma região que já vivia uma situação crítica desde a guerra civil no Burundi e em Ruanda, em 1994. Naquela ocasião, após meses de enfrentamentos que custaram milhões de vítimas, os tutsis foram derrotados e os hutus tomaram o poder nos dois países. Como consequência, centenas de milhares de refugiados tutsis—entre eles muitos protagonistas dos massacres de hutus—passaram a viver em precários acampamentos na fronteira, do lado do Zaire.

Esses refugiados, que já eram objeto de preocupação das agências de ajuda humanitária, se viram a partir de outubro cercados entre dois fogos, quando a região se transformou num cenário de guerra. Desta vez, os enfrentamentos eram entre tutsis zairenses e o exército de Mobutu Sese Seko, ditador que governa o Zaire desde novembro de 1965, quando assumiu o poder graças a um golpe de Estado.

Assim, milhares de refugiados hutus do Burundi e de Ruanda tiveram que fugir em outubro da cidade de Uvira e seus arredores, no Zaire ocidental, devido aos enfrentamentos entre o exército e os tutsis, grupo étnico conhecido no Zaire como os banyamulenge. Em 24 horas, mais de 110 mil dos 210 mil refugiados instalados em 11 campos próximos fugiram para o interior do

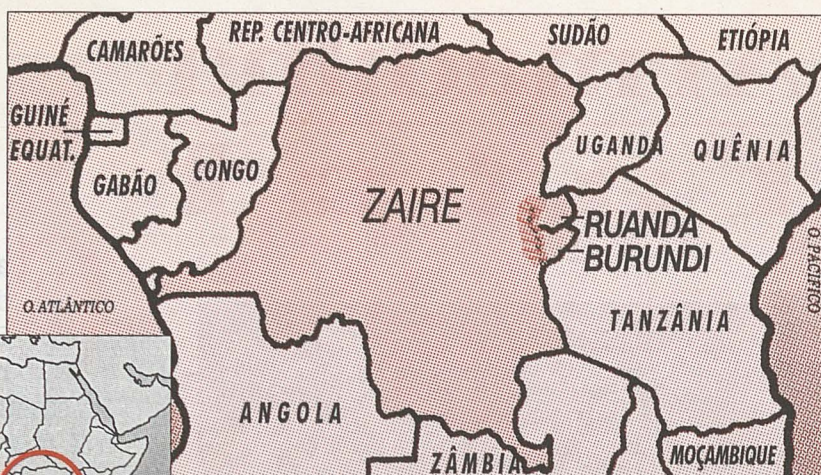


Mobutu Sese Seko governa o Zaire com
mão de ferro desde novembro de 1965

ÁFRICA

ZAIRE

A região em destaque no mapa mostra o cenário do conflito na fronteira entre Zaire, Burundi e Ruanda



Zaire. A mesma situação se repetiu em outras localidades, próximas à fronteira, que alojavam milhares de refugiados.

Histórico — As províncias zaienses de Kivu do Norte e do Sul — na fronteira com Ruanda e Burundi — têm sido cenário de conflitos étnicos. Nos últimos meses, refugiados hutus do Burundi e de Ruanda se somaram a grupos locais na campanha de ódio contra os banyaruanda e os banyamulenge, descendentes de tutsis que se instalaram em Kivu no século XIX. Os banyamulenges empunharam as armas na tentativa de evitar um destino semelhante aos banyaruanda, que foram expulsos da região há alguns meses.

No início de outubro, o vice-governador de Kivu do Sul, Lwasi Ngabo Lwabangi, deu sete dias aos banyamulenge para abandonarem a área, sob ameaça de utilizar a força caso ignorassem a sua ordem.

Os banyamulenge emigraram para as montanhas próximas a Uvira entre os séculos XVI e XIX. Oriundos dos atuais territórios do Burundi e de Ruanda, se viram encurralados no Zaire quando as potências europeias dividiram o con-

tinente africano no final do século XIX. Sempre viveram no Zaire em condições precárias, mas a situação piorou em 1981, quando uma lei questionou seu direito à cidadania zaiense. Em 1995, o Congresso zaiense decidiu aplicar a lei, provocando o aumento da perseguição e as expulsões de banyamulenges de Kivu e incentivando o ódio racial.

“Os banyamulenge lutam pelo seu direito de serem cidadãos zaienses”, disseram membros da etnia a Karen Twinning, pesquisadora da organização Alerta Internacional, que visitou o Zaire ocidental. O relatório distribuído pela organização após a visita afirma que os rebeldes costumam ser acusados de atacar civis inocentes, mas ninguém fala dos massacres de que os banyamulenges foram vítimas.

O estopim de uma crise maior

— Quando o exército foi enviado às províncias de Kivu Norte e Sul para enfrentar os banyamulenges, muitos soldados dessa etnia desertaram para combater do lado dos seus irmãos de sangue. Por esse motivo, e pela falta de motivação para o combate de uma força militar contaminada pela corrupção que impera nas altas esferas do poder, as tropas governamentais

sofreram sucessivas derrotas.

Os rebeldes ocuparam Uvira e outras cidades fronteiriças e circulam versões de que selaram uma aliança com outros grupos do Zaire com o objetivo de depor Mobutu Sese Seko. Esses boatos apanharam de surpresa o homem forte do país, que se recuperava de uma cirurgia na França. Desde o local onde repousa, Mobutu deu a entender que poderia voltar ao Zaire para comandar pessoalmente o combate aos rebeldes, mas não mostrou sinais de pressa em fazê-lo.

Com o objetivo de desviar a atenção do problema principal — a recusa em reconhecer os direitos dos banyamulenges e o descontentamento que se vive no país — o governo do Zaire acusou Burundi e Ruanda de armar e incentivar os rebeldes e ameaça ampliar o conflito para fora das fronteiras do país.

No meio dessa complexa teia de rivalidades e interesses, mulheres, crianças e velhos — a maioria dos refugiados — são as principais vítimas. Eles protagonizam as terríveis cenas, mistura de desespero e resignação, de disputas ferozes por comida que chegam a todos os lares do mundo pela televisão. Mais um conflito na África, fruto entre outras razões das sequelas de colonialismo e que desafia a consciência da sociedade internacional. (BB)

Estudo da Flacso mostra que a mulher latino-americana foi fator-chave para a superação da crise que se abateu no continente nos anos 80

ANÔNIMAS MARIAS movimentam a economia

Micaela Ramada

Incorporar o olhar masculino na análise da situação da mulher e estudar as relações de poder entre os gêneros. Eis a proposta da pesquisa que culminou no livro *Mulheres latino-americanas em cifras*, um trabalho conjunto da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso)¹ e do Instituto da Mulher, da Espanha.

Nos últimos cinco anos, em 19 países da região, as instituições desenvolveram um intenso trabalho para fazer um diagnóstico sobre a situação de discriminação das mulheres. "Para isso fizemos uma análise de outros estudos existentes, de maneira a definir os indicadores ou áreas mais relevantes", assinala a socióloga Teresa Valdés, coordenadora do projeto e da área de estudos de gênero da Flacso/Chile.

A idéia era debruçar-se sobre a situação feminina, comparando-a com a do homem. "Não é um livro sobre as mulheres latino-americanas; é um estudo sobre toda a sociedade, que mostra as diferenças entre homens e mulheres", afirma Teresa.

A pesquisa foi tão abrangente e

bem elaborada que na Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Beijing, em 1995², um número importante de países da América Latina usou esse material como base para o seu Relatório Nacional. "No caso da Costa Rica, o Relatório Nacional é calçado 100% em nosso trabalho. E outros vários países tiraram do estudo dados importantes."

E, agora, diante do interesse suscitado pelo livro, Teresa Valdés está procurando colocar o trabalho na Internet. "Com o apoio da ONG espanhola Iepala, que está organizando uma sub-rede na Internet, estamos trabalhando para colocar as pesquisas em página WEB, inteiras, à disposição de todo o mundo."

O livro faz inicialmente uma apresentação dos países latino-americanos, "porque as mulheres não vivem no ar e sim em determinadas economias". Constata-se que alguns países da região são po-

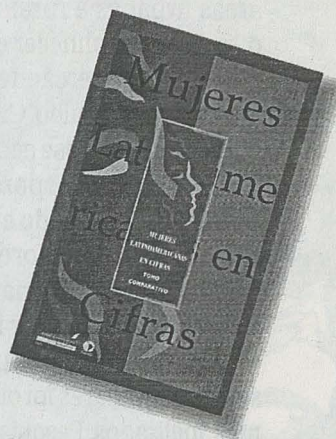


Foto: A.C. Junior

Teresa Valdés: colocar o trabalho na Internet, à disposição de todo o mundo

bres, outros ricos, mas todos têm sofrido a crise dos anos 80. "Muitas das cifras sobre a situação da mulher presentes nos capítulos posteriores só podem ser entendidas no contexto da crise e da aplicação de medidas de ajuste estrutural", explica a socióloga chilena.

A obra tem um capítulo sobre demografia, que mostra a situação da população em geral e quais são

MULHER

AMÉRICA LATINA

as porcentagens de mulheres em áreas urbanas e rurais etc. Além disso, busca conhecer o que acontece com a inserção feminina no mercado de trabalho. Constatou-se que, durante a crise econômica, as mulheres se incorporam massivamente ao mercado em todos os países, mas nos piores cargos e em condições precárias, na maioria das vezes no setor informal.

A cidadania das mulheres dos setores populares foi outro dos temas analisados. Pesquisou-se sobre o que significa para elas a participação e o peso que a política tem na sua vida cotidiana.

A saúde foi estudada com ênfase na temática da saúde reprodutiva; as cientistas sociais procuraram descobrir a abrangência do uso dos anticoncepcionais, a incidência da mortalidade materna — e da mortalidade por aborto dentro

da mortalidade materna; que peso tem na América Latina a gravidez adolescente e os níveis de incidência da Aids.

Outro capítulo analisa a situação feminina segundo a legislação. Com base nos principais textos legais de cada país, atentou-se para as leis discriminatórias que ainda vigoram. A participação sócio-política das mulheres latino-americanas também foi estudada: o livro mostra qual é a presença delas nas decisões, nos poderes de Estado, nas organizações sindicais e comunitárias.

E, finalmente, há um capítulo dedicado às organizações sociais femininas e ao estudo da repercussão das ações em favor da mulher (incluindo aí organismos de governo, mecanismos nacionais, programas em distintos níveis e a ação coletiva das mulheres, inclusive nas ONGs). Também foi pesquisa-

do o apoio de organismos internacionais a todo o processo de organização feminina.

Análise comparativa — Esses estudos foram conduzidos país por país, em cada uma das 19 nações latino-americanas pesquisadas. E, conseqüentemente, se fez um estudo comparativo, com assessoria das Nações Unidas, dos principais indicadores nas diferentes regiões do continente. “Comprovamos que a América Latina é uma só e ao mesmo tempo múltipla e heterogênea”, comenta Teresa Valdés.

Com todas as limitações das informações disponíveis (como, por exemplo, não estarem separadas por classes sociais), o livro oferece uma visão inicial da situação feminina latino-americana em relação aos homens. O estudo comprova que a mulher efetivamente ganha

menos que o homem e ocupa, em geral, posições que não são de poder. “Tudo isso fundamentado em cifras oficiais, portanto, incontestáveis. As fontes são censos, pesquisas e publicações periódicas dos ministérios. Nos temas em que não existem organismos que colem dados estatísticos de forma regular, usamos informações de instituições reconhecidas, centros acadêmicos, partidos políticos, centrais sindicais, que foram consultadas de forma direta”, diz a especialista.

Por essa singularidade, o trabalho é um instrumento importante tanto para quem faz pesquisa como para as



A cidadania das mulheres dos setores populares foi analisada, para se saber o que significa para elas a participação política

próprias mulheres em sua luta para colocar novos temas na agenda política de suas nações.

Fora do poder — O resultado mais significativo do estudo é a constatação da semelhança da situação das mulheres nos 19 países latino-americanos. “Elas participam ativamente hoje em dia na produção da sociedade em todos os sentidos — na economia, na educação, na saúde —, mas essa atuação não se reflete nos capítulos de participação sócio-política, nem nas esferas de poder”, afirma Teresa Valdés. Ou seja, o aporte das mulheres à sociedade não tem como contrapartida a sua participação nas decisões que dizem respeito aos rumos dessa sociedade. “Essa é a constatação mais brutal”, afirma a coordenadora do projeto.

Por outro lado, na opinião de Teresa Valdés, é inegável que as mulheres colocaram temas na agenda política e transformaram-se em um ator coletivo. “As mulheres organizadas conseguiram impactar as agendas políticas. Mesmo não sendo como gostaríamos, nem na velocidade que desejávamos, existem avanços importantes, inclusive na legislação.”

Um dos campos em que houve mais avanços foi em relação à violência familiar. “Há dez anos esse era um tema que estava tão escondido como há dois mil anos. E hoje em dia, há quatro países que já têm uma lei específica, enquanto outros estão modificando as aberrações legais. Acho que só restam dois países que ainda exigem que as esposas obedeçam ao

marido, deixando-as em situação de inferioridade legal quando estão casadas.”

Onde não há grandes mudanças é na participação política. “Isso está determinado por uma estrutura que não foi possível para as mulheres modificar: os partidos políticos. Eles são uma espécie de enclave imutável. Há participação feminina em partidos políticos novos ou em partidos em crise, mas quando a situação se institucionaliza, as mulheres desaparecem.”

Teresa Valdés assinala que há algumas experiências interessantes a ressaltar nesse terreno. Um caso é a lei de quotas, adotada em vários países. A consequência tem sido um aumento do número de deputadas nesses parlamentos. Porém, considera que no terreno político ainda há muito a se fazer na América Latina para se obter uma maior democracia interna, com real partilha de poder com as mulheres.

Outro espaço de amplo domínio masculino, além dos partidos políticos, são as Supremas Cortes. O estudo detectou que a maioria dos países da América Latina, com exceção da América Central, Colômbia e México, não têm mulheres na Corte Suprema. “Há uma forte atuação feminina no Poder Judiciário há mais de 40 anos; chegam até o nível intermédio, as Cortes de Apelação etc., mas não lá em cima; lá não há mulheres”, afirma Teresa.

A importância do nível local — A pesquisa mostrou a ativa participação feminina em âmbito local. A vida comunitária permite resolver os problemas de imediato, daí a ele-



A maioria dos pobres é formada por mulheres

vada presença de mulheres. “Elas participam, apesar da dupla jornada e do sacrifício que isso significa. Há uma liderança feminina importante nas bases e no nível intermediário, que fica truncada nas instâncias superiores. Há muitas mulheres em papéis importantes de base — como presidentes de associações de moradores — mas, quando se passa a uma coordenação intermediária, o número desce sensivelmente.”

Outro resultado relevante dos trabalhos desenvolvidos pela Flacso e pelo Instituto da Mulher é a comprovação de estudos anteriores que indicavam ser a maioria dos pobres latino-americanos composta de mulheres. “Essa informação está absolutamente documentada não só no nosso estudo, mas em todos os realizados pela Comis-

MULHER

AMÉRICA LATINA

são Econômica para a América Latina (Cepal) e outros que estão sendo feitos”, diz Teresa Valdés. Na opinião da socióloga, a maior pobreza entre as mulheres é consequência da sociedade patriarcal com divisão sexual do trabalho. “Essa sociedade supõe que a mulher tem um marido que a sustenta e que o seu ingresso é complementar, não o principal. Por isso lhe pagam menos.”

No entanto, a realidade é outra. Muitas mulheres latino-americanas tiveram que sair do mercado de trabalho sem uma capacitação adequada; obrigadas a manterem os filhos, têm que ter horário flexível de entrada e saída do expediente e, em geral, jornada parcial. Grande parte está no setor de serviços, e, entre elas, a maioria é composta de empregadas domésticas; essa é uma particularidade da América Latina.

“Em consequência da cultura da renda complementar”, a pobreza se concentra nas mulheres”, afirma Teresa Valdés.

O peso da crise — Há outra questão que, para a equipe que trabalhou nos 19 países e fez o livro, se colocou como “muito dolorosa”, nas palavras de Teresa: constatou-se que a crise econômica nos anos 80 tem sido superada com base no aporte das mulheres, que não é reconhecido pela sociedade.

Diante da crise, as mulheres se mostraram dispostas a gerar a alimentação e as condições de vida para os seus. “Quando o Estado se retira, aí estão as mulheres buscando, ao custo que for, uma saída. Por



O estudo concluiu que não existirá real democracia enquanto a mulher não estiver incorporada à tomada de decisões

um mandato cultural, a mulher não deixa de apoiar seus filhos. A maternidade continua sendo o motor da transformação.”

Muitas das iniciativas que começaram como um imperativo para superar uma conjuntura de crise familiar acabaram se politizando e levando as mulheres a postos importantes. “É o caso de Maria Helena Moyano, líder da campanha do ‘copo de leite’, no Peru. Ela veio da base e chegou a ser prefeita de Villa El Salvador³. Há uma politização do tema da esfera privada e uma manipulação enorme do modelo cultural que obriga sempre à mulher, com crise econômica ou não, a sustentar a família.”

Como consequência dos resultados da pesquisa, a socióloga chilena assinala ser necessário que a América Latina procure novas soluções para velhos problemas. “O caso da feminilização da pobreza é clássico. Como é que se chega a essa feminilização da pobreza, inclusive em âmbito mundial? É que

havia um ator que estava ficando de fora nessa luta contra a pobreza: a mulher”, afirma Teresa.

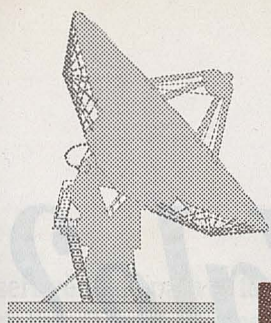
O “empoderamento” feminino, esse neologismo que está sendo utilizado para falar da necessidade de fortalecimento das mulheres, é indispensável para superar a pobreza.

Os diferentes organismos estão reconhecendo essa necessidade diante da ineficácia, inclusive da utilização dos recursos. “E daí vamos para o conceito de que não existirá real democracia enquanto a mulher não estiver incorporada à tomada de decisões. E não só a mulher; também os povos indígenas, os segmentos de orientação sexual diferente, e a própria juventude, muito esmagada na maioria dos países latino-americanos.”

¹ Flasco é uma instituição intergovernamental que tem sedes em dez países da América Latina

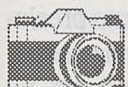
² Outras informações sobre a Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Beijing, ver o artigo “Um grande passo”, de Beatriz Bissio, no nº 190 de cadernos do terceiro mundo

³ Villa El Salvador é uma das maiores favelas de Lima, Peru. Atualmente é um município independente da capital



EM

O MUNDO IMAGENS

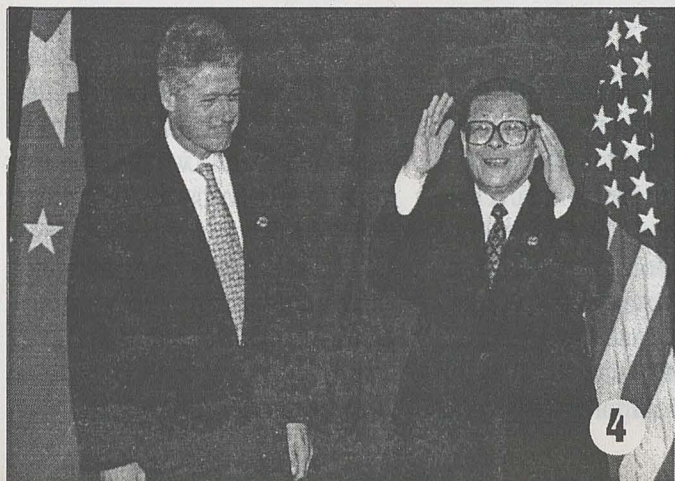


1) O histórico encontro entre Fidel Castro e o Papa João Paulo II, no dia 19 de novembro, no Vaticano, abriu uma nova fase no relacionamento entre a Cuba socialista e a Santa Sé. João Paulo II, duro crítico dos regimes comunistas, fez uma contundente condenação à política norte-americana de impor o bloqueio econômico a Cuba.

2) O ex-aliado do ditador Anastásio Somoza, Arnaldo Alemán (na foto cumprimentando a presidente Violeta Chamorro), venceu as eleições na Nicarágua, caracterizadas por denúncias de irregularidades. O ex-presidente sandinista Daniel Ortega foi derrotado pela segunda vez consecutiva. As divisões na Frente Sandinista e a tímida plataforma de campanha, muito distante das antigas bandeiras da Revolução de 1979, podem ter sido as causas da falta de apelo popular de sua candidatura.



3) Convocados pela Organização das Nações Unidas, dirigentes mundiais se reuniram em Roma entre 13 e 17 de novembro para discutir o problema da fome no mundo. Mas a reunião acabou sem compromissos concretos das potências mundiais para com os milhões de marginalizados. Um resultado que frustrou os povos do Terceiro Mundo.



4) A perspectiva de que a China passe a ser uma das maiores potências econômicas e militares do Planeta nos primeiros anos do próximo século estão levando os pragmáticos dirigentes norte-americanos a buscar pontos de entendimento com Beijing. Na sua recente visita à Ásia, a primeira após a vitória sobre Bob Dole e Ross Perot em novembro, o presidente Bill Clinton se encontrou com o seu colega, Jiang Zemin. Estados Unidos e China avançam na definição de parcerias, inclusive na área nuclear.

A quem interessa *Vale*? a venda da

*Privatização
de empresa lucrativa
é resultado
de pressões vindas
do exterior*

Irene Garrido Filha*

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) é a maior mineradora e exportadora de ferro do mundo e a terceira mineradora no geral. A empresa também tem atuação importante nos setores de celulose, madeira e transportes. Para atingir esta posição, percorreu uma trajetória de 54 anos, em que se tornou uma empresa eficiente, lucrativa e competitiva. Além da preocupação com o lucro, a empresa dedica atenção especial ao cuidado com o meio ambiente.

Atualmente, a CVRD dispõe de dois sistemas de exploração mineral e comercialização, compreendendo mina-ferrovia-porto-navios. O sistema Sul estende-se por Minas Gerais, onde estão as minas de ferro, e Espírito Santo (terminal ferroviário, porto e os navios da Docenave). O sistema Norte é composto pela mina da Província Metalífera de Carajás (Pará), ferrovia (atravessando Pará e Maranhão), o porto de Ponta da Madeira (MA) e os navios para embarque do ferro e de diversos produtos da região.

Para exploração do minério de ferro de Carajás, descoberto em 1967, a empresa fez investimentos

diretos de US\$ 3 bilhões. Carajás é uma das maiores províncias metalíferas da Terra, com imensas jazidas de diversos minerais e reserva de 18 milhões de toneladas de hematita de alto teor (65% de ferro). A Vale detém ainda em Carajás reservas florestais, que formam uma "ilha verde" no sudeste do Pará, região espoliada de suas florestas por projetos pecuários e madeireiros.

A empresa mantém dez grandes projetos em andamento no Pará, com investimentos superiores a US\$ 9 bilhões. A Vale emprega direta e indiretamente cerca de 11 mil pessoas no estado. Em 1994, a CVRD pagou ao Pará US\$ 67 milhões em tributos, o que significa quase 20% da arrecadação do estado em impostos. Na proposta de orçamento da União para 1996, 10% dos investimentos nas regiões em que a Vale atua seriam realizados pela empresa.

Já na criação da Vale em 1942, estava previsto o Fundo de Melhoramento e Desenvolvimento do Vale, usando os lucros da própria empresa em programas de investimentos regionais em áreas exploradas pela companhia. A Vale aplica 8% do lucro líquido em suas áreas de influência nos nove estados em que mantém projetos, como desenvolvimento regional.

Mesmo diante das evidências de que a CVRD é importante fator de

desenvolvimento do Brasil — com 23% do mercado internacional do ferro (1994) e sendo a maior produtora de ouro da América Latina, com possibilidades de alcançar as cinco maiores do mundo —, o governo federal incluiu a empresa no programa de desestatização.

Há uma orquestração do governo, desde a posse de Fernando Henrique, pela venda de estatais, pressionado pelas multinacionais dos minérios e apoiado pelo FMI e Banco Mundial. Estas duas instituições defendem a redução drástica da ação do Estado, com o apoio dos EUA e a subserviência de antigos

"esquerdistas" hoje no governo, aliados ao PFL. O governo proclama suas idéias social-democratas, mas, na realidade, segue a linha do G-7 (grupo dos sete países mais ricos).

O presidente Fernando Henrique só aceitou incluir a Vale no pacote

das estatais rentáveis por pressão do PFL. Pessoalmente, o presidente não se entusiasmava com a idéia de o governo desfazer-se de uma estatal rentável. A venda deverá ser feita em três blocos: o primeiro, com 40% a 45% das ações ordinárias, deverá ser oferecido em fevereiro, indicando o maior acionista individual e o virtual controlador. O segundo lote, com 4,45% das ações ordinárias e 6,3% das preferenciais,

**A Vale aplica 8%
do lucro líquido
nos estados em
que atua. Em 94,
o lucro foi de
US\$ 645 milhões**

será vendido para os funcionários da Vale. O terceiro, formado pelo que sobrar das ordinárias, deverá ser vendido de forma "pulverizada" em junho. A definição do preço mínimo seria feita 60 dias antes do leilão e o governo manterá uma ação especial que lhe dará, depois da venda, direito de veto em operações de seu interesse.

Com a descoberta da jazida de ouro de Serra Leste, em Curionópolis (PA), o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Mendonça de Barros, estimou que a CVRD passou a valer US\$ 13 bilhões. A avaliação inicial ficou entre R\$ 10,5 e 11 bilhões. É impressionante como os diretores do BNDES e da Vale desconhecem o real valor da CVRD.

A avaliação final do preço de venda da Vale foi feita por empresas estrangeiras. Os consórcios contratados pelo BNDES, órgão encarregado pelas privatizações, podem ganhar até US\$ 120 milhões.

É conveniente lembrar o interesse das multinacionais pela Vale. O subsolo da Amazônia, segundo o Centro de Tecnologia Mineral, tinha, em 1987, 40% da área nas mãos de transnacionais, 36% com empresas privadas nacionais e apenas 24% com as estatais.

Oposição — Várias personalidades se opõem à venda da CVRD, como os ex-presidentes Itamar Franco e José Sarney. "Sempre fui contra a venda da empresa. A Vale é um patrimônio nacional", diz Itamar.

O governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB), lembra que a empresa é "eficiente, competitiva e lucrativa" e questiona a vantagem de

Potencial Mineral da Província de Carajás

	RESERVAS (t)	TEOR
Ferro	17,885 bilhões	>60,0% Fe (1)
Manganês	84,2 milhões	>36,3 Mn (2)
Ouro	164	4,7 Au (t) (1-3)
Cobre	1,258 bilhão	0,83% Cu (1)
Estanho	100 mil	>66% Sn (1)
Alumínio	48 mil	35% Al ₂ O ₃ - 2% SiO ₂ R(1)
Níquel	87 milhões	1,8% Ni (1)
Zinco	8,5 milhão	0,99 Zn (1)
Tungstênio	1 milhão	1,0% WO ₃ (1)
Prata	n.d.	n.d. (1)
Molibdênio	n.d.	n.d. (1)
Cádmio	n.d.	n.d. (1)
Cromo	n.d.	n.d. (1)

Fontes: (1) Santos, B.A. *A Amazônia: potencial mineral e perspectivas de desenvolvimento*. São Paulo: T.A. Queiroz, EDUSP, 1981. 256p. (2) Santos, B.A. Recursos minerais. In: *Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento*. SP: Brasiliense, Brasília, CNPq, 1986, p.294-361. (3) incluída a descoberta de Serra Leste

se privatizar o lucro. Assim, este lucro iria para onde os donos do capital resolvessem aplicá-lo. Pelo tamanho da Vale, certamente a maioria do capital seria estrangeiro.

Eliezer Batista, ex-presidente da CVRD, que sempre se manifestou a favor do capital multinacional, afirmou que "a Vale não é privatizável e isso é uma vantagem para o setor privado. Deixando de ser estatal, ela não faria projetos que desenvolvem regiões inteiras".

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) cita como fator contrário à venda os resultados da empresa: receita bruta anual superior a US\$ 3 bilhões e lucro em 1994 de US\$ 645 milhões. Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, diz que "o povo brasileiro está muito mais protegido nas mãos do Estado do que nas garras da iniciativa privada".

Autoridades da área econômica defendem que o dinheiro obtido com a venda da Vale seja usado no pagamento da dívida interna, ou, mesmo, da dívida externa. A princípio, nenhum programa social seria atendido. Para vencer a reação das lideranças contrárias à venda, o governo acena com a destinação de 50% da receita da venda da estatal para projetos nos estados em que a Vale atua.

O que o governo chama de modelo social-democrata é, na realidade, neoliberal, proposto pelas grandes potências, absolutamente anti-social e entreguista. É muito expressivo o conjunto de elementos de resistência ao plano antinacional de alienação da Vale. Falta coordená-los melhor e mobilizá-los efetivamente para assegurar o êxito da tese nacionalista.

*Geógrafa, secretária-geral da Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA).

Eleições municipais e reforma partidária

Apesar dos avanços criados pelo voto eletrônico, há necessidade de aprovação de uma nova lei eleitoral no Brasil

Neiva Moreira

Além do aspecto plebiscitário, as eleições municipais de 1996 apresentaram uma importante novidade: a informatização do pleito nas grandes cidades. É cedo para julgar o impacto no eleitor, sobretudo o de menor nível de conhecimento, do voto informatizado.

E quanto à lisura do pleito? Em algumas cidades houve falhas que podem ter sido ocasionais ou não. Em São Luís, havia um candidato com o número 11 e outro com o 12. Muitos eleitores pressionavam demoradamente o *um* e surgia na tela o 11, quando queriam votar no 12. Alguns deles não sabiam o que fazer e deixavam como estava. Outros protestavam, anulando o voto.

Há, também, o temor de que, com pouca gente com acesso a toda aquela parafernália, possa haver alguma oportunidade para os fraudadores de alto nível que conheçam o *métier*. Todos nós recordamos de um certo "fator Delta" que uns espertalhões no Rio introduziram nos computadores para modificar o resultado das eleições para governador em

1982. Foi a competência de fiscais entendidos em informática, com a ajuda de alguns erros dos esper-tos, que permitiu localizar e denunciar a fraude. Na votação informatizada é possível que haja fraude, mas sua sofisticação restringe as oportunidades, embora concentre o risco numa categoria muito selecionada de entendidos e de difícil localização.

Mesmo assim, o processo é muito mais seguro do que o voto na urna. Mesmo o eleitor mais simples ficou com uma sensação de que ganhara maior segurança e liberdade no voto.

O que continua preocupando é o sistema eleitoral. O derrame de dinheiro foi um escândalo. A eleição virou um negócio. Em muitas cidades, o abuso do poder público foi evidente. Em São Paulo, no Rio e outras áreas o uso da máquina administrativa foi realizado à vista de todos.

O pior é que muitas pessoas acham isso "normal" e até comparam o caso brasileiro com a campanha norte-americana, onde foram gastas somas astronômicas. Agem como se isso fosse uma marca condenável, mas inerente ao processo democrático.

Os partidos terão resistido à

pressão divisionista e à desordem interna que a legislação eleitoral favorece? Não há dúvida de que mesmo os de maior densidade ideológica e militância mais aguerrida sofreram esse impacto, que resulta de um modelo eleitoral que cria divisões e controvérsias internas. Consolidou-se a opinião de que não teremos eleições democráticas enquanto problemas como o financiamento das campanhas, a fidelidade partidária e o modelo de escolha de candidatos não forem revistos.

E as pesquisas? No Brasil, a fraude das pesquisas é escandalosa. Cria-se um resultado artificial, que vai repercutir, pela intensa divulgação, sobretudo na televisão, na votação real do candidato, através da pressão psicológica dessa deformação democrática que é o chamado "voto útil". É urgente uma regulamentação cuidadosa das pesquisas que, na prática, estão tentando ocupar o lugar do eleitor.

O próprio segundo turno, que pode ser necessário nas eleições para governadores e presidente, seria a melhor fórmula para os pleitos municipais?

Essas eleições não deixaram aos partidos e às lideranças políticas só as dívidas a pagar ou múltiplos problemas de convivência partidária e funcionamento interno a ajustar, mas, também, a consciência da urgência de uma nova Lei Eleitoral que fortaleça os partidos e os transforme em instrumentos reais de funcionamento e avanço da democracia no país.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO PÚBLICO

30 DE NOVEMBRO A 8 DE
DEZEMBRO DE 1996
UNIVERSIDADE DE MIAMI -
FLÓRIDA - EUA

A ORDENAÇÃO JURÍDICA BRASILEIRA E ANGLO-
AMERICANA - UM ESTUDO COMPARADO.
PROMOÇÃO

- INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS DO DIREITO - IBED •
- FEDERAÇÃO IBERO-AMERICANA DE ADVOGADOS
- INSTITUTO PAN-AMERICANO DE DIREITO COMPARADO
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
- UNIVERSIDADE DE MIAMI - SCHOOL OF LAW • FACULDADE DE
DIREITO DA PARAÍBA - UFPB
- ESCOLA NACIONAL DA MAGISTRATURA

REALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES:

1) BUREAU JURÍDICO

Fones: (081) 227.4511 -
Fax: (081) 227.4512

2) MELTOUR TOUR

OPERATOR - Fone:
(081) 465.6262

VENDAS:

Em qualquer agência de
viagem do país através da
MELTOUR TOUR
OPERATOR

TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$
165,00

Coordenador Geral:

Dr. José Janguê Bezerra Diniz
Procurador do Trabalho
(ex-Juiz do Trabalho),
Professor da Faculdade de
Direito do Recife (UFPE) e
Presidente do IBED.

Coordenador nos EUA:

Dr. David S. Willig - Advogado
e Professor Universitário na
Flórida.

CONFERENCISTAS:

AMERICANOS:

Keith Rosen
Fred Woodbridge
Richard Dominguez-Boscovich
Samuel Thompson
David S. Willig
Donna Ballman

BRASILEIROS:

Geraldo Brindeiro
José Janguê Bezerra Diniz
Ada Pelegrini Grinover
Sálvio de Figueiredo
Nilzardo Carneiro Leão
Ivo Dantas
Jerferson Luiz Pereira Coelho
Marcelo Neves
Palhares Moreira Reis
Luiz Fernando Zacarewicz
Estevão Mallet
Damásio Evangelista de Jesus

Que Niterói é uma
cidade bonita, isso basta
olhar para ver.



Mas como quem vê cara
não vê coração, pergunte pela
sua qualidade de vida.